

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPESP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
MESTRADO PROFISSIONAL EM
HISTÓRIA, PESQUISA E VIVÊNCIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM**

PPGH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA: uma experiência entre o ensino de
História e o Patrimônio Cultural em Pedro Osório (RS)**

TATIANA CARRILHO PASTORINI TORRES

**RIO GRANDE
2014**



TATIANA CARRILHO PASTORINI TORRES

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA: uma experiência entre o ensino de História e o Patrimônio Cultural em Pedro Osório (RS)

Trabalho apresentado como requisito parcial/final para aprovação na prova de Defesa do Programa de Pós-graduação em História, Mestrado Profissional em História, pesquisa e vivências de ensino-aprendizagem, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, sob a orientação da professor (a) Dr(a). CARMEM G. BURGERT SCHIAVON.

**RIO GRANDE
2014**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Carmem G. Burgert Schiavon – FURG.
(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Sandra de Cássia Araújo Pelegrini – UEM.
(Avaliadora)

Prof. Dr. Artur Henrique Franco Barcelos – FURG.
(Avaliador)

Prof. Dr. Luiz Henrique Torres – FURG.
(Suplente)

*“Não é só a cidade grande que tem história,
mas sim, a cidade pequena também”.*

(Davi, aluno do Ensino Médio, 2013).

DEDICATÓRIA

Aos que foram fundamentais
no processo de construção da
minha pesquisa: MEUS ALUNOS.
Meu carinho e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que, de alguma forma ou outra, contribuíram para a realização deste trabalho. A contribuição de vocês foi indispensável durante a trajetória de pesquisa e redação da dissertação.

Ao meu esposo Daniel, por ter me dado apoio de todas as formas possíveis ao longo deste processo. Também sou grata às minhas duas filhas: Vivian, pelo auxílio nas tarefas cotidianas e trocas de ideias nos campos de Sociologia e Antropologia; à Dácia, pela compreensão das minhas ausências e pelo estímulo para continuar escrevendo. Aos meus pais, Levi e Luiza, pelo suporte em Rio Grande.

Aos meus alunos pelo carinho dispensado nos momentos mais críticos, especialmente a turma 71/ 2012, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Getúlio Vargas, que fez parte da minha pesquisa com grande disposição em percorrer a cidade ao meu lado e, igualmente, a turma 1C/ 2013, do Colégio Estadual Getúlio Vargas, por sua disponibilidade em participar do trabalho desenvolvido.

Às equipes diretivas das respectivas escolas, tanto pela confiança depositada, quanto pelo apoio nas participações em eventos.

A minha orientadora, a professora Carmem Schiavon, não apenas pelo direcionamento na pesquisa e escrita do texto mas, também pelas diversas oportunidades que me proporcionou ao longo desses dois anos de convívio.

Aos professores e colegas do Mestrado Profissional em História, especialmente aos veteranos da primeira turma.

À Prof^a Dr^a Sandra Pelegri, ao Prof. Dr. Artur Barcelos e ao Prof. Dr. Luiz Henrique Torres pela contribuição para a escrita da Dissertação por ocasião da qualificação do texto e , agora, pela disponibilidade quanto à participação na Banca.

À Prof^a Dr^a Zita Possamai por me presentear com um exemplar do livro “Leituras da Cidade” e ao Prof^o Dr. Fábio Cerqueira Vergara pelo empréstimo do material sobre as Olarias em Pedro Osório.

Aos colegas Luiz Henrique, Fernanda Botelho, Marcelo Gil e Simone Vara pelas imagens e indicação de fontes.

À Banda Jonh McClaine, principalmente Lúcio Ferro, pela imagem cedida.

Ao artista pelotense Felipe Povo e ao promotor cultural Caio Lopes por suas indispensáveis colaborações.

Ao Sr. Ubirajara Vergara e ao Prof. Telmo Ferreira pelos depoimentos prestados.

Aos pedrosorienses, participantes do desenvolvimento do trabalho de pesquisa.

Enfim, a todos àqueles que, de um modo ou outro contribuíram para a realização da presente Dissertação. A todos, muito obrigada!!!

RESUMO

Na atualidade, diante das dificuldades que permeiam o ensino de História, constata-se que é inevitável enfrentar o desafio de compreender as mudanças e adaptar-se às novas exigências de aprendizado. Sendo assim, desenvolveu-se uma prática de ensino de História a partir da Educação Patrimonial, metodologia baseada na identificação e interação com o bem cultural, cuja finalidade consiste em ampliar as possibilidades de aprendizado e facilitar a compreensão da história local e sua relação com os temas históricos mais amplos. Nessa perspectiva, o ensino de História adota a própria cidade como recurso didático mediante suas estruturas cidadinas. Assim, por meio de percursos patrimoniais, realizados com alunos da rede básica de ensino, busca-se a (re)educação do olhar, ou seja, a maneira como de fato se enxerga os vestígios materiais no seu contexto histórico; as permanências e ausências das construções e dos lugares constituídos pelos alunos enquanto Patrimônio Cultural. Por fim, considera-se que, a utilização do patrimônio material, na condição de fonte para o ensino de História das cidades, surge como alternativa ao espaço restrito da sala de aula; possibilita encontrar meios de tornar o aprendizado mais dinâmico, reflexivo e desperta o sentimento de pertencimento. Dessa forma, o patrimônio deixa de ser apenas uma representação elitizada do poder e toma o seu sentido de construção social, na qual a comunidade participa e interage com o bem cultural eleito como signo formador de sua identidade.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História, Educação Patrimonial, Memória, Bens Culturais, Pedro Osório/RS.

ABSTRACT

At present, given the difficulties that permeate the teaching of history, it appears that it is inevitable to face the challenge of understanding the changes and adapt to the new demands of learning. Therefore, we developed a practice of teaching history with Heritage Education, based methodology to identify and interact with the cultural goods, whose purpose is to expand the possibilities for learning and facilitate understanding of local history and its relation to the broader historical themes. In this perspective, the teaching of history adopts the city itself as a teaching resource by its urban structures. Thus, through routes, conducted with students from primary education, we seek to (re)educate the look, or the way it actually sees the patrimony in its historical context; the permanence and absence of constructions and places constituted by students as Cultural Heritage. Finally, it is considered that the use of the material heritage, how source for the teaching of history of cities, is an alternative to the limited space of the classroom; enable find ways to make the teaching of history most dynamic, reflective and awakens the sense of historical belonging of the learning. Thus, the patrimony ceases to be just an elitist representation of power and takes his sense of social construction in which the community participates and interacts with the cultural goods as a sign of their identity.

KEY-WORDS: Teaching of history, Heritage Education, Cultural Goods, Memory, Pedro Osorio/RS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Fases da pesquisa-ação.

Figura 02 - Locomotiva sobre o Rio Piratini, em trecho da E.F. Rio Grande-Bagé.

Figura 03 - Trabalhador na produção artesanal de tijolos em olaria de Pedro Osório.

Figura 04 - Casarão da Estância Paraíso (2013).

Figura 05 - Detalhe da placa do Casarão (2014).

Figura 06 - Antiga Estação Ferroviária (2012).

Figura 07- Estação Ferroviária Nova (2012).

Figura 08 - Reportagem sobre o movimento pró-teatro.

Figura 09 - Cooperativa dos Empregados da VFRGS (2013).

Figura 10 - Prédio da Antiga Pharmacia (2012).

Figura 11- Dorbrás (2012).

Figura 12 - Desfile da Agremiação Gigante Ferroviário (2014).

Figura 13 - Olaria da Orqueta (2010).

Figura 14- Banda Jonh McClane no *Pedrock in Rio* (2014).

Figura 15 - Ponte da Orqueta (2010).

Figura 16 - As “pedrinhas”.

Figura 17 - Memorial Mãe Tânia de Iansã.

Figura 18 - Banquete da 22ª Festa do Maioral em Pedro Osório (2014).

Figura 19 - Ponte do trem destruída (1983).

Figura 20 - Exposição artística na praça.

Figura 21 - Percurso pelo Complexo Ferroviário (2012).

Figura 22- Percurso pelo Complexo Ferroviário e linha do trem (2012).

Figura 23 - Percurso pelo Orqueta (2012).

Figura 24 – Mapa urbano de Pedro Osório (RS).

Figura 25 - Percurso até o Camping Municipal (2012).

Figura 26 - Percurso pelo Complexo Ferroviário (2013).

Figura 27 - Percurso pelo Centro e Praças (2013).

Figura 28 - Oficina do objeto.

Figura 29 - Casa de Onofre Pires, construída em 1888 (2012).

Figura 30 - Prédio da Maçonaria (2013).

Figura 31 - Representação da antiga Estação Ferroviária.

Figura 32 - Representação da maria fumaça.

Figura 33 - Brincadeiras dos alunos às margens do Rio Santa Maria (2012).

Figura 34 - Personagem de Felipe Povo.

Figura 35 - Cine Esperança (s/data).

Figura 36 - Placa comemorativa na Antiga Estação Férrea.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 - Estrada de ferro Rio Grande – Bagé – Estações.

Tabela 2 – Percursos desenvolvidos.

Gráfico 1- Bens culturais identificados em Pedro Osório.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CTG - Centro de Tradições Gaúchas.

DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

EJA - Educação de Jovens e Adultos.

IPHAE - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

MTG - Movimento Tradicionalista Gaúcho.

NEP- Núcleo de Estudos do Patrimônio

PEP- Programa de Educação Patrimonial.

RFFSA - Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima.

SEDAC/RS - Secretaria Estadual da Cultura do Rio Grande do Sul.

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

VFRGS - Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	06
RESUMO	08
ABSTRACT	09
LISTA DE FIGURAS	10
LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS	12
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	13
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UMA PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA	19
1.1 - Relação História, Memória e Patrimônio.....	21
1.2 - O patrimônio material e o ensino de história das cidades.....	34
1.3 - Breve histórico da Educação Patrimonial no Brasil.....	37
1.4 - Metodologia da Educação Patrimonial e da Pesquisa-Ação.....	41
CAPÍTULO II – A HISTÓRIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE PEDRO OSÓRIO	50
2.1 - Trajetória histórica pedrosoriense.....	50
2.2 - O Patrimônio Cultural local.....	58
2.3 - O papel das enchentes na transformação do Patrimônio.....	80
CAPÍTULO III – OS DISCENTES E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA	84
3.1 - As Escolas e seus discentes.....	84
3.2 - Conhecimento sobre o Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial....	87
3.3 - Assimilações à respeito do Patrimônio Cultural local.....	102
3.4 - Apropriação dos bens culturais para o Ensino de História.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS	122
ANEXOS	130

INTRODUÇÃO

O ensino de História ainda enfrenta muitos desafios e limitações no atual cotidiano brasileiro. A difusão de conhecimento desconexo da realidade do aluno e a visão de uma “história pronta”, que precisa apenas ser decorada, são aspectos presentes em boa parte das escolas brasileiras da Rede Básica de Ensino. Desse modo, limita-se o espaço para a aprendizagem, criticidade e identificação dos alunos nos processos históricos e, por conseguinte, consolida-se a visão ultrapassada de que aprender História não serve para nada.

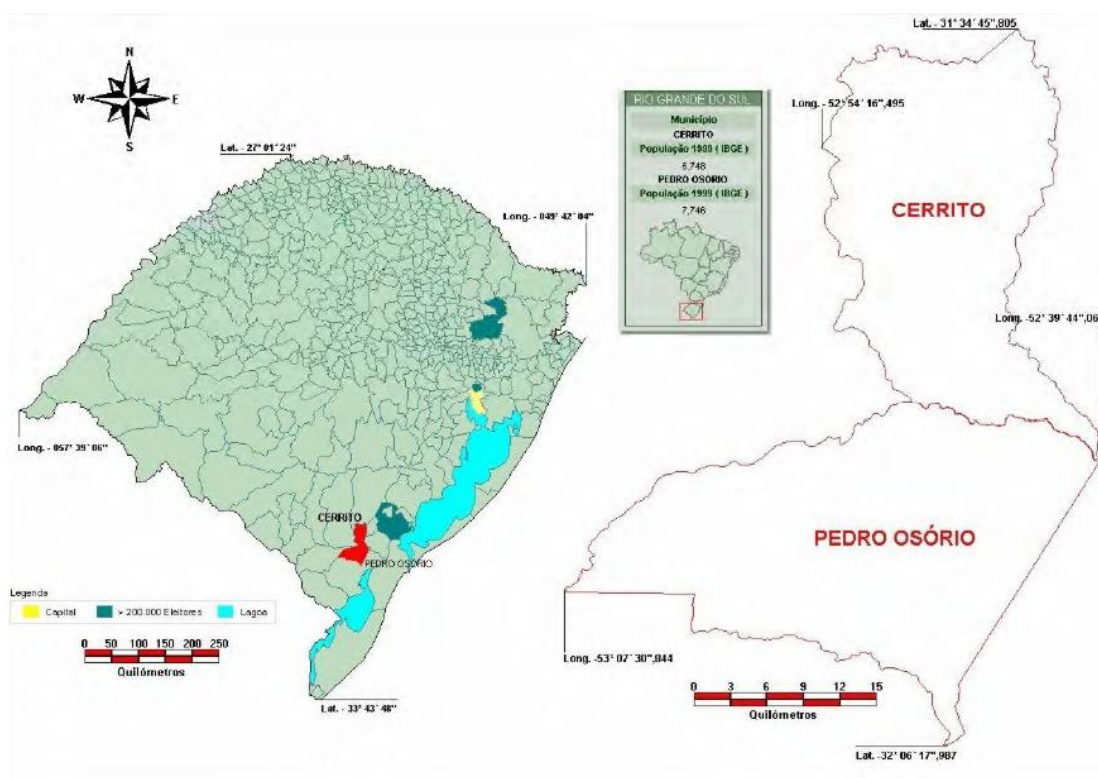
Ao longo dos anos de experiência em sala de aula, na condição de professora efetiva de História da rede municipal de Pedro Osório e, posteriormente, na rede estadual, pôde-se presenciar a desmotivação de boa parte dos alunos na aprendizagem histórica. Nestas ocasiões, foram comuns os comentários de alunos “a História não precisava existir”, “a História é só mais uma matéria chata que não serve para nada”, “detesto História”, “eu não sei História, é muito difícil decorar”. Também houve o caso, no ano de 2007, em que uma mãe não aceitou a reprovação da filha em História, pois segundo ela “era impossível rodar em matéria decorativa, um absurdo, era só decorar os nomes e as datas”; na ocasião, ainda, fez questão de reafirmar que tomava o “ponto” da filha, que sabia até as “vírgulas de cor”, logo, não conseguia entender o motivo da reprovação.

Com base nestas constatações, pensou-se na formulação de uma proposta que proporcionasse aos alunos da Rede Básica de Ensino de Pedro Osório (RS) uma oportunidade de desenvolvimento de suas potencialidades como sujeitos da aprendizagem, do conhecimento e da História. Assim, o aluno deixa de ser um mero ouvinte dos conteúdos transmitidos em sala de aula e toma parte no processo contínuo de construção do saber histórico. Para tanto, pensou-se no uso da metodologia da Educação Patrimonial, tendo em vista que esta pode ser caracterizada como um processo de interação entre a comunidade e seus bens culturais. Além disto, no ambiente escolar, a Educação Patrimonial favorece o aprendizado em diversas áreas; inclusive, na História, por meio da educação do “olhar”. Dessa forma, pretende-se desenvolver um Projeto nesta área com vistas ao estímulo à percepção, à identificação, à representação e à valorização do

Patrimônio Cultural, a fim de usá-lo como fonte e recurso para o Ensino de História.

No que diz respeito ao Município de Pedro Osório, sabe-se que é uma cidade pequena, com cerca de 7.811 habitantes¹ e está situada à margem direita do Rio Piratini, na parte sul do Estado do Rio Grande do Sul; sua origem está ligada à distribuição de sesmarias e à expansão ferroviária do Brasil, na segunda metade do século XIX. Ademais, a cidade sofre com as periódicas cheias do rio, momento em que “as águas invadem o espaço socialmente construído sem enviar um prévio aviso, ocasionando danos de diversas ordens à população local” (TELLES, 2002, p. 5), impactando, assim, diretamente no Patrimônio Cultural local. No mapa, abaixo, pode-se ver a localização geográfica de Pedro Osório (RS):

Figura 1: Localização Geográfica de Pedro Osório (RS)



Fonte: TELLES, 2002, p. 5.

Neste sentido, esta Dissertação apresenta o trabalho desenvolvido em

¹ IBGE - Censo 2010. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 27/06/2014.

duas Escolas da Rede de Ensino Pedro Osório e pretende experienciar o aporte da Educação Patrimonial como metodologia de Ensino de História, a fim de introduzir a temática do patrimônio na Escola; bem como motivar a valorização da identidade e cultura local; facilitar a compreensão dos temas históricos; propiciar o reconhecimento do aluno como agente histórico; despertar o interesse em preservar o Patrimônio Cultural e propor a dinamização do Ensino de História.

No entanto, apesar desta proposta contemplar os anos letivos de 2012 e 2013, menciona-se que o interesse pela temática do patrimônio teve início ainda na graduação (2001-2004), durante os dois anos de estágio no Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAN/FURG), seguidos de mais dois anos de estágio no Centro de Documentação Professor Hugo Alberto Pereira Neves (CDH-FURG). Assim, desde o primeiro ano (2006) de trabalho em sala de aula, o patrimônio esteve presente em diversas reflexões e produções dos alunos, com o propósito de identificar, não só os bens culturais de Pedro Osório, mas também as percepções que os mesmos tinham da cidade.

Dessa maneira, aos poucos, por meio de atividades propostas aos alunos, incluiu-se o assunto do patrimônio na Escola. Cita-se, por exemplo, um trabalho de pesquisa (2011), no qual cada dupla ou trio de alunos deveria escolher um lugar que considerasse Patrimônio Cultural e escrever sobre ele, atividade que foi pensada a fim de estimular a reflexão e a construção de patrimônio a partir da perspectiva dos alunos². Então, no ano de 2012, intensificou-se o estudo da relação entre história, memória e patrimônio que, por sua vez, deu origem ao projeto de Educação Patrimonial utilizado como referência nesta Dissertação. Portanto, a escrita deste trabalho apresenta as reflexões e resultados obtidos a partir da realização de uma prática de Educação Patrimonial e a escrita do texto encontra-se dividida em três capítulos.

O primeiro aborda os aspectos relacionados aos pressupostos da Educação Patrimonial, bem como a sua utilização no ensino de História. Nessa perspectiva, reflete-se acerca da relação entre os conceitos de história, memória e patrimônio, assim como sua relevância no ensino de História das cidades. Além disso, realiza-se um breve histórico da Educação Patrimonial no Brasil, a fim de

² Trabalhos disponíveis em: <http://gvmcatavento.blogspot.com.br>. Acesso em 23/06/2014.

se estabelecer um panorama sobre a sua prática inicial no contexto do país. Também serão explicadas as metodologias instrumentais da pesquisa realizada.

O segundo capítulo apresenta um pouco do contexto histórico do município de Pedro Osório por meio dos seus bens culturais: a sede nova do Casarão da Estância Paraíso, o Complexo Ferroviário, as Olarias, o Camping Municipal, a Orqueta, a Festa do Maioral e a figura ímpar do Sr. Santana. Por outro lado, trabalha-se com o papel das enchentes nas possíveis transformações do patrimônio pedrosoriense.

Já o terceiro e último capítulo desta Dissertação destina-se ao detalhamento dos percursos patrimoniais realizados com alunos do Ensino Fundamental e Médio, bem como a análise das suas percepções e assimilações acerca do Patrimônio Cultural local. Desse modo, partilha-se não apenas os resultados analisados, mas, também, as problemáticas encontradas ao longo do processo de realização deste trabalho.

CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UMA PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

A história é o privilégio que é necessário recordar para não esquecer-se a si próprio.

Michel de Certeau

O ensino de História ainda representa um grande desafio no cotidiano dos espaços formais e informais de ensino. Entretanto, percebe-se que o espaço escolar é o ambiente de maior resistência enfrentada pelos profissionais da área, tendo em vista que o desinteresse e a falta de identificação dos alunos com os processos históricos são constantemente mencionados pelos professores. Já os estudantes, por sua vez, em muitos momentos se deparam com uma história tradicional restrita às “verdades” relatadas nos livros, sem espaço à construção do conhecimento e (re)significação das representações históricas.

Sabe-se que muitas pesquisas já foram realizadas e outras estão sendo desenvolvidas com o propósito de dinamizar o ensino de História, mas a realidade escolar continua, em grande parte, permeada pela concepção tradicional de acumulação de informações, na qual ensinar História não passa de uma mecanização de “conteúdos apresentados aos alunos como pacotes-verdades, desconsiderando e desvalorizando suas experiências cotidianas e práticas sociais” (CAIMI, 2007, p. 20). Sendo assim, os alunos tornam-se meros ouvintes do que é transmitido em sala de aula. Sobre este contexto, Barbosa relata que:

[...] para a maior parte dos estudantes brasileiros, o estudo de história carece de sentido ou utilidade; não se tem a visão de ciência e sim de uma matéria decorativa, estudo do passado, que só exige como vimos, a prontidão em declinar nomes, datas e fatos (BARBOSA, 2006, p. 58).

Tendo em vista as dificuldades que permeiam o ensino de História, verifica-

se que é inevitável ao professor enfrentar o desafio de compreender as mudanças e adaptar-se às novas exigências de aprendizado; assim, ele precisa criar maneiras mais complexas de aprender, isto é, mais totalizadoras e integradoras, que permitam não apenas meros conhecimentos cognitivos, mas um saber com significado para a vida política, social e cotidiana dos alunos (SCHMIDT; GARCIA, 2004, p. 1). Nessa perspectiva, a Educação Patrimonial aponta um novo horizonte de reflexão e questionamentos na prática de ensino de História. Além do que, também favorece uma experimentação que “pode ser feita em qualquer espaço social e com qualquer faixa etária” (GRUNBERG, 2000, p. 164).

Dentro deste contexto, a Educação Patrimonial constitui uma metodologia voltada para o processo sistemático de trabalho educativo, que tem por partida e centro o patrimônio cultural com todas as suas manifestações (GRUNBERG, 2007, p. 5). Assim, essa prática, baseada na identificação e interação com o bem cultural, amplia as possibilidades de aprendizado e facilita a compreensão da história local e sua relação com os temas mais amplos da história; oportuniza ao aluno a experiência de se sentir parte da história e entender que o conhecimento que ela produz nunca é perfeito ou acabado; na verdade, esse conhecimento está sempre se constituindo.

Desse modo, desperta-se o sentimento de pertencimento³, onde os estudantes participam de uma experiência significativa, capaz de lhes permitir “entender os processos histórico culturais que envolvem e/ou envolveram sua realidade no presente ou em um passado recente ou remoto”, assim como, possibilita-lhes “o exercício do direito à memória” (FRAGA, 2010, p. 221) a partir da sua percepção sobre patrimônio, ou ainda, nas palavras de Grunberg:

[...] proporcionar à criança um maior contato com a criação cultural que é um fazer contínuo da sociedade no qual a criança tem um espaço próprio, ao mesmo tempo que lhe possibilita adquirir os instrumentos para recriar, transformar, usar e desfrutar o patrimônio cultural da sua região, do seu país e do mundo inteiro, preservá-lo, enriquecê-lo para participar das mudanças da cultura de hoje e do amanhã (GRUNBERG, 2000, p. 164).

³ Pertencimento é a apropriação dos bens culturais pela comunidade, com a finalidade de “retomar emoções, costumes, modos de viver e formas de entender o mundo que se entrelaçam às reminiscências do tempo pretérito e corroboram para a construção das identidades e coletivas no presente” (PELEGRINI, 2009, p. 35).

Por outro lado, a Educação Patrimonial promove a educação do olhar, de como enxergar de fato em seu significado mais restrito ou mais amplo o bem cultural. É de grande relevância no estudo da história das cidades, pois propicia um aprendizado mais dinâmico e ensina a preservar as edificações como bens de valor representativo na formação da identidade individual ou coletiva. Nesse ponto, corrobora-se com o que Bittencourt (2009, p. 121) identifica como um dos objetivos centrais do ensino de História na atualidade: contribuir na constituição de identidades.

Fraga (2010) e Grunberg (2000) relatam, em seus respectivos trabalhos, a relevância da Educação Patrimonial na ligação do presente com o passado por meio da identificação e valorização do patrimônio. Com base nos pressupostos das autoras, esses aspectos são indispensáveis à (re)construção histórica, pois uma caminhada voltada à educação do olhar direciona para uma nova leitura histórica da cidade, mediante uma construção crítica e reflexiva do conhecimento. Para tanto, deve-se ter em vista que os conceitos “ajudam-nos e facilitam o trabalho a ser realizado no processo de conhecimento, na indagação das fontes e na compreensão de realidades históricas específicas” (BEZERRA, 2010, p. 46) e, por isso, pretende-se identificar a relação entre história, memória e patrimônio, posto que são conceitos chaves na utilização da cidade como recurso no ensino de História por meio da Educação Patrimonial.

Além disso, a Educação Patrimonial favorece uma troca metodológica com a pesquisa-ação, visto que, o processo de educar o olhar por meio da interação com o patrimônio pode ser considerado um tipo de pesquisa com base empírica realizada em estreita associação com uma ação que envolve participantes representativos e pesquisadores de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1986, p. 14). Logo, o patrimônio pode ser concebido como fonte da História à espera da (re)leitura por meio das percepções evocadas pela memória e sujeitas às modificações ao longo dos percursos patrimoniais; estabelece-se, assim, a relação entre história, memória e patrimônio.

1.1. Relação História, Memória e Patrimônio

Segundo Le Goff (1990, p. 18), a história é o estudo do ser humano no

tempo, sua integração em determinado grupo social organizado e do entretimento das relações entre passado e presente. Esse processo de interação não permite que a história seja resumida ao passado visto por si mesmo, com interesse limitado ou nulo, mas permite a compreensão não apenas do “presente pelo passado”, mas também do “passado pelo presente” (LE GOFF, 1990, p. 18). No entanto, precisa-se ter o cuidado de manter um distanciamento do passado para se não perder o respeito ou cometer anacronismos (LE GOFF, 1990, p. 20). Sobre isso, Le Goff esclarece que:

[...] a história é bem a ciência do passado, com a condição de saber que este passado se torna objeto da história, por uma reconstrução incessantemente reposta em causa – não podemos falar das cruzadas como o teríamos feito antes do colonialismo do século XIX, mas devemos interrogar-nos sobre se, e em que perspectivas, o termo "colonialismo" pode ser aplicado à instalação dos Cruzados da Idade Média, na Palestina (LE GOFF, 1990, p. 20).

Por outro lado, a história não é absoluta e pronta, pelo contrário, é “essencialmente equívoca” e o “reino do inexato” (LE GOFF, 1990, p. 16), na qual a cada novo dia se aprende algo ou se reavalia uma ideia anterior, pois “a história só é história na medida em que não consente nem no discurso absoluto, nem na singularidade absoluta” (LE GOFF, 1990, p. 16), isto é, abre espaço a novas contribuições de evidências e releituras históricas capazes de dar outros rumos à história. Seu significado está diretamente ligado ao ato de desafiar a antiga concepção oficial da história, resumida à transcrição das informações escritas nos documentos e vista de cima para baixo. Além disso, questiona a história apologética que se restringe aos “grandes homens” e nada representa à população comum, que gerencia suas próprias batalhas cotidianas.

A história não pode ser reduzida a fatos, cuja função é privilegiar a narrativa dos acontecimentos e dar visibilidade aos estadistas, generais ou eclesiásticos, relegando assim, o restante da população a meros coadjuvantes da história (BURKE, 1992, p. 12); deve-se questionar o modelo tradicional e seus documentos oficiais concebidos como únicas fontes dignas de confiança na investigação da “verdade” histórica e levar em consideração não apenas o contexto, mas também quem narra a história, uma abordagem fundamentada na

captação da diferença e na apreciação de alguns pontos de vista incomuns. À vista disso, busca-se uma história que priorize aspectos particulares do pensamento de pessoas comuns, suas estratégias de sobrevivência e percepção do mundo, basicamente, uma perspectiva referenciada na história cultural.

A história cultural foi redescoberta nos anos de 1970, mas não é uma abordagem nova, pois já era praticada na Alemanha há mais de 200 anos; entretanto, “a partir de 1780, encontramos histórias da cultura humana ou de determinadas regiões ou nações” (BURKE, 2008, p. 15). No século XIX, o termo cultura passou a ser empregado com maior frequência na Alemanha e na Inglaterra. As mudanças sofridas, mediante novas influências e pesquisas, permitem dividir a história cultural em quatro fases: a clássica, no período compreendido entre 1800 e 1930, concentrada na história dos clássicos, obras-primas da arte, literatura, filosofia e ciência (ex: Jacob Burckhardt e Johan Huizinga); a história social da arte, com início na década de 1930, constituída pelas contribuições à história cultural de acadêmicos que não trabalhavam nos departamentos de História (ex: Max Webber e Norbert Elias); a descoberta da história popular, na década de 1960, voltada para o estudo da cultura popular (ex: Francis Newton, pseudônimo de Eric Hobsbawn, Edward Thompson); e a nova história cultural, mencionada no final da década de 1980, preocupada com a teoria cultural e construção da identidade, voltada para a história das práticas e representações⁴. Contudo, conforme as ideias desenvolvidas por Burke (2008, p. 16), “as divisões entre as fases não eram tão claras, na época, quanto se costuma lembrar após o acontecimento”, identifica-se uma série de semelhanças ou continuidades entre novos e velhos estilos na investigação histórica dos aspectos culturais do comportamento humano.

A história cultural trouxe mudanças nas leituras históricas a partir do estudo da maneira como as pessoas comuns entendiam o mundo e expressavam essa interpretação em seu comportamento (DARTON, 1996, p. 14); uma pesquisa voltada para as representações assimiladas na vivência coletiva e que permite a identificação dos grupos que ficaram à margem ou excluídos da história oficial. Segundo Barros (2003, p. 146), a história cultural enfoca os mecanismos de produção dos aspectos culturais e seus mecanismos de recepção, portanto, um

⁴ Para maior aprofundamento sobre o assunto, ler: BURKE, 2008.

campo de conhecimento histórico atravessado pela noção de cultura. Dessa forma, percebe-se a necessidade de se comentar sobre o conceito de cultura que possui muitas definições e ampliações de significados de acordo com a experiência ou interesses dos pesquisadores.

O conceito de cultura foi definido pela primeira vez em 1871, por Edward Tylor, a partir da sintetização do termo *kultur*, utilizado para simbolizar os aspectos espirituais de uma comunidade e da palavra francesa *civilization*, relacionada às realizações materiais de um povo; nascia assim a definição de cultura como o “todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (TYLOR, apud LARAIA, 1995, p. 25). Com o passar dos anos, o conceito de cultura adquiriu muitas definições, ampliou seu significado e deixou a antropologia moderna com a tarefa de reconstruir esse conceito “fragmentado por numerosas reformulações” (LARAIA, 1995, p. 60). Esse autor, ao citar Keesing (1974), menciona que algumas tentativas modernas de obter uma precisão conceitual chegaram ao consenso de que culturas são uma “espécie de padrões de comportamento socialmente transmitidos” (LARAIA, 1995, p. 60) e estudar cultura significa “estudar um código de símbolos partilhados pelos membros dessa cultura” (LARAIA, 1995, p. 64). Já na abordagem de Pesavento (2005, p. 15), “cultura é um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo”, ou ainda, “uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz simbólica”. Assim, pensa-se em cultura como elemento ativo e não passivo, constituída por meio de uma relação dialética do aspecto simbólico-expressivo do comportamento humano, e como tal, sensível às mudanças sociais (BURKE, 2002, p. 164-175), ou seja, a cultura é construída mediante trocas materiais e simbólicas das representações humanas de uma determinada época e por isso, mutável. Em suma, cultura ou culturas são os hábitos ou *habitus* de uma sociedade, seus significados e suas representações.

Habitus é uma palavra latina e traduz a noção grega de *hexis* utilizada para designar características do corpo e da alma adquiridas em um processo de aprendizagem. Posteriormente, adquiriu, na visão de Durkheim, o sentido de “estado geral dos indivíduos, interno e profundo, que orienta suas ações de forma durável” (JACINTHO, 2002, p. 61). Todavia, o sentido mais preciso do conceito,

dado por Bordieu, o definiu como “um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como matriz de percepções, de apreciações e de ações” (BORDIEU apud JACINTHO, 2002, p. 63). Sendo assim, as ações, comportamentos, escolhas ou aspirações são produto da relação entre o *habitus*, que por sua vez é produto da história e, por isso, afetado por novas experiências (JACINTHO, 2002, p. 64). Nesta perspectiva, *habitus* é concebido como:

[...] um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano (JACINTHO, 2002, p. 63).

Por outro lado, quando se fala em representações, na maioria das vezes, utiliza-se Chartier ou Ginzburg e deixa-se de lado uma maior reflexão sobre o conceito de representação; segundo Santos (2011, p. 27), grande parte dos trabalhos o “mencionam aleatória e discriminadamente como se ele tivesse um único significado e uma história contínua” e não abordam a sua complexidade e dimensão filosófica. Para Chartier, representação seria um “instrumento de um conhecimento imediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de figurar como ele é” (CHARTIER, 2002, p. 20), ou seja, a reprodução de algo que está ausente fisicamente e presente por meio de sua figuração. Ginzburg, por sua vez, oscila entre a substituição e a evocação mimética (SANTOS, 2011, p. 30). No entanto, representação em seu sentido etimológico, filosófico e social possui especificidades de seus respectivos significados que precisam ser observados; representações são códigos, sistemas de símbolos, sistemas de sentido e interpretações dos fenômenos culturais (SANTOS, 2011, p. 42).

Além disso, as representações remetem ao mundo, no qual a realidade social é captada mediante os recursos culturais disponíveis (CARDOSO, 2012, p. 17); entretanto, não se pode esquecer que sujeito, objeto e representação são diferentes. “Devemos compreender o conceito de representação tendo em vista uma filosofia dos signos que se movem, onde não há sujeitos fixos, de um lado, representando objetos imóveis, de outro” (SANTOS, 2011, p. 48). Sendo assim,

reconhecem-se as representações como auxiliares na percepção da realidade, mas que não podem ser tomadas sob uma visão mimética, são apenas significados, isto é, atributo da realidade que “adquirem vida quando são ativadas pela prática, que os formula social e culturalmente” (CARDOSO, 2012, p. 16). Para Certeau, a análise simbólica “é hoje um conjunto formal de relações ou estrutura” e sua prática consiste em construir modelos propostos de estudo que substitui o fenômeno concreto pelo “objeto constituído por sua definição, em julgar o valor científico deste objeto segundo o campo de questões a que permite responder e segundo as respostas que fornece, finalmente, em fixar os limites da significabilidade deste modelo” (CERTEAU, 1982, p. 76).

Pensar sob a perspectiva da cultura, a princípio, pode parecer fascinante. Porém, para Pesavento (2005, p. 119), a história cultural é “extremamente sedutora, mas perigosa”, uma vez que exige um método “trabalhoso e meticuloso para revelar os significados perdidos do passado”. A autora salienta, ainda, a premência de uma bagagem de leitura acumulada, a fim de potencializar a interpretação por meio de possíveis relações entre os dados. Já Burke (2006) aborda os problemas da história cultural, que vão desde definições vagas até generalizações e preconceitos; o autor também reforça a necessidade de um maior questionamento das fontes e dos métodos utilizados. Sendo assim, os trabalhos referenciados nos pressupostos da história cultural carecem de uma análise crítico-reflexiva, tanto pela parte de quem escreve, quanto de quem lê. Não obstante, por outro lado, apesar dos riscos, a história cultural amplia os campos temáticos de pesquisa e oportuniza maior diversificação às fontes, na qual a memória alcança um lugar de destaque.

Segundo Ricoeur (2003, p. 4) “é com a história cultural que a pretensão da história de anexar a memória à esfera da cultura atinge o seu auge. Da memória como matriz da história passamos à memória como objeto da história”, constituindo-se, assim, uma relação entre história e memória. Tal relação, indispensável ao processo de historicização da humanidade, encontrou uma forma de explicação na mitologia grega, na qual, *Mnemósine*, a memória, era mãe de Clio, a musa da História, ambas com a tarefa de fazer lembrar e inspirar aos aedos que cantavam o passado em seus poemas. Porém, da mesma forma que mãe e filha se distinguiam na mitologia, memória e história também são conceitos

distintos. Entende-se memória como a função psíquica de aquisição, formação, conservação e evocação de informações adquiridas ao longo de experiências; o acervo de memórias de cada um torna os seres humanos indivíduos, auxilia na construção do senso histórico e do senso de identidade coletiva: “somos aquilo que recordamos e também somos o que resolvemos esquecer” (IZQUIERDO, 2011, p. 11).

Conforme Le Goff (1990, p. 40), assim como o passado não é a história, mas o seu objeto, a memória também não é a história, mas um dos seus objetos e nível elementar na elaboração histórica. A memória é responsável pela ligação entre presente e passado, de como se constituiu esse passado e de que maneira ele fundamentou o presente. O ato de lembrar significa tornar um momento eterno em contraposição à noção de que tudo passa e se perde no tempo como areia que escorre pelas mãos. Recordar toma o sentido simbólico de dar imortalidade aos feitos dos seres humanos. As reminiscências da memória permitem o reviver que leva parte ou o todo de um passado, todavia, lembranças não são realidade. De acordo com Izquierdo (2011, p. 20), “o conceito de memória envolve abstrações”, ou melhor, “o cérebro converte a realidade em códigos e a evoca também através de códigos”. Enfim, a memória se explica como “propriedade de conservar certas informações”, que permite ao ser humano “atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1990, p. 366) e a partir dessas informações, a história pode ser contada e escrita.

Entende-se que história e memória, apesar de sua relação, não são sinônimos, pois, “a história aposta na descontinuidade” e um dos seus objetivos é “denunciar e investigar os elementos que foram sublimados ou mesmo ignorados pela memória” (MOTTA, 2012, p. 25). Além disso, para Nora (1993, p. 9), “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado”. Sendo assim, na visão dos autores, a história possui um criticismo destrutor da memória espontânea. No entanto, por outro lado, Nora também menciona a “memória tomada como história”, a chamada história-memória, onde “tudo que se chama memória, na verdade já seria história” (NORA, 1993, p. 14); uma memória que precisa ser pensada a partir dos lugares de memória, a fim de reconstituir novas identidades. Dessa forma, a memória depende do agente evocador das suas reminiscências

construídas mediante três aspectos relacionados aos lugares de memória, coexistentes e inseparáveis: “são lugares com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos” (NORA, 1993, p. 21).

Contudo, na óptica de Candau, história e memória diferem radicalmente; embora, as duas sejam representações do passado, “a primeira tem como objetivo a exatidão das representações, enquanto a segunda pretende senão a verossimilhança” (CANDAU, 2012, p. 131). A relação entre os dois conceitos se daria apenas pelo empréstimo tomado pela história de alguns traços da memória. Segundo o autor:

A história, portanto, pode ser parcial e responder aos objetivos identitários. Na prática, em suas motivações, seus objetivos e, por vezes, seus métodos, ela toma por empréstimo alguns traços da memória mesmo que trabalhe constantemente para dela se proteger. A história é, por essa razão, a filha da memória (CANDAU, 2012, p. 133).

No conjunto das ideias dos autores citados, verifica-se que de alguma forma memória e história se relacionam, seja de forma antagônica, auxiliar ou complementar. Certo é que a memória faz parte da existência humana, não só como função psíquica, mas também como função social, uma vez que, reproduz informações baseadas no contato com objetos, lugares e pessoas que deixaram marcas no acontecimento em questão. Além disso, a memória se constrói tanto na lembrança quanto no esquecimento mediante a seleção intencional ou não do que deve ser rememorado. Porém, não se pode considerar essa escolha de forma negativa, afinal, o mesmo direito, dever e necessidade de lembrar, também se aplica ao esquecimento; esquecer pode acalmar a dor, dar alívio às lembranças e pode ser o “êxito de uma censura indispensável à estabilidade e à coerência da representação que um indivíduo ou membros de um grupo fazem de si próprios” (CANDAU, 2012, p. 127). Então, lembrança e esquecimento são dimensões das memórias construídas, que por sua vez, são fontes históricas sujeitas à análise crítica e fenômenos históricos denominados história social da recordação (MOTTA, 2012, p. 26).

Levando-se em consideração a dimensão social da memória, faz-se presente o caráter indispensável de se trabalhar a noção de identidade, cuja “depuração conceitual”, segundo Candau (2012, p. 25), é mais difícil; pode ser um

estado, uma representação, um conceito de identidade individual e atingir ainda maior complexidade ao ser aplicada a um grupo. Para Sandra Pelegrini, identidade constitui um:

Processo contínuo e complexo de construção do sujeito individual em relação ao outro, de constituição de identidades grupais definidas por meio de critérios como aceitabilidade e credibilidade que se firmam por meio de negociações diretas com os outros e seus respectivos universos culturais, tornando-os reciprocamente unificados diante de determinados interesses (PELEGRINI, 2009, p. 32).

Segundo Castells (1999, p. 22), “entende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo” e pode mudar de acordo com a forma de interpelação ou representação do sujeito; não é automática, mas pode ser ganha ou perdida (HALL, 2006, p. 21) e sua construção social é marcada pelas relações de poder. Sendo assim, Castells (1999, p. 24) propõe uma distinção entre três formas e origens de construção das identidades: identidade legitimadora, introduzida pelas instituições dominantes da sociedade; identidade de resistência, criada por atores que se encontram em posições desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica da dominação; identidade de projeto, quando os atores constroem uma nova identidade a partir de qualquer material cultural ao seu alcance, a fim de redefinir sua postura na sociedade e transformar a estrutura social.

A identidade depende da memória para se constituir, pois “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje” (LE GOFF, 1990, p. 410). Pressupõe-se que o autor fala da forma como saberes e práticas de um determinado grupo social são reproduzidos mediante recordações do passado; o autor também menciona a relevância da busca em torno de um ponto em comum que identifique o indivíduo e sua sociedade. Nesse sentido, pensa-se em indivíduo como uma entidade indivisível, singular, distintiva e única (HALL, 2006, p. 25), mas parte de um coletivo que vive sob determinada organização e formação de consciência constituída pela memória. Para Izquierdo (2011, p. 13), procura-se “laços, geralmente culturais ou de afinidades” e, com base em memórias comuns, formam-se grupos; constrói-se uma identidade. O significado da memória na formação da consciência e da identidade é descrito por

Jöel Candau nas seguintes palavras:

Sem memória o sujeito se esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas. Sua identidade desaparece. Não produz mais do que um sucedâneo de pensamento, um pensamento sem duração, sem a lembrança de sua gênese que é a condição necessária para a consciência e o conhecimento de si (CANDAUI, 2012, pp. 59-60).

No entanto, reforça-se que a identidade cultural não é estática, visto que se modifica de acordo com as representações individuais ou coletivas; seja pela ação do tempo ou da memória sob influência das “retóricas holistas”⁵. Além disso, é impossível generalizar as significações identitárias, tendo em vista que “os indivíduos percebem-se membros de um grupo e produzem diversas representações quanto à origem, história e natureza desse grupo” (CANDAUI, 2012, p. 25). Então, não se pode tomar a parte pelo todo, ou seja, uma parcela de indivíduos não representa uma sociedade inteira.

Compreende-se, enfim, que a identidade é alimentada pela memória e, mesmo que seja uma memória reconstituída, ela é capaz de dar “o sentido necessário de identidade” (ARÉVALO, 2005, s/p); uma memória vista como uma dimensão do conjunto de bens culturais produzidos ou apropriados pelo ser humano e denominado patrimônio cultural, isto é, uma espécie de identificação simbólica com uma determinada cultura material ou imaterial que permite preservar a identidade individual e coletiva. Segundo Prats (2005, p. 18), seria um processo de patrimonialização, embasado na representação dos objetos, lugares ou manifestações no seu contexto de construção junto à sociedade, portanto, uma invenção social; são expressões patrimoniais mutáveis ao longo do tempo e sujeitas aos novos significados designados pelas transformações sociais, econômicas e culturais. Conforme Vitor e Santos:

[...] estas expressões patrimoniais materiais e imateriais não são irreversíveis em seus significados e usos, elas variam, se transformam e assumem novas funções, ao mesmo tempo em que são reinterpretadas de maneiras distintas. Evidentemente, isto fez com que a dimensão do conceito de patrimônio cultural fosse

⁵ “O emprego de termos, expressões, figuras que visam designar conjuntos supostamente estáveis, duráveis e homogêneos, conjuntos que são conceituados como outra coisa que a simples soma das partes e tidos como agregadores de elementos considerados, por natureza o convenção, como isomorfos” (CANDAUI, 2012, p. 29).

ampliada, fazendo com que novas expressões fossem construídas socialmente (VITOR; SANTOS, 2011, p. 6).

Entende-se que essa ampliação do conceito de patrimônio cultural não aconteceu em um único momento, muito pelo contrário, constituiu-se por diferentes interpretações desde o período considerado clássico até o presente. O termo patrimônio tem origem latina na expressão *patrimonium* que, na Roma Antiga, e se referia a tudo que pertencia ao pai de família, tudo que podia ser legado por testamento. Sob essa visão, o patrimônio era patriarcal, individual e de valor aristocrático. No período medieval, somou-se o caráter religioso ao patrimônio com valor simbólico e coletivo, aspecto modificado com o humanismo renascentista voltado para o colecionismo e preservação dos vestígios da Antiguidade (FUNARI; PELEGRINI, 2011, pp. 10-13). Desse modo, surgia o termo patrimônio histórico, na Europa do século XV.

A partir do século XVIII, o conceito de patrimônio “passou a ser entendido como elementos protegidos e nomeados como bens culturais de uma nação, visando criar uma referência comum, uma identidade nacional” (BRANCO; MAGALHÃES; ZANON, 2009, p. 36). No século XIX, o patrimônio assume uma dimensão instrumental na utilização da construção de uma representação de nação (FONSECA, 2009, p. 37), fazendo o elo entre patrimônio e identidade. Ao longo dos séculos, o patrimônio adquiriu caráter coletivo e delimitações precisas de categorias de pensamento, “seja como patrimônio econômico e financeiro, seja como patrimônio cultural, seja como patrimônio genético” (GONÇALVES, 2009, p. 26). Além disso, o campo do patrimônio se tornou mais abrangente e alcançou destaque nas pesquisas contemporâneas; inclusive, nas perspectivas de estudos urbanos. Sobre este ponto, Leonardo Castriota ressalta a ampliação desse campo, ao afirmar que:

Entramos o século XXI com o patrimônio ocupando um papel central na reflexão não só sobre a cultura, mas também nas abordagens que hoje se fazem do presente e do futuro das cidades, do planejamento urbano e do próprio meio-ambiente (CASTRIOTA, 2009, p. 11).

Desse modo, o patrimônio deixa de ser restrito ao passado relegado às exposições monumentais e passa a ser definido como o “espaço simbólico onde

representações em disputa são determinadas e validadas pelos diversos agentes” (CASTRIOTA, 2009, p.11). Nesse sentido, entende-se como patrimônio cultural o conjunto de bens culturais com valor simbólico de identificação individual ou coletiva. Concebido como não “apenas o belo, o grandioso, o heróico”, mas como “também o corriqueiro, o cotidiano, e o simples” (TEIXEIRA; OLIVEIRA, 2009, p.53) ou, ainda, como o “lugar onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas, referentes aos grupos que, nesse espaço, efetuam trocas materiais e simbólicas” (FONSECA, 2009, p. 60). Desse modo, o patrimônio engloba os vestígios de um passado vivenciado na memória do presente e, portanto, não se pode confundir com um apanhado de informações “mortas”, visto que:

O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e ser contemplado. O patrimônio de certo modo, constrói, forma pessoas (GONÇALVES, 2009, p. 31).

A partir da citação acima, Gonçalves demonstra a capacidade de alcance que o patrimônio pode ter na construção do conhecimento histórico, de como pode ser uma “ponte” entre passado e presente, destacando sua função na formação dos seres humanos. Nessa perspectiva, “o patrimônio funciona como uma invenção cultural, uma forma de reanimar o presente através da atribuição de uma segunda vida a um passado inerte e longínquo” (BORGES, 2007, p. 58) por meio dos bens tangíveis e intangíveis que fazem parte da sua construção.

Os bens tangíveis são aqueles de evidência material (GRUNBERG, 2000, p. 161), os chamados bens de “pedra e cal” (ABREU; CHAGAS, 2009, p. 13) identificados com o patrimônio arquitetônico e edificado, ou ainda, “elementos da cultura material, vistos como produtos e vetores das relações sociais” (BARCELOS, 2009, p. 35); os intangíveis são traduzidos por tudo aquilo “que acontece em determinado momento e não se materializa através do tempo, não se perpetua” (GRUNBERG, 2000, p. 161) e sua materialização só é possível através do seu registro escrito, filmado e fotografado; são aqueles que Evelina Grunberg define como “nosso Patrimônio Vivo”: artesanatos, manuseio de plantas

culinárias e medicinais, formas de trabalhar, plantar, cultivar e colher, pescar, construir moradias, meios de transporte, culinária, folguedos, expressões artísticas e religiosas, jogos, etc. (GRUNBERG, 2007, p. 5). Em outras palavras, pode-se dizer que são os saberes e práticas transmitidos e modificados ao longo do tempo mediante o processo de recriação coletiva (ABREU, 2009).

No que se refere ao patrimônio material, destaca-se também o aspecto de que nem sempre se trata de grandes monumentos ou prédios, visto que, as ruínas também são vestígios expressivos da cultura; são resquícios de rememoração do que foi e agora deixou de ser, onde “o conhecimento na ruína se faz justamente pelo fragmento que apesar de mutilado, conta com seu peso de representação” (PONTES, 2010, p. 46). Esse fragmento guarda a essência e as marcas de uma determinada sociedade situada em algum momento no tempo, plausíveis de interpretação e construção das representações identitárias por intermédio dos chamados lugares de memória⁶. Para François Hartog:

O patrimônio é constituído de testemunhos, grandes ou pequenos. Como em relação ao todo testemunho, nossa responsabilidade é de saber reconhecê-los em sua autenticidade, mas, além disso, nossa responsabilidade se encontra engajada em relação às gerações futuras (HARTOG, 2006, p. 269).

Hartog demonstra a relevância do Patrimônio Cultural, independente de seu tamanho, como testemunho de uma época e que precisa ser preservado para as gerações futuras. Contudo, requer-se certo cuidado de não ser algo imposto, mas sim construído em conjunto com a comunidade que o cerca. Dessa maneira, conjectura-se que os bens culturais, tangíveis e intangíveis, são representações construídas de um passado, próximo ou remoto, reinterpretações das diferentes impressões dos traços históricos, deixados pelos seres humanos ao longo do tempo; vestígios passíveis de reconhecimento por meio da relação traçada entre história, memória e patrimônio.

⁶ Para Pierre Nora, os lugares de memória são espaços “onde se ancora, se condensa e se exprime o capital esgotado de nossa memória coletiva” (NORA, 1993, p. 28).

1.2. O patrimônio material e o ensino de história das cidades

O estudo da história das cidades se restringe, basicamente, às séries iniciais do Ensino Fundamental e, salvo alguns locais com maior pesquisa, enfrenta a carência de produção de material na área. Nesse ponto, o patrimônio cultural representa uma alternativa significativa para dinamizar o ensino de História, no momento em que pode despertar o interesse das crianças e suprir a falta de material didático; pois, o ensino de História local torna possível a utilização da própria cidade como recurso didático, uma vez que “a cidade está lá fora”, apenas à espera de uma leitura, “com suas ruas, praças, avenidas, monumentos, a cidade é um caleidoscópio de imagens, cores e sons” (POSSAMAI, 2011, p. 297), um espaço aguardando pela (re)descoberta. As imagens da cidade vivida povoam as memórias (ROCHA; ECKERT, 2010, p. 85) que, por sua vez, auxiliam na construção de uma nova narrativa histórica, já que “a cidade constitui-se em escritas da memória sobre o espaço” (POSSAMAI, 2010, p. 209). Assim, os bens patrimoniais oferecem suporte para a compreensão da complexidade do fazer histórico e propiciam a tomada da cidade em seu sentido educador, visando à valorização e a qualificação de redes de pertencimento (FRAGA, 2010, pp. 222-223).

A cidade é o espaço onde se registra uma ampla troca de interesses, conhecimentos e práticas socioculturais. Ela é um produto histórico definido pelas atitudes e formas de vida próprias de uma localidade oriunda da distribuição peculiar de indivíduos em um espaço definido (MEDEIROS, 2006, p. 29). De acordo com Ana Carlos (2007, p. 20), ao fazer uma leitura geográfica sobre a cidade, deve-se ter a “ideia de cidade como construção humana, produto histórico-social”, não apenas construções e delimitações do espaço urbano; pensar o urbano implica uma abrangência de todas as dimensões da reprodução da vida “enquanto articulação indissociável dos planos local/mundial”, por outro lado, pensar a cidade significa refletir sobre “o plano do lugar revelando o vivido e a vida cotidiana através dos espaços-tempo da realização da vida” (CARLOS, 2007, p. 12), portanto a cidade representa a:

Expressão e significação da vida humana, a cidade a revela ao longo da história, como obra e produto que se efetiva como realidade espacial concreta em um movimento cumulativo,

incorporando ações passadas ao mesmo tempo em que aponta as possibilidades futuras que se tecem no presente da vida cotidiana. Assim, o sentido e a finalidade da cidade (enquanto construção histórica) diz respeito à produção do homem e à realização da vida humana, de modo que, se a construção da problemática urbana se realiza no plano teórico, a produção da cidade e do urbano se coloca no plano da prática sócio-espacial, evidenciando a vida na cidade (CARLOS, 2007, p. 20)

A partir das palavras da autora, percebe-se a relevância da cidade na construção histórica, uma vez que sua organização espacial e temporal reflete as práticas cotidianas de seus cidadãos. Dessa maneira, a cidade pode ser apropriada, no sentido de tomar o que antes se achava não ser direito, para o ensino de História; pois, por si mesma, ela já possui uma “escrita” histórica impressa em suas estruturas materiais e imateriais que precisa ser “lida” e “questionada” a partir da significação do olhar. Para tanto, existe a necessidade de uma (re)educação do olhar, algo que a princípio pode parecer simples, mas na verdade enfrenta a complexidade de fugir da cegueira, romper com o ver sem enxergar e dar voz aos chamados lugares invisíveis da cidade. Sobre este ponto, Zita Possamai diz que a cidade é usada, mas escapa à contemplação, fato que define justamente o desafio para quem quer ler a cidade, ou seja, aprender a olhar a cidade, fazer perguntas, trilhar caminhos quase desconhecidos, aventurar-se por trajetórias nunca antes tentadas e ensaiar leituras de sua escrita (POSSAMAI, 2010, p. 209).

A utilização do patrimônio cultural como fonte para o ensino de História das cidades surge como alternativa ao espaço restrito da sala de aula; possibilita encontrar meios de “fazer o aluno sentir a História como algo próximo dele”, a fim de fazê-lo “interagir com ela, não como uma coisa externa, distante, mas como prática que ele se sentirá qualificado e inclinado a exercer” (PINSKY; PINSKY, 2010, p. 28). Além disso, o patrimônio material reúne elementos da história local, que podem ser utilizados com a finalidade de “suscitar as reflexões dos estudantes em relação ao vivido e às relações socioambientais nas quais estão inseridos” (SCHIAVON, 2011, p. 47) e que, por isso, fazem parte do patrimônio cultural que os envolve.

Para Napolitano (2009, p. 85) o patrimônio cultural é um instigante tema de atividade escolar, que deve ser visto como algo vivo e pulsante mesmo quando se

apresenta em ruínas, pois ainda assim é capaz de dizer algo. Afirma-se, então, que o estudo do patrimônio cultural em “suas respectivas sociedades é essencial para o entendimento da formação e andamento das memórias locais”, de maneira que se possa compreender as estratégias de poder, as coletividades e da própria organização da cidade (PONTES, 2010, p. 46).

Conforme Evelina Grunberg, os bens culturais “servem como fonte primária de observação aberta à exploração. Neles se condensa um amplo leque de manifestações e relações humanas, tanto existidas como existentes” (2000, p. 163). O patrimônio das cidades representa uma amplitude de informações passíveis de interpretação histórica e viabiliza a sua utilização como recurso no ensino de história, principalmente na história local. Nesse ponto, Circe Bittencourt (2009, p.168) menciona que “a história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência”.

O estudo de história local pode ser feito ao longo de toda a formação básica como referência de identificação na história geral, na qual se utiliza o micro para assimilar o macro. Ainda que os estudos locais sofram limitações diante das representações regionais e nacionais, são relevantes no processo de fazer história de “baixo para cima” na medida que oportuniza um sentido maior ao processo histórico vivenciado pelas comunidades, levando-se em consideração que:

Os estudos locais permitem, ainda, a percepção dos costumes das ideias, da mentalidade vigente num determinado espaço histórico-cultural. Suas fontes podem ser muito variadas, favorecendo uma noção mais imediata do passado, valorizando as coisas simples da vida cotidiana que representam os fazeres e saberes de uma localidade (LUPORINI, 2002, p. 333).

Luporini especifica um pouco das percepções e das fontes pelas quais a leitura de uma cidade pode ser feita; ruas, monumentos, praças, prédios e até mesmo ruínas são “vestígios do passado de todo e qualquer lugar, de pessoas e de coisas, de paisagens naturais ou contruídas” (BITTENCOURT, 2009, p. 169) e, por isso, objetos de estudo e ensino de História.

Nesta perspectiva de utilização da cidade como recurso didático, pode-se utilizar a Educação Patrimonial como metodologia de ensino, a fim de educar o olhar por meio de percursos patrimoniais, pelo qual não apenas se vê, mas de

fato se enxerga o que antes nunca se fez visível ao olhar corriqueiro. Deve-se, então, levar em consideração o critério da escolha de lugares diversos, a fim de não “conduzir os alunos a equívocos sobre a própria concepção de história e sedimentar a ideia de que memória histórica deve ater-se apenas a determinadas esferas de poder” (BITTENCOURT, 2009, p. 279), afinal, cada lugar está impregnado de sua história singular e representativa segundo percepções individuais ou coletivas.

Sendo assim, percebe-se que o uso da metodologia da Educação Patrimonial por professores de História torna-se significativo na tomada da cidade como recurso educativo; uma vez que se pode ver a cidade como o “lócus de aprendizagem mediante os bens culturais nela existentes e muitas vezes invisíveis em meio à correria do dia-a-dia de seus habitantes” (FRAGA, 2010, p. 223). Portanto, educar pelo patrimônio é se permitir “um exercício de (re)significação cultural e da construção de outros olhares sobre o patrimônio de uma determinada comunidade” (SCHIAVON; SANTOS, 2013, p. 86); um momento no qual todos os envolvidos ampliam suas reflexões sobre os registros estampados na estrutura da cidade, que “grita” a sua história aos ouvidos dispostos a “escutar” e exibe suas imagens ao olhar treinado para identificar as informações ali presentes.

1.3. Breve histórico da Educação Patrimonial no Brasil

A Educação Patrimonial no Brasil é uma experiência muito recente na trajetória histórica do país. As discussões sobre patrimônio cultural e desenvolvimento de políticas preservacionistas tiveram início na década de 1920, mas a utilização dos bens culturais como recurso de ensino datam a partir da década de 1980.

Os antecedentes históricos das iniciativas de proteção patrimonial remontam ao século XVIII com as preocupações do Vice-Rei do Estado do Brasil, D. André de Melo e Castro em relação às construções deixadas em Pernambuco pelos holandeses. Posteriormente, no século XIX, algumas tentativas de preservação do patrimônio surgiram no interior da Biblioteca Nacional, com o objetivo de conservar inscrições de monumentos (IPHAN, 1980, p. 9). Entretanto,

o interesse nas questões patrimoniais vai se tornar mais amplo a partir da década de 1920.

O marco inicial da preocupação com o patrimônio foi um momento de crise de identidade nacional e influência do modernismo⁷. Essa preocupação surgiu especificamente voltada para a proteção de monumentos e objetos de valor histórico e artístico (FONSECA, 2009, p. 81), bens indispensáveis ao “tesouro” da nação. Conforme Castriota (2009, p. 71), um movimento preservacionista que “expressa preocupação com a salvação dos vestígios do passado da nação”; preocupação que “começa a ser considerada politicamente relevante no Brasil, implicando o envolvimento do Estado” (CASTRIOTA, 2009, p. 71), ou seja, um impulso à institucionalização da proteção do patrimônio.

O poder público, em 1934, aprovou um novo regulamento para o Museu Histórico Nacional com a finalidade de proteger os monumentos históricos e as obras de arte tradicionais do país. Logo depois, a Constituição de 1934 trouxe como princípio a proteção ao patrimônio histórico e artístico, cujo artigo 148 esclarece o seguinte:

Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual (Constituição de 16 de julho de 1934).

No que se refere ao movimento modernista, sua relevante representação se deteve na figura de Mário de Andrade, considerado o elo entre os demais intelectuais do país (FONSECA, 2009, p. 84) e diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo na década de 1930. Foi a ele que, em 1936, o então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, recorreu para organizar o anteprojeto de lei de proteção do patrimônio que deu origem à criação do SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁸. O anteprojeto de Mário de Andrade tinha por finalidade: “determinar, organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio artístico nacional” (IPHAN, 1980, p. 55), sob a seguinte definição de patrimônio:

Entende-se por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de

⁷ Modernismo: movimento cultural realizado no Brasil, na primeira metade do século XX.

⁸ Para aprofundar sobre o assunto, ver: FONSECA, 2009.

arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiras, residentes no Brasil (IPHAN, 1980, p. 55).

Em 13 de janeiro de 1937, o SPHAN “passou a integrar oficialmente a estrutura do MES e foi criado o conselho consultivo” (FONSECA, 2009, p. 97). O Conselho Consultivo era integrado por especialistas de diversas áreas e conhecedores dos acervos de diferentes estados do Brasil. Ainda no mesmo ano, Getúlio Vargas promulgou o Decreto-lei nº 25 que organizou a proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional, no qual o artigo 1º menciona:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (Decreto-lei n. 25 de 30 de novembro de 1937).

Desse modo, percebe-se que o patrimônio, que começou como uma preocupação em preservar construções e objetos histórico-artísticos, aos poucos passa a ocupar espaços cada vez mais abrangentes na realidade brasileira. Ao longo dos anos que se seguiram, vários contextos históricos levaram a novas concepções de patrimônio e criação de novos órgãos e leis específicas de proteção.

O SPHAN gerenciou os processos de tombamento⁹ e vistoria dos patrimônios históricos nacionais, todavia, “ficou conhecido pela sua política preservacionista e elitista do patrimônio, ou seja, apenas o patrimônio material que fizesse referência aos grandes nomes e grandes fatos” (NERY, 2013, p. 18). Essa visão vai se modificar com a Constituição Federal Brasileira de 1988, onde um novo conceito de patrimônio aparece na redação do artigo 216 da seguinte forma:

Art. 216º Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade

⁹ “Tombamento é o ato administrativo da autoridade competente, que declara ou reconhece valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, bibliográfico, cultural ou científico de bens que, por isso, passam a ser preservados” (SOUZA FILHO, 1999, p. 81).

brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Por sua vez, o patrimônio imaterial passou a ter espaço e garantia de preservação com o “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial” do IPHAN¹⁰, em 2000 (BRANCO; MAGALHÃES; ZANON, 2009. p. 42). Assim, aos poucos a noção de patrimônio deixa de ser apenas o conjunto de bens materiais para adquirir o conceito mais amplo de patrimônio cultural, que por sua vez passa a ser a partida e o centro de ações educativas, originando-se assim a metodologia de Educação Patrimonial. Porém, ressalta-se que, no Brasil, essas ações são recentes e adquiriram maior impulso apenas no século XXI.

Segundo Evelina Grunberg (2000, p. 164), as primeiras atividades com Educação Patrimonial datam de 1983, a partir da experiência desenvolvida no Museu Imperial, com a realização do I Seminário de Uso Educacional de Museus e Monumentos, momento em que se detectou a necessidade de um trabalho em conjunto com professor. Essa experiência, conforme Maria Socorro dos Santos (2013, p. 53), teria sido inspirada no modelo educacional britânico sobre o patrimônio e introduzida no Brasil pela museóloga Maria de Lourdes Parreira Horta.

A metodologia desenvolvida por Horta, apresentou conceitos básicos voltados ao objeto cultural como fonte primária de ensino, ou seja, ensinar a partir do objeto em si e não dos livros, discursos e teorias sobre patrimônio (SANTOS, 2013, p. 53 apud HORTA, 2009, p. 34). Em 1986, essa metodologia foi divulgada para os professores da rede de ensino formal na Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos da Pró-Memória, a fim de ampliar o campo de atuação por meio de multiplicadores dentro do ambiente escolar. Dessa forma, a Educação Patrimonial se propagou por diferentes Estados brasileiros e, além de promover a preservação do patrimônio, também trouxe outra fonte de ensino que pode ser apropriada pelos educadores formais.

¹⁰ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (antigo SPHAN).

No entanto, a Educação Patrimonial não se restringe ao processo de aprendizagem formal, embora os diversos níveis de ensino venham a atuar na irradiação das concepções patrimoniais e viabilizar os primeiros passos na luta pela profusão da valorização dos bens culturais, a participação da população é indispensável no processo de aprendizado das questões referentes ao patrimônio. Por isso:

Os centros históricos brasileiros também têm promovido atividades que incluem programas de educação patrimonial, serviços em mutirão (coordenados por mestres especializados) oficinas de restauração e de arqueologia com vistas a promover o envolvimento da população nas questões de patrimônio (PELEGRINI, 2009, p. 104).

Então, em busca de uma espécie de “alfabetização cultural”, muitos pesquisadores brasileiros abordam a Educação Patrimonial sob a perspectiva de prática de ensino, promovendo-se assim, “o processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização do patrimônio cultural” (SANTOS, 2013, p. 54). Dentro dessa proposta, algumas Universidades brasileiras implantaram núcleos e programas de Educação Patrimonial. O Núcleo de Estudos do Patrimônio (NEP), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e o Programa de Educação Patrimonial (PEP), da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), são exemplos de iniciativas de valorização do patrimônio cultural no Rio Grande do Sul (SANTOS, 2013, p. 51). Por intermédio das iniciativas, isoladas ou não, voltadas para o patrimônio, a população brasileira pode participar das discussões; aprender a valorizar, preservar e, aos poucos, tomar consciência da viabilidade de outras fontes de ensino. Afinal, muito da história das cidades pode ser aprendido a partir dos bens materiais e imateriais identificados por uma sociedade.

1.4. Metodologia da Educação Patrimonial e da Pesquisa-Ação

As discussões que envolvem o ensino de História são permeadas por dúvidas nas escolhas dos “conteúdos” e das metodologias de ensino. Em primeiro lugar, deve-se ter consciência da amplitude do termo história e da dificuldade que se encontra ao definir o que abordar no planejamento do componente curricular História diante das inúmeras possibilidades que cercam essa área que se ocupa

do estudo do ser humano no tempo. O profissional desse campo de conhecimento precisa ter noção da impossibilidade de se saber “tudo” sobre história e refletir sobre os novos campos e linguagens da História, com o propósito de optar por diretrizes que melhor se adaptam à sua realidade. Nesse sentido, a Educação Patrimonial surge como alternativa metodológica no ensino de História, segundo Bittencourt (2009, p. 277), essa tarefa “envolve o desenvolvimento de atividades lúdicas e de ampliação do conhecimento sobre o passado e sobre as relações que a sociedade estabelece com ele”.

Sendo assim, a metodologia de Educação Patrimonial tem se transformado diante de novas possibilidades para a construção de práticas pedagógicas a partir da troca de conhecimentos gerais e específicos entre a comunidade e ambientes de ensino/aprendizagem. Entretanto, enfatiza-se que essas práticas pedagógicas devem orientar “os estudantes e os educadores a identificar ‘signos’ e os significados atribuídos aos bens materiais e imateriais por uma determinada comunidade” (SCHIAVON; SANTOS, 2013, p. 63), com o objetivo de se refletir sobre o que tem sido constituído como memória e patrimônio, bem como alargar as convicções acerca do Patrimônio Cultural como uma invenção e construção social (PRATS, 1998, p. 63). Para Bittencourt:

O conceito mais abrangente de patrimônio cultural abre perspectivas de adoção de políticas de preservação patrimonial. O compromisso do setor educacional articula-se a uma educação patrimonial(...) Educação que não visa apenas evocar fatos históricos notáveis, de consagração de determinados valores de setores sociais privilegiados, mas também concorrer para a rememoração e preservação daquilo que tem significado para as diversas comunidades (BITTENCOURT, 2009, p. 278).

Bittencourt demonstra preocupação com o cuidado que se deve ter ao trabalhar com a Educação Patrimonial e, por isso, os profissionais precisam definir suas estratégias de abordagem da temática patrimonial. Neste sentido, Hilda Fraga (2010, p. 227) salienta que, ao propor uma atividade com o patrimônio cultural, o professor de História precisa enfatizar cada um dos pressupostos da Educação Patrimonial no planejamento de suas atividades e nas intencionalidades específicas dessa área do conhecimento. Definir as etapas dessa metodologia, com o objetivo de tornar o ensino de História questionador,

crítico e reflexivo. Sendo que, em cada uma delas, deve-se levar o aluno a desenvolver competências no nível do conhecimento e da cidadania (FRAGA, 2010, p. 227). Em função disso, esclarece-se que a prática de Educação Patrimonial, neste estudo abordada, foi estruturada nas seguintes etapas: identificação do bem cultural, registro do bem cultural e valorização do bem cultural.

A primeira etapa é a **identificação do bem cultural**, da qual fazem parte a observação, a análise, a comparação e os questionamentos (FRAGA, 2010, p. 227). A observação dos bens culturais leva à capacidade de percepção, aspecto “essencial durante o aprendizado para o desenvolvimento do processo de pensamento e maturação da criança” (GRUNBERG, 2000, p. 165), é o momento que de fato se olha o que antes passava despercebido. A análise identifica a estrutura do bem cultural e pode ser de “materiais, dimensões, formas, elementos, cores, texturas, organização, usos, funções, valores, relações, espaços, movimentos, etc” (GRUNBERG, 2000, p. 167). A comparação e os questionamentos são momentos indispensáveis ao processo crítico-reflexivo no aprendizado do estudante.

A segunda etapa corresponde ao **registro do bem cultural**, onde são realizadas a interpretação, a sistematização e o registro das ideias, as informações e relações contidas no bem cultural no tempo presente (FRAGA, 2010, p. 228). Nessa fase, registram-se as percepções efetuadas por meio de desenhos, fotografias, relatos escritos, relatos gravados, maquetes ou filmes (GRUNBERG, 2000, p.167). Apontam-se as informações materiais e simbólicas, históricas e culturais a respeito do objeto de estudo.

A terceira etapa é a **valorização do bem cultural**, o momento da socialização, comunicação e divulgação das percepções do bem estudado (FRAGA, 2010, p. 228). Para Evelina Grunberg:

[...] é a culminância da apropriação da experiência vivenciada, é neste momento que se faz a interpretação e comunicação de todo percebido e registrado. É nesta etapa que se manifesta a capacidade criativa e se retoma o conhecimento adquirido com um julgamento de valor (GRUNBERG, 2000, p. 168).

Conforme a autora acima citada, a valorização do bem cultural é o retorno

ou devolução do conhecimento constituído ao longo do processo de Educação Patrimonial e pode ser expresso por diversas proposições: atividades de exposição; vivenciamento de situações; dramatizações; elaboração de textos, livros, murais, jornais, história em quadrinhos, poesias, vídeos, filmes, desenhos; atividades de recreação e lazer (GRUNBERG, 2000, p. 168). Menciona-se, ainda, a importância da motivação dos alunos na participação da proposta de Educação Patrimonial, como fazer que eles “voltem seus olhos para o passado e queiram conhecê-lo” (GRUNBERG, 2000, p. 166). Essa motivação deve atender às necessidades dos alunos e estar adequada aos seus níveis de desenvolvimento intelectual e emocional, de forma que auxilie na interpretação da realidade a partir de seu próprio mundo (GRUNBERG, 2000, p. 166).

Cabe ressaltar que a metodologia de trabalho aqui apresentada não é necessariamente compartimentada, uma etapa pode entrar na outra sem prejudicar o objetivo final (GRUNBERG, 2000, p. 169). Todavia, faz-se necessário planejar as etapas com capacidade de “intervenções diferenciais que permitam interrogar e levantar o máximo de relações existentes entre os bens patrimoniais e os textos e contextos da história da cidade a eles imbricados” (FRAGA, 2010, p. 228), ou seja, a divisão em etapas facilita a aplicação da metodologia e proporciona uma visão maior das informações a serem coletadas junto ao bem cultural pesquisado.

Reforça-se, ainda, que a Educação Patrimonial propicia uma maior dimensão da compreensão histórica, promove a participação da sociedade na construção da sua identidade e auxilia na construção do conhecimento. Segundo Carmem Schiavon e Tiago Santos:

AEP proporciona o estudo do objeto cultural diretamente na fonte, propiciando, dessa forma, a afetividade, a valorização e o conhecimento por meio de uma relação sensível/cognitiva, através de atividades de percepção/observação, registro, estudo de outras fontes e recriação do objeto ou da manifestação cultural em análise (SCHIAVON; SANTOS, 2013, p. 86).

Então, percebe-se a prática da Educação Patrimonial como uma forma de questionamento e reflexão a partir da noção de patrimônio constituída em cada sociedade no decorrer do seu tempo. Considera-se que a destruição dos vestígios

materiais e imateriais equivale a silenciar informações, significa apagar períodos do cotidiano da trajetória histórica e privar às gerações presentes e futuras do seu direito aos seus bens culturais, não apenas do passado, mas também do presente. Além disso, a escolha dessa metodologia está diretamente ligada à valorização da identidade individual e coletiva dos alunos envolvidos na pesquisa, respeitando-se a percepção de patrimônio cultural construída pelos mesmos. Sendo assim, no (re)conhecimento dos bens culturais do município de Pedro Osório, leva-se em consideração a compreensão, relação e apropriação de representação patrimonial constituída pelos alunos da rede básica de ensino, mais especificamente, uma turma de 7ª série do Ensino Fundamental e uma turma de 1º ano do Ensino Médio.

Por outro lado, a metodologia de Educação Patrimonial, desenvolvida no projeto da presente Dissertação de Mestrado, tem a finalidade de dar conta da realidade de Pedro Osório, município marcado pelas recorrentes enchentes que levaram literalmente por água abaixo boa parte da sua história; a carência de fontes para o estudo da história local, associada à ausência de políticas patrimoniais voltadas à preservação da memória, justificam a utilização dessa metodologia como aporte de pesquisa e ensino em História.

Por fim, observa-se uma correlação entre a Educação Patrimonial e a pesquisa-ação, pois o estudo da percepção dos alunos acerca do Patrimônio Cultural de Pedro Osório propicia um estudo da utilização dos percursos patrimoniais como recurso no ensino de História, ou seja, uma capacidade de aprendizagem associada ao processo de investigação sobre a própria prática de ensino e que conta com a cooperação dos alunos. Ademais, ajuda no diagnóstico dos problemas referentes à preservação do patrimônio e explora alternativas, em conjunto com o grupo, para suprir a ausência de políticas patrimoniais no município. Por este motivo, escolheu-se a pesquisa-ação para complementar a análise da prática da Educação Patrimonial.

A pesquisa-ação é uma metodologia desenvolvida sob a necessidade de se preencher a lacuna existente entre teoria e prática; colabora para a superação de uma análise distante da realidade a ser pesquisada. Verifica-se que tem sido amplamente aplicada como “estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar

seu ensino” (TRIPP, 2005, p. 445). Dessa maneira, serve como auxílio na busca de soluções e alternativas para problemáticas de ensino, por meio do envolvimento dos professores na pesquisa, ou seja, uma oportunidade de pesquisa das suas próprias práticas de ensino. Para Guido Engel (2000, p.182), a pesquisa-ação permite tornar a teoria e a prática “partes integrantes da vida profissional de um professor” e passou a ser “implementada com a intenção de ajudar aos professores na solução de seus problemas em sala de aula” (ENGEL, 2000, p. 182).

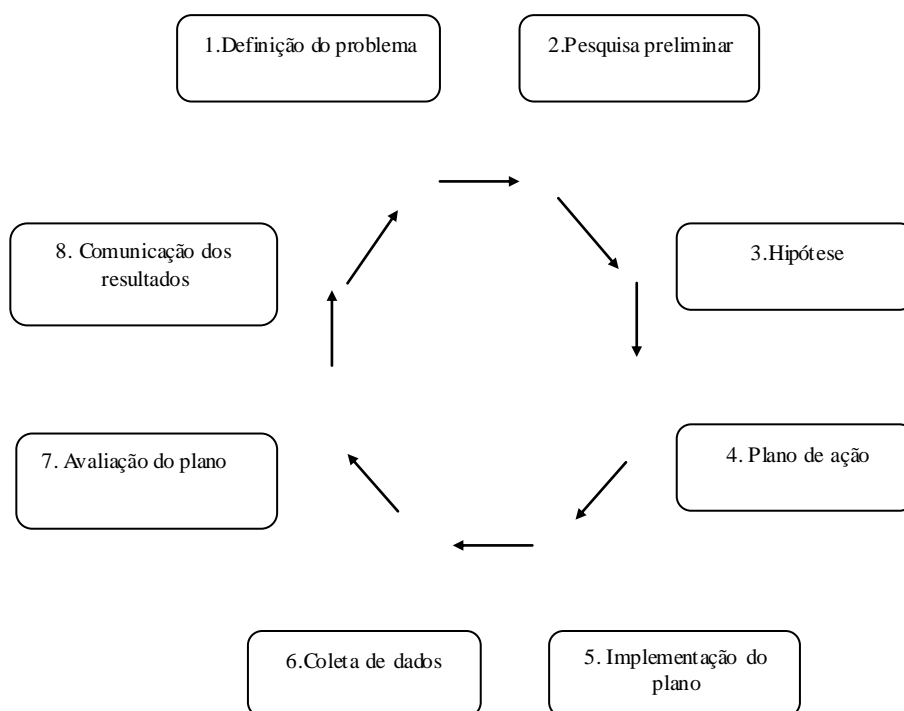
Michel Thiollent (1986, p.14) define a pesquisa-ação como um “tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo” e no qual os envolvidos, pesquisadores e participantes, estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. Para o autor, “uma pesquisa pode ser qualificada como pesquisa-ação quando houver realmente um ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação” (THIOLLENT, 1986, p.16). Além disso, a pesquisa-ação é uma estratégia metodológica na qual a interação entre as partes envolvidas decide a ordem de prioridade dos problemas e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta; o objeto é a situação social e o objetivo consiste em resolver ou pelo menos esclarecer a situação observada. Dessa forma, o acompanhamento das ações é realizado durante todo o processo e pretende aumentar o conhecimento dos pesquisadores, assim como o conhecimento ou o nível de consciência dos grupos envolvidos.

Thiollent explica o papel da pesquisa-ação e também menciona a dificuldade de aceitação que essa metodologia encontra em certos meios acadêmicos que consideram sua escolha como alternativa para “pesquisadores que não entendem de metodologia e nem querem se submeter às suas exigências” (THIOLLENT, 1986, p. 24). Porém, segundo o autor, a pesquisa-ação trata-se de um método, ou de uma estratégia de pesquisa capaz de agregar “vários métodos ou técnicas de pesquisa social, com os quais se estabelece uma estrutura coletiva, participativa e ativa ao nível de captação de informação” (THIOLLENT, 1986, p. 25).

Ainda, no que se refere à pesquisa-ação, David Tripp (2005, p. 447), esclarece sua característica inovadora, contínua, pro-ativa estrategicamente,

participativa, intervencionista, problematizada, deliberada, documentada, compreendida e disseminada. Já, para Guido Engel (2000, p. 184), a pesquisa-ação é um processo de aprendizagem que supera a dicotomia sujeito e objeto, no qual o pesquisador intervém com a finalidade de testar a eficácia de um novo procedimento; assim como é situacional por diagnosticar um problema específico numa situação também específica e auto avaliativa, mediante o constante monitoramento das modificações introduzidas; expressa um caráter cíclico em que “as fases finais são usadas para aprimorar os resultados das fases anteriores” (ENGEL, 2000, p. 185).

Figura 01: Fases da pesquisa-ação



Na imagem acima, com base nas informações de Guido Engel (2000), procurou-se representar as fases da pesquisa-ação, cujo detalhamento, descrito pelo autor, pode ser explicado da seguinte forma:

1. Definição do problema: identificação de situações problemáticas que podem ser objeto de pesquisa.
2. Pesquisa preliminar: subdivide-se em revisão bibliográfica, observação e levantamento das necessidades.

3. Hipótese: formulação de uma ou mais hipóteses a serem testadas.
4. Plano de ação: planejamento de todas as ações necessárias para atingir um resultado desejado.
5. Implementação do plano: o plano esboçado é colocado em prática. Uma intervenção com a finalidade de procurar reverter a situação problemática.
6. Coleta de dados: momento de se registrar o procedimento de intervenção em andamento.
7. Avaliação do plano: análise e interpretação dos dados levantados na fase anterior.
8. Comunicação dos resultados: com predominância de resultados positivos na conclusão da avaliação do plano de intervenção, pode-se tornar pública a experiência. Por outro lado, em caso contrário, reinicia-se um novo ciclo de pesquisa-ação a fim de atingir resultado satisfatório.

Além das fases acima descritas, verifica-se que a reflexão deve perpassar todas as fases da pesquisa-ação, visto que é um procedimento de suma relevância no desenvolvimento do ciclo, no qual cada momento precisa ser repensado e até mesmo reestruturado se for o caso. Para David Tripp:

O processo começa com reflexão sobre a prática comum a fim de identificar o que melhorar. A reflexão é essencial para o planejamento eficaz, implementação e monitoramento, e o ciclo termina com uma reflexão sobre o que sucedeu (TRIPP, 2005, p. 454).

Por fim, apesar das ressalvas que envolvem a pesquisa-ação pelo seu cunho situacional e específico, considera-se a sua utilização em conjunto com a Educação Patrimonial, a fim de se “compreender os passos para buscar a melhor solução e entender, conseqüentemente, como a pesquisa pode influenciar no processo”¹¹ (SERRANO, 2007, p. 19, tradução nossa), em outras palavras, a pesquisa-ação propicia uma avaliação da prática da Educação Patrimonial como recurso alternativo para o ensino de História.

Portanto, considera-se que a Educação Patrimonial na Escola, baseada na

¹¹ “comprender los pasos para buscar la mejor solución, y entender, en consecuencia, cómo la investigación puede influir en el proceso”.

percepção dos alunos, tem a finalidade de proporcionar uma experiência não apenas de aprendizado em história, mas também de valorização do pertencimento histórico e preservação do patrimônio local. Dessa forma, o patrimônio deixa de ser apenas uma representação elitizada do poder e toma o seu sentido de construção social, na qual a comunidade participa e interage com o bem cultural eleito como signo formador de sua identidade. Assim sendo, desenvolveu-se a presente proposta, a fim de se propiciar uma oportunidade de interação dos alunos da Rede Básica, a partir de suas escolhas, com os bens culturais do município de Pedro Osório.

CAPÍTULO II – A HISTÓRIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE PEDRO OSÓRIO

Os guichês fecharam, os sinos emudeceram nas estações e o trem não leva mais passageiros – tudo isso virou só sentimento em nossas vidas. Mesmo assim lhes faço o convite: embarquemos nesta viagem rumo à Pedro Osório.

Pedro Caldas

Pedro Osório, outrora denominado Olimpo, é um pequeno município gaúcho constituído às margens do Rio Piratini. Uma terra que já inspirou música, poesia e fascinação aos visitantes; lugar amado e venerado por seus habitantes mais antigos; saudosistas de uma época perdida no tempo e registrada, não apenas na memória, mas também nas ruas da cidade. Ruas que são palcos do diálogo entre passado e presente, seja por suas estruturas materiais ou pelos hábitos cotidianos da população pedroosoriense.

2.1. Trajetória histórica pedroosoriense

O município de Pedro Osório está inserido no contexto de formação étnica do Rio Grande do Sul, logo, os primeiros habitantes dessa região foram grupos ameríndios pampeanos e guaranis. Segundo Hameister (2006, p. 72), “não eram poucos os habitantes autóctones dessas áreas litorâneas e que margeavam os grandes rios e lagos ao sul”; o próprio nome do rio Piratini tem origem na expressão Tupi-Guarani “*pira-tininga*”; *pira*: peixe, *tininga*: seca ou secando. Essa expressão era “usada pelos índios para indicar determinados rios que, após as cheias deitavam fora nas areias e barrancas muitos peixes que ficavam secando ao sol” (CALDAS, 1990, p. 18). Entretanto, a chegada dos europeus modificou, não só o nome do rio para Piratini, mas também, o cenário da região, que se

tornou alvo das disputas entre Espanha e Portugal¹². Desse modo, em 1763, o rio Piratini serviu por algum tempo de limites entre terras portuguesas e espanholas, pois, durante a invasão da vila de Rio Grande de São Pedro¹³, os açorianos do Povo Novo fugiram para a margem esquerda do rio, onde formaram bases de resistência ao domínio espanhol (CALDAS, 1990, p. 27).

No ano de 1777, com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso¹⁴, novas fronteiras foram estabelecidas e o espaço entre os rios Jaguarão e Piratini foi definido como zona neutra; porém algumas famílias se instalaram nessa área e deram origem às estâncias do Paraíso e de Santa Cruz (CALDAS, 1990, p. 28). Já em 1809, época da divisão do Rio Grande do Sul em quatro municípios, essa região passou a fazer parte do Município do Rio Grande. Assim, sucessivamente, as terras mudaram de “donos” conforme a criação de novos municípios; em 1830, Olimpo se torna parte de Piratini e, em 1855, passa a pertencer à Jaguarão; em 1890 a Arroio Grande (VACARIA, 1960, p. 80). Dessa maneira, as várias mudanças administrativas, também, provocaram modificações no nome da localidade: Santa Cruz ou São José de Santa Cruz, Passo Maria Gomes, Paraíso, Estação Piratini, Estação Ivo Ribeiro e Olimpo (VACARIA, 1960, p. 79). Por fim, em 3 de abril de 1959, Olimpo se emancipou de Arroio Grande, Cerrito de Canguçu e, juntos, formaram o município de Pedro Osório (Decreto Lei nº 3735/59); contudo, mediante divergências estruturais, a localidade de Cerrito também alcança a sua emancipação em dezembro de 1995 (Lei nº 10.656/95).

Entre controvérsias locais e memórias carregadas pelas cheias do rio, o casarão da sede nova da Estância Paraíso, construído em 1833, figura como “célula mater” do município; aspecto este não confirmado em decorrência da escassez de fontes e contradições das informações prestadas pela comunidade local. Não obstante, sabe-se que, no passado, a Estância São Francisco do Paraíso foi muito próspera e de grande expressão na região. Segundo Caldas,

¹² “A posse do sul da América ibérica foi alvo de constante e secular disputa entre Portugal e Espanha, estando a questão de seus limites – indefinidos desde o Tratado de Tordesilhas – ainda mal definidos no século XIX, fazendo com que o problema de fronteiras se estendesse do período colonial até depois das independências dos países platinos e do próprio Brasil” (HAMEISTER, 2006, p.64).

¹³ Sobre a invasão espanhola em Rio Grande, ver: (TORRES, 2008).

¹⁴ O Tratado “previa que à Espanha caberia a Colônia do Sacramento e toda a Banda Oriental do Uruguai, incluindo o território das Missões Orientais. Portugal, por sua vez, garantia sua soberania sobre Rio Grande e adjacências” (CAMARGO, 2003, p. 236).

por volta de 1845, a Estância tinha uma “população residente, entre escravos, peões e proprietários próximo ao milhar” e seus “cultos religiosos reuniam dezenas de pessoas, muitas vindo das estâncias vizinhas” (CALDAS, 1990, p. 38). Ainda, sobre essa estância, Frei Cristóvão Vacaria¹⁵ faz a seguinte descrição:

A Estância do Paraíso era tão grande que foi também chamada de “Estabelecimento”. Todo o edifício tinha mais de 300 aberturas com sobrados. A Estância tinha uma capela de 13X30, caieira, olaria, estábulos, cadeia para os escravos, cemitério. O serviço da Estância era atendido por muitos escravos. Sabe-se que por ocasião da libertação dos escravos, 300 deles receberam cartas de alforria (VACARIA, 1960, p. 82).

O autor descreve a estrutura comunitária que, devido sua prosperidade, motivou uma solicitação da Câmara Municipal de Jaguarão, em 1854, para que fosse criada uma nova freguesia com a invocação de São Francisco do Paraíso, no 2º distrito do Arroio Grande e às margens do Piratini, no Passo Maria Gomes. No entanto, o Governo Provincial rejeitou o pedido (CALDAS, 1990, p. 38) e no ano de 1868, a Estância do Paraíso foi leiloadada e suas terras foram desmembradas, surgindo assim, a divisão entre Paraíso Novo e Paraíso Velho, cujas estruturas remanescentes, ou melhor, parte delas, ainda resistem ao tempo; a Paraíso Velho abriga uma propriedade rural e a Paraíso Novo deu origem ao bairro Paraíso, no qual se destaca o imponente casarão do século XIX (CALDAS, 1990, p. 41).

Num segundo momento da história de Pedro Osório, a expansão ferroviária foi uma das principais alavancas para o desenvolvimento da localidade. Para Pedro Caldas (1990, p. 42), a construção da estrada de ferro Rio Grande-Bagé, no final do século XIX, foi fundamental para o surgimento do município, visto que incrementou ainda mais a aglomeração humana no local. Já, para Dias (1986, p. 33), a implantação dessa linha férrea fez parte do estímulo das atividades econômicas da região, pois trouxe “a possibilidade do mais fácil escoamento de produtos, incentivo à indústria, geração de empregos, locomoção e comunicação mais rápidas e constantes” (SCHMITZ, 2013, p. 54). Dessa forma, o histórico

¹⁵ Pároco de Pedro Osório, que publicou um relato da enchente de 1959 no município, obra intitulada *Rebelião das Águas*.

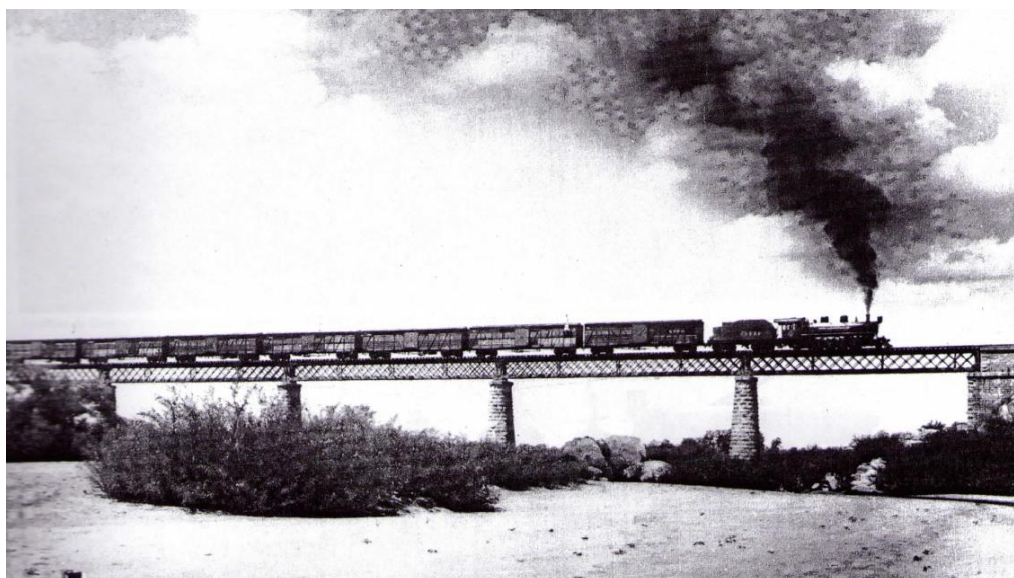
dessa linha de trens está diretamente ligado aos projetos de expansão ferroviária no sul do Brasil, cujo início teve origem nos debates realizados na Assembléia Provincial, no ano de 1866. Tais discussões visavam a construção de uma linha ferroviária entre as colônias alemãs do Vale dos Sinos e Porto Alegre, a qual teve sua primeira seção da estrada inaugurada em 1874. Em seguida, foi implantada uma rede de estradas de ferro por toda a Província distribuída em quatro linhas principais: Porto Alegre – Uruguaiana; Rio Grande – Bagé; Santa Maria – Marcelino Ramos e Barra do Quaraí – Itaqui (SCHMITZ, 2013, p. 37). Pedro Osório está inserida no contexto da linha Rio Grande – Bagé, inaugurada em 2 de dezembro de 1884. A tabela abaixo demonstra as estações estabelecidas ao longo da linha, na qual aparece a Estação Piratini, antigo nome de Pedro Osório.

Tabela 1 – Estrada de ferro Rio Grande - Bagé
Estações

Estações	Posição quilômetro	Altitude (m)
Marítima	0	29,300
Rio Grande (central)	2,8	30,000
Junção	7,3	30,300
Quinta	19,9	33,070
Povo Novo	35,8	41,860
Pelotas	55,3	30,500
Theodósio	67,8	51,050
Capão do Leão	70,0	43,700
Passo das Pedras	89,8	55,800
Cerrito	103,1	52,550
Piratini	104,4	54,000
Basílio	126,8	77,380
Cerro Chato	156,3	126,200
Nascente	182,2	215,500
Pedras Altas	196,7	294,000
Candiota	225,3	218,730
Santa Rosa	243,2	218,800
Rio Grande	258,8	208,340
Bagé	283,0	236,000

Fonte: Relatório da E.F. Rio Grande a Bagé. The Southern Brazilian Rio Grande do Sul Company Limited. Rio Grande, 1903. In: DIAS, 1986, p.129.

Imagem 02: Locomotiva sobre o Rio Piratini, em trecho da E.F. Rio Grande-Bagé.



Fonte: DIAS, 1986, p. 131.

A imagem acima demonstra a modificação na paisagem do Rio Piratini com a construção da ponte ferroviária, da qual hoje, restam apenas os pilares de sustentação. No entanto, a estruturação da ferrovia não só trouxe mudanças físicas e econômicas, mas também alterações sociais e culturais. Inegavelmente, a vinda de funcionários especializados de vários locais instaurou novas relações sociais e costumes diferentes, a qual enriqueceu e forneceu base à formação da identidade ferroviária, que acompanhou Pedro Osório por muitos anos. As transformações advindas com as instalações da viação férrea no vale do Rio Piratini modificaram por completo os hábitos dos moradores locais. Segundo Maira Schmitz:

As ferrovias ocasionaram transformações não somente por sua existência física e “real”, desenvolvendo o transporte, propiciando ou impedindo a urbanização. Os trens passaram a adentrar a imaginação das pessoas, metaforicamente ou não, modificando a forma como estas se afinavam com o tempo, com a velocidade e seus estímulos e com o próprio espaço (SCHMITZ, 2013, p. 28).

Ademais, a localidade passou a ser um ponto de convergência de idas e vindas de muita gente, pessoas carregadas de bagagem nos dois sentidos da palavra, ou seja, traziam consigo seus pertences e suas experiências. Para José

Dias (1986, p. 127), a estação ferroviária era “um ponto de convergência dos caminhos do sul, principalmente dos que começavam em Santa Isabel, Arroio Grande, Herval e na fronteira e estratégica Jaguarão”. Inclusive, organizavam-se excursões ferroviárias dos municípios vizinhos às praias do Rio Piratini nos meses de verão, o que propiciou a construção de residências e estabelecimentos comerciais às margens do rio (XAVIER, 2002, p. 25). Então, pode-se dizer que a expansão ferroviária contribuiu para que o lugar adquirisse suas primeiras características de cidade, ganhasse certa visibilidade e mudanças em suas práticas cotidianas com a criação de espaços de lazer, convivência e estímulos culturais. Até mesmo os filmes exibidos nos cinemas locais eram trazidos pelos trens e, por isso, apresentavam suas estréias quase simultâneas às da capital do Estado (CALDAS, 1990, p. 96).

Por outro lado, não se pode deixar de mencionar a participação da atividade oleira na trajetória pedrosoriense, representada na figura do João-de-Barro¹⁶ que expressou, por algum tempo, a identificação simbólica da cidade (CALDAS, 1990, p. 110). Acredita-se que as primeiras olarias, ainda no século XIX, tiveram origem nos fornos artesanais construídos no interior das propriedades para a produção de tijolos voltada para o consumo interno e, posteriormente, surgiu o mestre oleiro, especialista em fabricar tijolos. Já, em princípios do século XX, a atividade oleira se desenvolveu em maior escala, adquiriu características industriais e trouxe mudanças para a economia local. Entretanto, em função da tecnologia incipiente de suas estruturas, as primeiras olarias iniciaram suas atividades de maneira artesanal. Cátia Silveira (2008) apresenta uma ideia de como seria esse trabalho inicial:

Primeiramente, as carretas, geralmente, puxadas por zorra-tratores, retiravam a matéria-prima, o barro de escavação; depois depositavam o material nas olarias, onde havia máquinas que amassavam o barro, em forma de caracol, puxadas por cavalos. Em seguida, o material era transportado para as formas de madeira dupla, onde aguardava um período de tempo destinado à secagem. Depois era levado ao forno, para queima, sendo

¹⁶ Fomeira: ave passeriforme da família Furnariidae que constrói seu ninho com barro. Avibase – the world bird database. Disponível em: <http://avibase.bsc-eoc.org/species.jsp?lang=EN&avibaseid=833CB552944E4E51>. Acesso em 02/03/14.

subsequentemente retirado e empilhado para comercialização (SILVEIRA, 2008, p. 16).

Nesse ponto, comparando-se as palavras da autora com as olarias em atividade no tempo presente, percebe-se que pouca coisa mudou na fabricação dos tijolos. Certo é que a produção oleira teve seus momentos de grandiosidade, mas, literalmente, tudo foi levado por água abaixo pelas enchentes que assolaram o município. Sendo assim, as poucas olarias que conseguiram sobreviver às intempéries locais (leia-se enchentes), continuam seu trabalho de maneira muito próxima do que era feito no passado, tal como pode ser visto na imagem abaixo, registrada durante percursos de reconhecimento realizados pelo Projeto Catavento¹⁷.

Imagem 03: Trabalhador na produção artesanal de tijolos em olaria de Pedro Osório



Fonte: Acervo Catavento, 2010.

Além da imagem, no trabalho de Cátia Silveira, um depoimento deixa claro o quanto são tênues as mudanças nas olarias ao longo do tempo; as diferenças

¹⁷ O projeto Catavento, desenvolvido no ano de 2010 por quatro professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Getúlio Vargas, teve por objetivo inicial percorrer os caminhos trilhados por seus alunos até à escola, a fim de aprender um pouco mais sobre eles. As imagens fizeram parte da exposição do evento Culturaqui, também idealizado pelo grupo. Para saber mais: <http://gymcatavento.blogspot.com.br/>

são identificadas nas rodas dos carrinhos, que passaram de madeira e ferro para borracha e no tamanho do tijolo que diminuiu (SILVEIRA, 2008, p. 31). Dessa forma, segue-se o trabalho nas poucas olarias que restaram no município de Pedro Osório, apenas quatro conforme catalogação feita por Cátia Silveira (2008).

Por fim, sabe-se que esse pequeno município, teve um passado de muita movimentação cultural; atraiu artistas de rádio, das chanchadas e dos circos mais famosos em suas casas de espetáculos. Esses lugares constituíam pontos de encontros sociais das vilas e arredores, nos quais apresentavam filmes, repertórios musicais, encenações teatrais e bailes de carnaval (CALDAS, 1990, p. 96). Entretanto, quase toda essa movimentação cultural se perdeu. Os cinemas fecharam as portas e a população ficou sem um teatro para apreciar seus artistas locais e visitantes, atividades tão necessárias às denominadas “trocas culturais”. Não obstante, na atualidade, o cotidiano pedrosoriense possui suas peculiaridades, seja por meio do anúncio de enterro, que silencia as conversas por onde passa; pela figura ímpar do Santana, que se ocupa em não deixar a musicalidade morrer; pelo conhecido táxi fusca do seu Antônio, que surpreende quem visita a cidade pela primeira vez; pelo ponto de encontro dos jovens na escada do Banco Banrisul; pela tradicional escolha da duquesinha do carnaval; pela Festa do Maioral, tradicional comemoração da Quimbanda¹⁸; pela Expofesta Regional da Melancia ou, ainda, por aquela impressão de que certos lugares congelaram no tempo. Para Simone Vara (2004, p. 6), Pedro Osório é “uma típica cidade interiorana, que guarda o direito aos moradores do local de usufruir momentos que só são proporcionados por estes lugares aonde a modernidade ainda não chegou por completo”.

Posto isto, considera-se que apesar da escassez de fontes para o estudo do município de Pedro Osório, sua história está impressa em estruturas presentes ou ausentes; uma escrita “feita de linhas, desenhos, imagens, traçados” (POSSAMAI, 2010, p. 209), ou seja, a própria cidade registrou sua trajetória histórica. No entanto, essa escrita segue por “linhas tortuosas, descontínuas, inacabadas”, na qual se deve “ir além do que os sentidos apreendem” (Idem). Nesta direção, Zita Possamai fala da imprescindibilidade da observação apurada, a fim de discernir o visível e o invisível no contexto urbano por meio do seu

¹⁸ A Quimbanda é um Culto afro-brasileiro, com influências do espiritismo e do ocultismo.

Patrimônio Cultural Material ou Imaterial. Sendo assim, utilizou-se a metodologia da Educação Patrimonial com a finalidade de identificar, sob o olhar de estudantes da rede básica de ensino, os bens culturais locais.

2.2. O Patrimônio Cultural local

Cada cidade possui sua história delineada em espaços naturais ou construídos, não pela cultura material fechada em si mesma, mas sim pela essência humana impregnada nas “coisas” manipuladas pelas pessoas; uma dimensão mais ampla do significado de cultura material, desde transformações dos lugares até um *souvenir* do presente com referências no passado (BARCELOS, 2009, p. 39). Sendo assim, entende-se que o Patrimônio Cultural é fruto da construção social de uma determinada época, que pode sofrer modificações ou não, dependendo da atribuição de valor que se dá a determinado bem cultural; em outras palavras, uma “relação da sociedade com sua cultura” (FONSECA, 2009, p. 69) . Sob tal perspectiva, a partir do trabalho realizado com alunos da Escola Municipal Getúlio Vargas¹⁹, identificou-se alguns bens culturais, materiais e imateriais, relevantes ao processo de construção do Patrimônio Cultural de Pedro Osório: prédios, ruas, praças, festas, práticas culturais e espaços naturais adotados pela população como lugares de lazer e convivência.

Entre os prédios, com certeza o opulento Casarão da Paraíso Novo (1833), localizado na rua José Joaquim Ferro, bairro Paraíso se destaca em meio às construções atuais, de onde parece observar silenciosamente a cidade que se desenvolveu ao seu redor; diz-se que ele serviu de cenário para a Revolução Farroupilha, mais precisamente ao lado do Império, por ter abrigado o Barão de Caxias, em 1843. Conforme Caldas “a 10 de março o Exército Imperial, comandado pelo Barão de Caxias, acampa ao sul do Piratini nas terras da Estância Paraíso, onde permaneceria durante dois meses produzindo ações militares contra os farrapos” (CALDAS, 1990, p. 38). Sendo assim, com base

¹⁹ Resultados obtidos com a metodologia de Educação Patrimonial mencionada no primeiro capítulo deste trabalho.

nessa informação, representantes da 21ª Região Tradicionalista do MTG²⁰ demarcaram o Casarão como ponto histórico mediante a colocação de uma placa, confeccionada pela administração municipal, em alusão à hospedagem de Caxias (Prof. Telmo Ferreira, ex-patrão do CTG Fogo de Chão, jun. 2014)²¹. De acordo com o Prof. Telmo, a placa foi alvo de vandalismo e, por isso, atualmente não se encontra mais no lugar; mencionou ainda, ser “uma pena, pois é um marco da história do município e, como tal, deveria ser tombado e preservado” (Prof. Telmo Ferreira, jun. 2014). Neste sentido, a administração municipal parece reconhecer a relevância histórica do prédio, como pode ser verificado em proposta ao Ministério do Turismo, na qual especifica que:

Já na rua José Joaquim Ferro, exatamente neste trecho a ser pavimentado, localiza-se Casarão Histórico, que é o registro maior da presença de Pedro Osório no evento “Guerra dos Farrapos”, maior revolução do Estado do Rio Grande do Sul; esta pavimentação permitirá melhor acesso aos turistas e moradores, bem como ao Parque do Sindicato Rural – local que estabelece muitos eventos durante o ano, e ao centro da cidade: sítio patrimonial (Contrato de Repasse nº 765574/ 2011)²².

Na página seguinte, pode-se ver duas imagens do Casarão. Sendo que, na primeira, tem-se uma visão geral da fachada do prédio, na qual se observa algumas intervenções em sua estrutura arquitetônica original; as cores das paredes foram modificadas (antes eram brancas) e as aberturas conservaram o tom azul, geralmente utilizado em construções coloniais. Já, na outra imagem, mostra-se o detalhe da placa de identificação, recentemente colocada, não se sabe por quem²³ e com uma informação que pode ser equivocada; pois não existe uma pesquisa precisa sobre o local e, além do mais, caso seja procedente a “hospedagem de Caxias”, não significa uma ligação direta com o conflito farroupilha.

²⁰ Movimento Tradicionalista Gaúcho: movimento que se dedica “à preservação, resgate e desenvolvimento da cultura gaúcha, por entender que o tradicionalismo é um organismo social de natureza nativista, cívica, cultural, literária, artística e folclórica” (MTG). Disponível em: www.mtg.org.br. Acesso em 23/06/2014.

²¹ CTG Fogo de Chão – Centro de Tradições Gaúchas de Pedro Osório, RS.

²² Disponível em: <https://www.convenios.gov.br>. Acesso em 23/06/2014.

²³ Ao perguntar-se ao Diretor de Cultura, Turismo e Desporto de Pedro Osório, Pablo Fernandes (jun. 2014), o mesmo respondeu que não fazia a mínima ideia de quem gerenciou a colocação da placa.

Imagem 04 – Casarão da Estância Paraíso (2013)

Fonte: Foto de Tatiana Carrilho Pastorini Torres

Imagem 05 – Casarão da Estância Paraíso (2014)

Fonte: Foto de Tatiana Carrilho Pastorini Torres

De qualquer forma, apesar das incertezas que permeiam a Sede da Estância Paraíso Novo, acredita-se que o Casarão merece ser citado, não pela visão elitista da suntuosidade do prédio colonial do século XIX, ou por ter hospedado o Duque de Caxias na campanha farroupilha, mas sim pelas relações estabelecidas com os pedrosorienses ao longo de quase dois séculos de sua

utilização; significados que perpassam a estrutura material; as permanências e as ausências na construção; o desaparecimento dos vestígios da senzala; o afastamento das “pessoas de bem” por conta do prostíbulo que ali funcionou ou, então, a reaproximação da população com a casa quando buscaram atendimento médico no posto de saúde ali instalado ou nas comemorações típicas da Festa do Maioral, no momento em que a Quimbanda fez do casarão seu templo em determinado período. Além disso, esse prédio continua a ocupar relevante lugar no imaginário da população local. Ao longo dos anos, ainda desperta curiosidade e inspira muitas “histórias”, lendas e personagens míticas associadas ou criadas em função do casarão. Para Thiago (2013), estudante da oitava série, “o casarão é muito importante porque tem um padre enterrado lá e uma mulher que pratica magia e possui muitos objetos mágicos estranhos, mora lá”.

Assim, do mesmo jeito, o complexo ferroviário foi escolhido como patrimônio e, apesar da imagem do trem ocupar espaço na representação cotidiana da cidade, as justificativas se fundamentaram na relação individual ou coletiva com os lugares. Nas questões feitas pelos alunos, havia a resposta de Rosa, aluna da Educação de Jovens e Adultos: “a ponte ferroviária, gostaria que fosse preservada. Tenho fotos dos meus filhos nela, para guardar de recordação, então gostaria que ela fosse preservada, para que outras pessoas possam ver” (Totalidade 3, jul. 2012). Assim, percebe-se, na simplicidade deste argumento, uma relação de memória com o lugar, uma atribuição pessoal de valor. Sendo assim, entende-se que as diversas construções ligadas à presença ferroviária, preservadas ou em ruínas – e até mesmo as que já desapareceram – são parte da memória e da história pedrosoriense. Desse complexo fazem parte a estação férrea; os alojamentos dos trabalhadores itinerantes; a famosa casa do arquiteto da estação; as casas dos trabalhadores ferroviários; a cooperativa dos empregados da V.F.R.G.S²⁴ e sua Pharmacia com “PH”; a ponte; a estação nova; a linha férrea; a Dorbrás, que fabricava os dormentes e o Ferroviário Futebol Clube. Porém, não são os prédios ou os vestígios resistentes à ação do tempo, mas as relações travadas pelos seres humanos que definem a construção desse patrimônio.

²⁴ Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

A estação de trem, atualmente sede da administração municipal, chama atenção por sua arquitetura²⁵ e pela relação com as pessoas que chegavam na estação, vindas de todos os lugares; o fluxo era tão grande, que após três anos da inauguração da linha férrea Rio Grande-Bagé, uma nova estação de “acordo com o status da crescente povoação” foi inaugurada, mais precisamente em 1887 (CALDAS, 1990, p. 45). Já no ano de 1895, esta estação foi palco da negociação de paz entre os Generais Galvão de Queirós e Joca Silva Tavares, líderes divergentes na Revolução Federalista²⁶ (CALDAS, 1990, p. 48). Assim, embora o fato em si não seja de primordial relevância, demonstra a participação de Pedro Osório no contexto da história regional e nacional. Além disso, propicia uma espécie de sentimento de fazer parte da história, ou ainda, nota-se que a proporção delimitadora da cidade não interfere na expressão histórica de seus habitantes. De acordo com Davi, aluno do Ensino Médio, ele aprendeu “que não é só a cidade grande que tem história, mas sim, a cidade pequena também tem” (Turma 1C, abr. 2013).

Imagem 05: Antiga Estação Ferroviária (2012)



Fonte: Foto de Tatiana Carrilho Pastorini Torres

²⁵ A arquitetura do local é estilo Eclético.

²⁶ A Revolução Federalista foi uma guerra civil, ocorrida no Sul do Brasil logo após a Proclamação da República Brasileira. Esse conflito foi gerado pelas disputas políticas entre Republicanos e Federalistas. Ver: (ALVES et al, 1993).

Na imagem anterior, visualiza-se o prédio da antiga estação ferroviária, utilizado para essa finalidade até o ano de 1982, quando a ponte férrea sobre o rio Piratini precisou ser reconstruída devido à ocorrência da enchente. Nessa oportunidade, o leito ferroviário foi transferido para o Bairro Orqueta e uma nova estação foi construída. No entanto, nessa mesma época, os trens de passageiros foram desativados e as estações silenciaram (GIESBRECHT, 2011, s/p). Sendo assim, a estação nova aos poucos tornou-se ruínas, bem como demonstra a imagem abaixo:

Imagem 06: Estação Ferroviária Nova (2012)



Fonte: Foto de Tatiana Carrilho Pastorini Torres

Outro ponto de destaque das respostas obtidas pelos alunos é o que sobrou da construção que abrigava a antiga Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea. Essa cooperativa foi fundada em 13 de outubro de 1913, na cidade de Santa Maria e a sede de Pedro Ósório erguida em 1930, a fim de atender os funcionários da VFRGS, desde a divisa com Pelotas até Jaguarão. Pouco se sabe sobre os detalhes da construção porque, tal como aconteceu com quase totalidade das fontes escritas, a documentação foi levada por sucessivas enchentes no município. Todavia, sabe-se que a Cooperativa não visava lucro, mas sim facilitar a vida de seus sócios; não trabalhavam com dinheiro em espécie, mas sim com talões que comprovavam os gastos de cada sócio. Nesse local, os funcionários poderiam adquirir alimentos, utensílios domésticos e

encomendar móveis por catálogos; as entregas de maior porte ou nos locais mais distantes eram feitas por trem. Porém, por tratar-se de uma cidade com poucos recursos, a Cooperativa precisou ampliar seus serviços para atendimento médico e farmacêutico dos seus sócios, inclusive transporte, por via férrea, para o hospital de Santa Maria (XAVIER, 2002, p. 30).

No passado, a sociedade pedrosoriense vivia em torno da Cooperativa; era o local das compras e de se saber as notícias da cidade. Segundo Arlete Xavier (2002, p. 31), “quase todas as pessoas que desciam do trem visitavam a Cooperativa, que as acolhia com um atendimento personalizado e diferenciado das outras casas comerciais”. Ademais, anualmente, era feita uma festa de confraternização no “dia do Cooperativista”, comemorado no dia 26 de outubro. Assim, foi o cotidiano pedrosoriense até 1964, quando a RFFSA²⁷ começou a declinar, causando a decadência da Cooperativa com a diminuição dos ferroviários na cidade por meio de transferências, aposentadorias voluntárias e demissões. Em 1988, fechou suas portas definitivamente e no ano seguinte, o prédio sofreu um incêndio que o deixou em ruínas. Por fim, um movimento deu origem a um projeto para recuperação e restauração do prédio, com ideia de abrigar o Teatro Municipal; entretanto, não houve avanços na execução da obra. O jornal de circulação local, “A Opinião”, publicou uma matéria sobre a mobilização da comunidade em conjunto com a Secretaria de Cultura e tratativas com a SEDAC/RS (Secretaria Estadual da Cultura) e IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado) para a realização desse projeto de cunho cultural e social. No entanto, segundo Maria Fernanda Botelho²⁸, ex-técnica em edificações da Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Pedro Osório, no ano de 2001, o IPHAE desconsiderou o projeto sob a alegação de que o prédio não tinha relevância patrimonial. Na imagem a seguir, pode-se ler a reportagem sobre o movimento pró-teatro.

²⁷ Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima.

²⁸ Trecho do depoimento realizado em 26/03/2014.

Imagem 07: Reportagem sobre o movimento pró-teatro



Fonte: A Opinião, Pedro Osório, 29 abr. 1997.

A comunidade se mobilizou, mas não foi atendida. No entanto, anos se passaram e, no presente ano (2014), novamente está se iniciando uma campanha pela cidade em favor da criação de um espaço reservado às apresentações culturais, algo inexistente no município; a imagem da fachada do prédio circula pela rede social *facebook* em conjunto com a inscrição "Eu quero um teatro em Pedro Osório, o sonho não acabou!!!".

Na imagem seguinte, observa-se a fachada do prédio principal da Cooperativa e os detalhes das pinturas, posteriormente, acrescentadas. Essas pinturas foram realizadas por integrantes do movimento pró-teatro (1997), nas quais pode-se supor uma representação de uma memória do passado, o incêndio

do prédio e outra construída sob a perspectiva do futuro, as atividades culturais de um teatro.

Imagem 08: Cooperativa dos Empregados da VFRGS (2013)



Fonte: Foto de Tatiana Carrilho Pastorini Torres

Na parte posterior do prédio principal, com acesso pela rua lateral, outra construção que também chama a atenção de quem passa são as ruínas da farmácia da antiga Cooperativa, a “Pharmacia” com “PH” como é identificada pela comunidade; recentemente, foi cenário do “Projeto Paisagem Líquida”²⁹, que consiste em ações poéticas e intervenções urbanas na cidade de Pedro Osório. Esse trabalho foi uma intervenção interessante nos lugares esquecidos ou “invisíveis” da cidade, desenvolvido pelas artistas Anieli Martins e Nauita Meireles. Inclusive, no dia 22 de março, o “Paisagem Líquida” organizou um chá de outono nesse mesmo prédio, com o objetivo de criar novas relações com um espaço ocioso da cidade e também dar força ao movimento pró-teatro. Esse evento reuniu músicos, poetas, artistas visuais, o grupo de Teatro Sáticos, vizinhos do prédio, alunos, professores e desconhecidos que por ali passaram; todos foram

²⁹ Para saber mais: <http://paisagemliquida.blogspot.com.br/>

convidados a se expressar por palavras, música ou gestos na companhia de um chá.

Imagem 09: Prédio da Antiga Pharmacia (2012)



Fonte: Foto de Tatiana Carrilho Pastorini Torres

Ainda no contexto ferroviário, incluiu-se o que restou da Dorbrás, a Companhia Brasileira de Dormentes, especializada na fabricação de dormentes de concreto bi-bloco. Em Pedro Osório, a fábrica se instalou em 1974, com uma produção que atingiu a marca da segunda maior do país e a única do sul do Brasil. No entanto, o declínio da RFFSA também refletiu na Dorbrás e, em janeiro de 1989, houve a desativação da indústria. Dessa forma, o município foi abalado pelo desemprego de grande parcela da população e pela ausência dos recursos financeiros repassados em impostos para a administração. Atualmente, a estrutura da antiga fábrica, que já foi depósito de locomotivas antes de fazer parte da Dorbrás, é ocupada pela Secretaria de Obras e também abriga os veículos da administração municipal.

Imagem 10: Dorbrás (2012)

Fonte: Foto de Tatiana Carrilho Pastorini Torres

Por outro lado, a Viação Férrea também fez parte da vida social e cultural dos moradores de Pedro Osório por meio de incentivos aos clubes de futebol, blocos de carnaval, promoção de eventos e grandes bailes. O Ferroviário Futebol Clube foi fundado em 22 de maio de 1926 e, apesar da decadência da Viação Férrea, a tradição do clube foi mantida e, mesmo com dificuldades, permanece em atividade no tempo presente. Desse modo, o mundo ferroviário fez parte do cotidiano das pessoas, de tal forma que “o próprio movimento de chegada e saída dos trens era um atrativo e fazia parte das atividades de lazer entre os jovens da época” (XAVIER, 2002, p. 37). Do mesmo jeito, os grandes bailes com orquestras famosas só começavam após a chegada do trem das 21h (Idem). Além do mais, a figura da “Maria Fumaça”, locomotiva a vapor, acompanhou por muito tempo o imaginário pedrosoriense; imaginário este que faz parte da construção da memória ferroviária exteriorizada por meio da “produção de traços” (CANDAU, 2012, p. 107) ainda no tempo presente, como pode-se ver no desfile da Agremiação do Gigante Ferroviário no carnaval de 2014, bloco carnavalesco de Pedro Osório. A imagem da página seguinte registrou o momento da homenagem à Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima com um carro alegórico representando uma locomotiva e um vagão de trem.

Imagem 11: Desfile da Agremiação Gigante Ferroviário (2014)

Fonte: Acervo de Luiz Henrique Lopes

Sem dúvida, a expansão ferroviária teve forte influência na história e na construção do patrimônio cultural do município de Pedro Osório, porém, não se pode deixar de lado a contribuição das olarias neste processo; uma memória, segundo Cátia Silveira (2008, p. 73) silenciada devido suas condições penosas; uma atividade “pouco valorosa e fadada àqueles que não têm qualificação profissional, ou ainda um passado de atividade marcada pela utilização desordenada do homem, dos recursos naturais” (SILVEIRA, 2008, p. 74). De qualquer forma, o cheiro do barro queimado, título do trabalho da autora aqui citada, ainda pode ser inspirado pelos moradores de Pedro Osório, apesar do reduzido número de olarias em atividade. Inevitavelmente, o odor inalado na atmosfera da cidade deixa de ser “simplesmente o cheiro da lenha queimando, como outras tantas vezes o sentiram, para caracterizar e trazer à tona uma memória de um lugar que traz a identidade marcada pelo trabalho das olarias” (SILVEIRA, 2008, p. 68). Sendo assim, a identificação com a produção oleira, outrora muito relevante na economia local, não foi apagada, muito pelo contrário, seja com lembranças felizes, saudosistas ou sofridas, essa memória está bem viva na sociedade pedrosoriense. Embora o estigma de associar o trabalho nas

olarias à ameaça ou punição por não estudar seja recorrente, não significa abandonar as olarias ao esquecimento. Na verdade, as poucas olarias remanescentes são lembradas como reminiscências de um passado próspero e uma alternativa de renda no pequeno município carente de empregos. Na imagem abaixo, verifica-se o trabalho braçal na olaria localizada no Bairro Orqueta em Pedro Osório.

Imagem 12: Olaria da Orqueta (2010)



Fonte: Foto de Tatiana Carrilho Pastorini Torres

Sob outra perspectiva, não se pode deixar de mencionar o patrimônio natural de Pedro Osório que, muitas vezes, é utilizado como local de lazer, convivência social e trocas culturais. Mateus, aluno do Ensino Fundamental, definiu patrimônio natural como “qualquer paisagem que não tenha sido construída pelo homem” (Turma 71, jun. 2012) e que se torna patrimônio cultural porque “começam a usar e aproveitar como lazer” (Andressa, turma 71, jun. 2012). A partir destas definições, foram escolhidos o Camping Municipal, a Orqueta e as Pedrinhas.

O Camping Municipal Paulo Roberto Pons, às margens do Piratini, é um dos lugares mais lembrados no trabalho de pesquisa desenvolvido com alunos da Rede Pública de Pedro Osório. Conforme Flávio, aluno da Educação de Jovens e Adultos (Totalidade 3, jul. 2012), o Camping é um lugar onde as pessoas

desfrutam da convivência entre si e com a natureza. Já, para o grupo de reportagens do *site* pedroosorio.net, relevante meio de veiculação das notícias locais, o Camping “é o principal ponto turístico da cidade, constituindo-se em verdadeiro patrimônio natural reconhecido por toda comunidade que dele desfruta”³⁰. Esse espaço possui uma uma área de lazer com banheiros, quiosques, bar, quadras esportivas, água e luz; também é a sede da maioria dos eventos que acontecem na cidade; muitos shows de rock movimentaram o Camping e as ruínas da antiga ponte do trem: entre eles, em 2001, o Pedrostock, “acampamento ecológico” idealizado pelo músico Edu Damatta³¹ e o Pedrock in Rio no encerramento da temporada de verão 2014. A imagem abaixo registrou um momento do Pedrock in Rio, no qual se visualiza um integrante da Banda John McClane emoldurado pelas ruínas da antiga ponte ferroviária e pela atual ponte rodoviária, que faz a ligação entre os municípios de Pedro Osório e Cerrito.

Imagem 13: Banda Jonh McClane no Pedrock in Rio (2014)



Fonte: Acervo da Banda John McClane

³⁰ <http://www.pedroosorio.net/news/2687> . Acesso em 05/03/2014.

³¹ Fonte: Jornal Diário Popular, de Pelotas, de 20/04/2001, Caderno Cultura. Disponível em: http://www.diariopopular.com.br/20_04_01/rr180402.htm . Acesso em 05/03/2014.

Outro espaço eleito como patrimônio natural nos relatos analisados, foi a Orqueta, do espanhol horqueta, diminutivo de horcón, cuja tradução seria forquilha (XAVIER, 2002, p. 22), assim denominada pela proximidade com a bifurcação formada pelo encontro das águas do Arroio Basílio (ou Santa Maria) com o Rio Piratini. Nesse lugar, passado e presente se entrelaçam nas lembranças da comunidade pedrosoriense; muitos acontecimentos marcaram aquela parte das margens do afluente do Rio Piratini, que corre por baixo da ponte que liga Pedro Osório ao interior de Piratini. Para Jaqueline, aluna do Ensino Fundamental, a Orqueta é um lugar de beleza natural, onde os moradores, “além de desfrutar a água e se divertir com a família e amigos, tem muitos cantinhos bonitos para quem só quer passear” (Turma 71, jun. 2012). Sendo que, ao comentar sobre a água, a menina se refere à captação de água que abastece a cidade.

Por outro lado, no que diz respeito à Orqueta, o bairro de mesmo nome é muito citado nos relatos analisados, especialmente pelas marcas das enchentes registradas nas construções, nas ruínas ou na ausência total de algo que ali existiu. De acordo com José Luiz, aluno da EJA, “o bairro Orqueta é muito conhecido em Pedro Osório” e precisa ter sua história preservada (Totalidade 3, jul. 2012). Ainda às margens do Arroio Basílio (Rio Santa Maria), outro espaço natural de lazer, as “pedrinhas”, foi identificado pelos alunos do Ensino Fundamental e também moradores das proximidades da Orqueta, como o “lugar deles”; falaram de sua preocupação com o futuro desse espaço, o qual adotaram como o “seu patrimônio”. Segundo eles “as pessoas deveriam cuidar do patrimônio” já que “é um local cultural onde as pessoas tem costumes transmitidos” (Jaqueline, turma 71, jun. 2012); um espaço reservado às brincadeiras e às tradições familiares de escalar árvores para coletar “barbas-de-pau”, utilizadas na confecção de ninhos de Páscoa ou buscar determinadas folhagens para práticas ritualísticas em religiões afro-brasileiras e uso medicinal (Relato de aluno, jun. 2012). Então, interpreta-se essas falas como manifestações de uma relação de pertencimento com esse espaço apropriado e integrado às suas vidas e seu cotidiano (PELEGRINI, 2009, p. 35).

Imagem 14: Ponte da Orqueta (2010)

Fonte: Acervo Catavento

A imagem acima ilustra a ponte da Orqueta, na qual se pode ver a ausência de parte das laterais e a sinalização da bomba que leva água até a estação de tratamento da Corsan, Companhia Riograndense de Saneamento. Já, a imagem 14, representa a localidade das “pedrinhas” e o esforço de três alunos do Ensino Fundamental em retirar uma embalagem plástica flutuando nas águas do Arroio, com o propósito de evitar a poluição e destruição do lugar adotado por eles como seu patrimônio.

Imagem 15: As “pedrinhas” (2012)

Fonte: Foto de Tatiana Carrilho Pastorini Torres

Os lugares, sem dúvida alguma, ocuparam a maioria das respostas e relatos obtidos na etapa de identificação dos bens culturais do município de Pedro Osório, entretanto, sabe-se que o patrimônio não se restringe apenas aos bens materiais. De acordo com Fonseca (2009, p. 71), “lendas, mitos, ritos, saberes e técnicas, podem ser considerados exemplos de um patrimônio dito imaterial”. Assim sendo, percebe-se a dimensão imaterial do patrimônio nos relatos das relações desenvolvidas com os lugares mencionados. Além disso, dois aspectos, citados pelos alunos durante as caminhadas, chamaram a atenção durante o desenvolvimento da pesquisa: a Festa do Maioral, tradicionalmente realizada no município, mas pouco citada entre os habitantes; e a figura do “Santana”³², uma espécie de embaixador da cultura brasileira no município, se assim pode ser chamado.

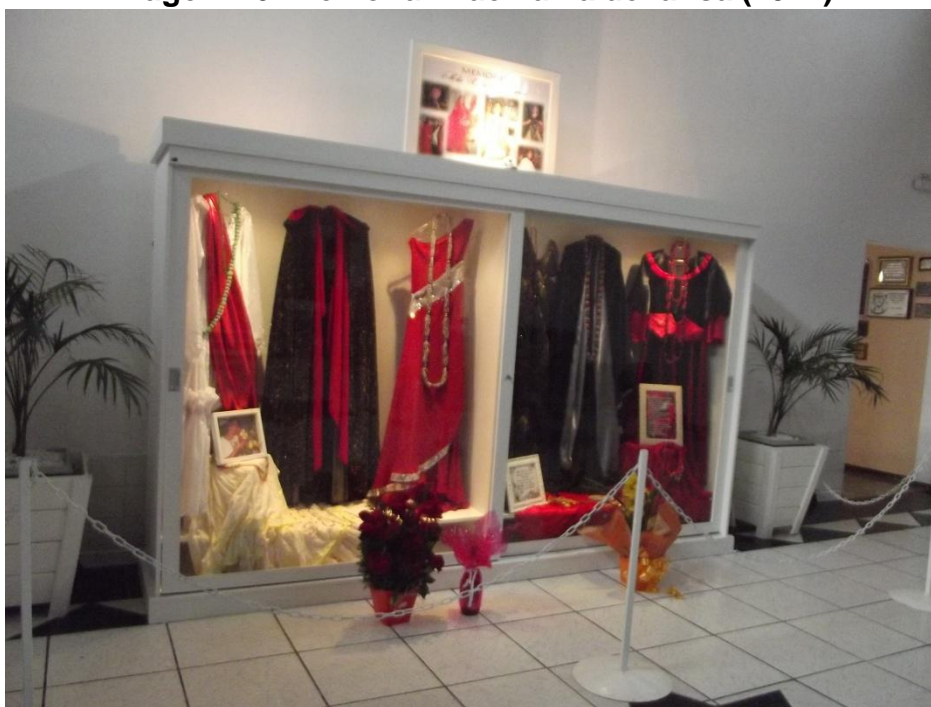
A Festa do Maioral é uma comemoração realizada anualmente pela Fraternidade Estrela da Manhã, sede da Quimbanda em Pedro Osório. Sendo que, “Quim”, médico ou grão-sacerdote dos cultos Bantos e “banda”, cidade, é uma palavra originária do Quimbundo, uma mistura de dialetos africanos utilizada para melhor compreensão entre os habitantes das regiões tribais de Angola e Moçambique. Assim, a Quimbanda é um Culto Afro-brasileiro que, embora tenha o segmento contextual da Umbanda, por cultuarem os mesmos Orixás e espíritos, diferem entre si; a Quimbanda trabalha mais com a invocação de Exus e Pombas Giras, cuja figura de destaque é o Exu Maioral, o mensageiro dos Orixás. De acordo com a mitologia africana, o Exu é uma entidade dualista, ou seja, tanto pode ser voltada para o mal quanto para o bem; além disso, é o “encarregado de levar aos deuses os pedidos e oferendas dos seres humanos” (FRANCHINI; SEGANFREDO, 2009, p. 9) e costuma ficar nas encruzilhadas ou lugares considerados inferiores.

A Quimbanda em Pedro Osório foi fundada por sete pessoas no dia 21 de março de 1991; iniciou-se em uma sala 2 X 3 e, atualmente, dispõe-se de um grande Templo, com cerca de 700 m², situado na RS 706, próximo ao acesso de entrada da cidade. De acordo com o Sr. Ubirajara Vergara (jun. 2014), o Pai Bira

³² Em 31 de maio de 2010, o MinC premiou 52 projetos radiofônicos de 15 minutos sobre o tema Diversidade Cultural. Entre os premiados, o radiodocumentário Americas sobre o Santana. Disponível em: <http://americasgrill.blogspot.com.br/2014/05/blog-post.html>. Acesso em 07/06/2014.

do Maioral, a entidade deixou de ser apenas um lugar de culto e se tornou uma fraternidade fundamentada legalmente em Estatuto, Regimento e Razão Social; a estrutura possui estacionamento, refeitório, cozinha, secretaria, sala da diretoria, área de assistência social, vestiários, área de lazer, sala para sessões de menor porte e a sala para grandes eventos, com um espaço reservado ao memorial de sua falecida esposa, Mãe Tânia de Iansã. A imagem abaixo mostra o espaço do memorial.

Imagem 16: Memorial Mãe Tânia de Iansã (2014)



Fonte: Foto de Tatiana Carrilho Pastorini Torres

O templo é aberto à visitação e à participação em festividades, mas é fechado para adeptos, ou seja, os candidatos a membros ativos, precisam “preencher um questionário para candidatos e realizar um ano de experimentação...observação da vida espiritual e material...ver as intenções de crescimento da pessoa” (Ubirajara Vergara, jun. 2014); as análises de aceite de futuros membros passam pelo Conselho de Ética, que por sua vez, é formado por meio de eleição em candidatos previamente escolhidos, que tenham atingido o 7º grau na escala de 14 graus. Sendo que, segundo o Sr. Ubirajara (jun. 2014), a fraternidade não tem restrições às condições sociais, étnicas ou de gênero; “o

lugar é aberto a todos...aqui vem a prostituta, o drogado, o traficante...o que importa é como eles se portam aqui e não interferem na boa ordem. Cerca de 30% dos membros da Fraternidade são negros” (Ubirajara Vergara, jun.2014); o princípio fraternal é preponderante, o desejo de transformação do carma e a disposição em trabalhar o céu e o inferno interior.

A Fraternidade Estrela da Manhã é sede de 28 municípios e a única em caráter de fraternidade no Rio Grande do Sul. Além disso, apesar de manter rituais sincréticos conhecidos no Brasil, possui uma doutrina própria que utiliza segmentos afros, ciganos, cristãos e preparação de sacerdócio igual aos ritos do Antigo Testamento da Bíblia (Judaísmo); esses preceitos doutrinários são avaliados a cada dois anos em conferências específicas. O líder espiritual é representado na figura do “Pai de Santo” que já prepara seus possíveis sucessores, a fim de garantir a continuidade da fraternidade. Em depoimento, o Sr. Ubirajara diz que:

O nosso estatuto prevê descendentes para assumir a direção da Fraternidade...caso eu morra...substitutos já estão sendo preparados. Assim, fica a garantia de que muitas gerações poderão desfrutar desse Templo e toda a sua estrutura (Ubirajara Vergara, jun. 2014).

A Festa do Maioral é uma homenagem ao espírito milenar de um homem com grau de sabedoria elevado que escreve a linha doutrinária da Fraternidade Estrela da Manhã. Porém, Maioral não é o nome da entidade, mas sim “um apelido...uns dizem que é Lúcifer...mas não aquele Diabo que é apenas um dogma criado...Deus e Diabo estão no nosso interior” (Sr. Ubirajara Vergara, jun. 2014). A realização da festa é precedida de uma preparação feita pelos adeptos que consiste em 14 dias de conhecimento e 21 dias de doutrina e obrigações e termina com a grande festa no Templo, comemoração aberta à comunidade, com muita comida e bebida oferecidas a todos. Na página seguinte, apresenta-se uma imagem (publicada no *site* pedroosorio.net) do banquete organizado para a 22ª Festa do Maioral, realizada em Pedro Osório no dia 29 de março de 2014; essa edição da festividade, de acordo com o Sr. Ubirajara Vergara (jun. 2014) contou com a participação de mais ou menos 800 pessoas de diferentes lugares do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina:

Imagem 18: Banquete da 22ª Festa do Maioral em Pedro Osório



Fonte: Foto de Rodrigo Netto, repórter do *site* pedroosorio.net (2014)

Segundo o Sr. Ubirajara Vergara, a Festa do Maioral foi incorporada às festividades da semana de comemoração do aniversário do município de Pedro Osório a pedido da Prefeitura Municipal e com registro oficial em documento arquivado na Secretaria de Cultura. Desse modo, oficializou-se uma festa que contribuiu para a divulgação e visitação do município por pessoas de vários lugares; por isso, considerada por alguns como “patrimônio cultural e religioso da cidade”³³ (Rodrigo Netto, jornalista, abr. 2014). Já para o Sr. Ubirajara Vergara, representante da Fraternidade Estrela da Manhã, a festa deve ser considerada patrimônio cultural porque é:

[...] uma das festas que possibilita trocas sociais e valorização da cultura afro. Sabe...nós começamos com um pequeno lugar lá no meio dos bairros e a certa hora a pedra começava a cair no telhado...hoje nós somos respeitados e valorizados...e não apenas isso, os demais centros de matriz africana no município, também adquiriram respeito e maior aceitação por parte da população, por nossa causa...Uma prova disso é o Clube Piratini, entidade administrada há 80 anos por católicos, que nos homenageou com uma placa de reconhecimento (Ubirajara Vergara, jun. 2014)

³³ Disponível em: <http://www.pedroosorio.net/news/4204>. Acesso em 07/06/2014.

Sendo assim, verifica-se que a Festa do Maioral, aos poucos, adquiriu reconhecimento entre boa parte da população pedroosoriense e, por outro lado, promoveu a cidade em diferentes localidades do Brasil, por ser uma forma de atração para visitantes; ademais, “tem casos de que Pedro Osório só é conhecida aí fora por causa da Fraternidade e da Festa do Maioral” (Ubirajara Vergara, jun. 2014). Desse modo, justifica-se a relevância dessa festividade, considerada por alguns, parte do Patrimônio Cultural de Pedro Osório, da mesma forma que outros chegam a mencionar a figura do Santana como uma grande referência na cultura local.

“Santana” é o apelido do Sr. Reinoldo Schöffner³⁴, nascido no vilarejo Alfredo Ávila, localidade próxima ao município de Herval e morador de Pedro Osório; um lavador de carros, ex-vereador, com cabelos desgrenhados, barba grande e roupas surradas; mas, também, uma pessoa com “gostos” refinados, fala rebuscada, conhecido e admirado pelo meio artístico brasileiro. Segundo Simone Vara (2004, p. 2), “quem conhece Santana apenas pelo telefone, se surpreende ao conhecê-lo pessoalmente. Sua intelectualidade faz com que se crie uma imagem diferente da que se apresenta”. Já, Caio Lopes, produtor cultural em Pelotas, descreve “Santana” da seguinte forma:

Santana é uma daquelas pessoas que quem conhece não esquece, seja pelo impacto que sua aparência desperta em nosso íntimo, como se fizesse uma leitura de nossa alma ao conhecê-lo, de chinelos de dedo, calças rasgadas, cabelos desgrenhados, uma camisa rota, magro e sempre fumando seus cigarros enrolados e com um olhar muito doce, Santana revela os preconceitos escondidos dentro de cada um de nós. (Caio Lopes, produtor cultural, out. 2009)³⁵.

Com uma vida simples e um amplo conhecimento musical, “Santana” se tornou um “mediador cultural em Pedro Osório” (VARA, 2004), responsável pela conexão do pequeno município com várias regiões do Brasil por meio de trocas culturais. De acordo com Caio Lopes (out. 2009), Santana estabeleceu “uma ponte entre a cultura dos violeiros e cantadores nordestinos com a cultura gaúcha” e trouxe vários artistas em apresentações ao público pedroosoriense, tais como: Elomar, Xangai, Dércio Marques, Turíbio Santos, Lúcio Yanel, Daniel Wolff,

³⁴ Apelido que lhe foi atribuído devido sua admiração pelo guitarrista mexicano Carlos Santana.

³⁵ Disponível em: <http://caiolopes-caio.blogspot.com.br> . Acesso em 09 mar. 2014.

Pereira da Viola, Daniela Lasalvia, Kátya Teixeira, Mônica Albuquerque e Socorro Lira. Assim sendo, percebe-se que “Santana”, entre outros citados por Simone Vara (2004, p.7), faz parte do conjunto de personagens que constituem o pequeno município, de tal maneira que a cantora Socorro Lira se refere ao município como “Pedro Osório de Santana”.

Turíbio Santos, violonista brasileiro, em sua autobiografia menciona a apresentação que fez em Pedro Osório no dia 4 de maio de 1991 e a coloca entre os concertos mais importantes da sua vida. Segundo Turíbio, “Santana conseguiu fazer da apresentação em Pedro Osório um momento de afeto, amizade, cultura, música e otimismo como raras vezes”, destaca (SANTOS, 2002, p. 43). Inclusive, foi por intermédio do “Santana” que esse artista tocou na cidade com entrada à preço popular, da mesma forma que continua, na medida do possível, presenteando os moradores do pequeno centro urbano com artistas musicais.

Portanto, o Sr. Reinoldo Schöffler, o “Santana”, tal como é conhecido, desenvolve um trabalho cultural de grande relevância para o município de Pedro Osório. Para Simone Vara (2004, p. 20), “Santana é parte crucial da história de Pedro Osório e principalmente para os amantes da boa música que vê nele um meio de preservar a nossa cultura, as nossas raízes”. No entanto, apesar de já ter sido destaque em entrevistas da TVE-RS e da Revista Veja, “Santana” permanece em sua vida simples e em depoimento feito à pesquisadora Simone Vara (2004) parece não desejar destaque algum, pois menciona as seguintes palavras: “eu continuo a te dizer eu não sei quem sou e nem quero saber e não estou interessado em saber tão pouco. [...] que coisa maravilhosa, tu não saber quem tu és... eu prefiro ficar aqui, sem saber quem sou eu” (SANTANA apud VARA, 2004, p. 4). Contudo, Caio Lopes o define como uma “lenda cultural”, o guitarrista Fernando de Marília menciona vê-lo como um Dom Quixote dos sonhos e uma criança encantadora (VARA, 2004, p. 4) e a cantora Katya Teixeira o cita como “patrimônio vivo” de Pedro Osório.

Em síntese, os traços do município de Pedro Osório foram aos poucos delineados por meio da observação e construção dos alunos acerca dos seus bens culturais. Além disso, as enchentes foram lembradas como agentes na

transformação do espaço da cidade e algumas práticas costumeiras da população pedrosoriense.

2.3. O papel das enchentes na transformação do Patrimônio

Inicialmente, escuta-se dizer que o Rio Piratini invadiu Pedro Osório muitas vezes, mas, na verdade, talvez tenha sido a cidade que invadiu o rio; afinal, a construção de um espaço urbano próximo às margens, parcialmente “edificada sobre o leito das cheias excepcionais” de um rio está suscetível à inundações (TELLES, 2002, p. 42). Sendo assim, o município foi, periodicamente, desestruturado pelas cheias do Rio Piratini. De acordo com Telles (2002, p. 5), “as águas invadem o espaço socialmente construído sem enviar um aviso prévio, ocasionando danos de diversas ordens à população local”. Entre esses danos, com certeza, o patrimônio local foi alterado ou completamente danificado ao longo das recorrentes enchentes. Os registros de grandes inundações, intercaladas por pequenas cheias, fazem referência aos anos de 1914, 1941, 1959, 1983 e 1992³⁶. No entanto, as três últimas deixaram marcas profundas na estruturação da cidade, de tal forma, que o local não mais se recuperou totalmente do ponto de vista econômico.

Sobre a enchente de 1959, existe o relato detalhado do Frei Cristóvão de Vacaria, então pároco de Pedro Osório, que descreveu os infortúnios da calamidade e que, posteriormente, foi publicado sob o título “Rebelião das Águas” (1960). Apesar do caráter religioso visível em muitos aspectos de sua fala, percebe-se a relevância desse trabalho no relato da enchente que arrasou a cidade doze dias após sua emancipação. Na noite do dia 15 de abril de 1959, a população pedrosoriense se viu mergulhada na escuridão e no terror (CALDAS, 1990, p. 114). Segundo Frei Cristóvão:

Seriam 9 horas da noite quando as águas que já então subiam assustadoramente, inundaram a usina, deixando as vilas na mais completa escuridão. Não tivemos tempo de fazer nada. Pouco depois, só se ouviram gritos de socorro e tiros de revólver, que não chegaram a ser abafados pelos ruídos da correnteza. Quando as pontes ruíram, com um barulho ensurdecedor, parecia ter-se aproximado o momento do Juízo Final. Três pessoas

³⁶ TELLES, 2002.

morreram afogadas naquela noite e na madrugada de quinta-feira: duas senhoras e uma criança” (VACARIA, 1960, p. 10).

O impacto da enchente sobre o patrimônio também é descrito pelo frei, que menciona como a força das águas transformou as construções em ruínas e destruiu as lavouras: “pesadas estruturas metálicas lançadas a centenas de metros...estradas, residências e lavouras destruídas...verdadeira massa de água precipitou-se durante a noite sôbre a localidade. Em poucos minutos só restavam escombros” (VACARIA, 1960, p. 13). Em outro momento, pode-se sentir as mudanças trazidas pelas águas que, segundo o pároco, teriam sido o batismo do município recentemente emancipado; o relato da chegada do sacerdote da Igreja de Basílio apresenta as seguintes informações:

O sacerdote continuou sua caminhada. Pasmou diante dos destroços de Olimpo e Cerrito: casas desaparecidas, levadas pelas águas, casas demolidas, danificadas...acúmulos de lixo fétido pelas ruas e pelas casas que sobraram...tantas coisas preciosas, tantas coisas queridas, roubadas ou malbarratadas pelas águas... (VACARIA, 1960, p. 26).

Contudo, apesar do choque com a tragédia, os pedrosorienses contabilizaram seus prejuízos, arregaçaram as mangas e foram em frente, tal como a comparação feita pelo Frei, no momento em que aponta que: “as formigas têm seu ninho. Se acontece que mão inimiga vem destroçar o ninho, de longe onde caíram, voltam trazendo a armação de seu ninho, e dia e noite, labutam na reedificação da antiga casa” (VACARIA, 1960, p.33). Deste modo, muito parecido com as formigas, a população trabalhou e reergueu a cidade. Porém, outras duas enchentes voltaram a invadir as ruas, as casas e o cotidiano de seus moradores.

No dia 15 de fevereiro de 1983, mais uma vez a chuva torrencial expandiu as margens do Rio Piratini e a cidade foi parcialmente destruída. De acordo com Telles (2002, p. 40), mais de trezentas casas foram atingidas e a ponte férrea foi levada pelas águas pela segunda vez”. Por conseguinte, essa ponte foi reconstruída em outro lugar, sob um novo traçado da linha férrea. Sobre este aspecto, Caldas (1990, p. 114) menciona que essa enchente, comparada a de 1959, não atingiu proporções tão catastróficas, mas contribuiu para mudanças

nos hábitos dos residentes locais. As “histórias” das enchentes passaram a fazer parte da roda de chimarrão, as casas próximas aos rios (Piratini e Santa Maria) perderam o valor, brotaram sobrados e a cidade se expandiu para as colinas (CALDAS, 1990, p. 115). Também surgiram os “olheiros de enchente”, pessoas que observam o rio ao longo dos dias chuvosos. De acordo com Pedro Caldas:

Nas casas próximas aos rios, as luzes ficam acesas até bem tarde e poucos se entregam ao mundo dos sonhos. Se o fazem, os sonhos são nervosos, interrompidos por um levantar e ir até a porta espiar se o rio continua lá “embaixo”. Na madrugada, não é raro ver pessoas com capas de chuva sobre pijamas indo até a ponte, só para conferir e ter certeza de que o rio não está ameaçador (CALDAS, 1990, p. 116).

A imagem abaixo demonstra as condições da ponte férrea após a enchente de 1983, na qual observa-se os trilhos retorcidos e alguns pilares tombados. Essas ruínas, ainda hoje, fazem não apenas parte da paisagem do Rio Piratini, mas também são testemunhos de uma época e referencial para eventuais cheias.

Imagem 19: Ponte do trem destruída (1983)



Fonte: Acervo de Maria Fernanda Botelho

Outra enchente, de grande proporção, atingiu Pedro Osório em abril de 1992. De acordo com Manoel Magalhães (1992, p. 12), “o Piratini foi um silencioso inimigo”, que cobrou do “homem a perda do seu próprio refencial”. Em sua crônica da enchente, o autor descreve a destruição e as transformações provocadas pelo avanço das águas pelas ruas da cidade; fala do desespero das pessoas em busca de salvação para suas coisas, pois, o “ser humano, quando perde seus referenciais (casas, objetos preciosos, relíquias, lembranças palpáveis de coisas ou de alguém) transforma-se num ser absolutamente desprotegido” (MAGALHÃES, 1992, p.10). E nesse ponto pode-se traçar um paralelo entre o significado da cultura material na vida humana no relato de Magalhães e a reflexão feita por Barcelos (2009, p. 34), na qual menciona que a cultura material “não é apenas parte do que significa ser humano. Ela é a própria humanidade. Não há humanidade sem cultura material”. Sendo assim, pode-se dizer que parte dos pedrosorienses foi carregada pelas águas do Rio Piratini e seu patrimônio cultural sofreu danos irreparáveis, tal como o acervo da Biblioteca Municipal; sobre este ponto, Manoel Magalhães, jornalista e escritor, residente em Pedro Osório na época da enchente, fez a seguinte narrativa:

Estávamos passando em frente à Biblioteca Municipal, igualmente arrasada, local que, durante a enchente, transformou-se numa “ribalta” onde o espetáculo não fora, por assim dizer, de dedicadas e preciosas horas de leitura, meditação e saber, mas, sim, lugar onde foi “executado” grande patrimônio cultural de proporções inimagináveis (MAGALHÃES, 1992, p. 34).

As palavras do autor demonstram o papel das enchentes no processo de transformação do patrimônio cultural, seja pelas marcas nas fachadas dos prédios, pelas ruínas ou pela total ausência de construções que não resistiram a chamada “Guerra Silenciosa” das águas; as cheias (re)escreveram a história de Pedro Osório e esta, por sua vez, pode ser compreendida por meio da educação do olhar. Sendo assim, considera-se que o ensino de história não precisa ficar limitado aos livros e às salas de aula, mas pode ser construída em conjunto com os discentes por meio da Educação Patrimonial, como será abordado no terceiro capítulo, a seguir.

CAPÍTULO III – OS DISCENTES E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA

[...] a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladura.

Ítalo Calvino

As palavras de Ítalo Calvino, em sua obra *As cidades invisíveis*, remetem à relação existente entre história, memória e patrimônio, ou seja, uma leitura das linhas e entrelinhas, esboçadas a partir das lembranças constituídas por meio das representações materiais e imateriais de uma determinada localidade. Nesse sentido, desenvolveu-se uma prática de Educação Patrimonial com alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Getúlio Vargas e do Colégio Estadual Getúlio Vargas, ambas Escolas situadas no Município de Pedro Osório (RS). Nas atividades, percorreu-se diversos lugares da cidade a fim de identificar, questionar, registrar e valorizar os seus bens culturais a partir do olhar dos alunos, assim como compreender a sua relação com a construção histórica dos pedrosorienses.

3.1. As Escolas e seus discentes

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Getúlio Vargas³⁷, situada na Av. Presidente Vargas, no Bairro Brasília, foi fundada em 27 de abril de 1960;

³⁷ Atualmente, encontra-se em construção um novo prédio em outro ponto da Avenida Presidente Vargas.

inicialmente, era uma pequena “brizoleta”³⁸ multisseriada, mas, aos poucos, foi crescendo em conjunto com a comunidade ao seu redor e, hoje, a Escola contempla todo o ensino fundamental (Atas Oficiais, 1960 a 2011), com cerca de 400 alunos. O prédio apresenta em sua estrutura as modificações realizadas ao longo do tempo, a qual, conforme aumentava o público escolar, acrescentavam-se as salas em forma de anexos à construção principal. No entanto, devido ao seu contexto de criação, afastada do centro e num bairro “cuja maioria da população vivia em eterno flagelo” (MAGALHÃES, 1992, p. 117), tornou-se, pejorativamente, conhecida como “o coléginho da Brasília”³⁹; sob o olhar externo ao convívio escolar, é estigmatizada como a escola dos “pobres” ou “marginais”⁴⁰. Por outro lado, na perspectiva da comunidade escolar, composta por moradores dos bairros Brasília, Orqueta, Jayme Pons, Jardim dos Pampas e das localidades rurais como Vila Matarazzo e Assentamento Arapã, a Escola Municipal Getúlio Vargas é o local onde diferentes gerações construíram suas histórias. Para Camila, aluna da 5ª série (Turma 51, abr. 2011), “a escola é muito importante e sempre vai ser para todos, foi para minha mãe, meu pai e avós”. Além disso, observa-se uma relação de pertencimento desses alunos com sua Escola GVM (Getúlio Vargas Municipal), tal como Peter, aluno da 8ª série (Turma 81, jun. 2010), descreveu em seus versos:

UM DIA GVM⁴¹
 Um dia vou me lembrar
 Dos velhos tempos de guri
 Mas um dia eu vou ter que sair
 Porque meu grau chegou ao fim.

UM dia vou lhe agradecer
 Para todo mundo ver
 Quem é você meu GVM municipal
 Este e um momento especial
 Pra mim e pra você.

UM dia quero te homenagear

³⁸ Escolas padronizadas, com uma arquitetura simples em madeira e projetadas para atender às necessidades educacionais no interior do Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola, por isso o nome “Brizoleta”. Sobre o assunto, ver: QUADROS, 2005.

³⁹ A expressão não se refere ao seu espaço físico, mas sim às condições sociais menos privilegiadas dos seus estudantes.

⁴⁰ Depoimentos de moradores da cidade que optaram por não ser identificados.

⁴¹ Disponível em: <http://gvmcatavento.blogspot.com>. Acesso em 27/04/2014.

Com amor e carinho
Pra ficar com você mais
Um pouquinho e me lembrar
Daqueles velhos tempinhos

Em contrapartida, o Colégio Estadual Getúlio Vargas, localizado na rua Júlio de Castilhos, Centro de Pedro Osório, possui outro contexto de criação e desenvolvimento de sua comunidade escolar. Foi criado em 12 de março de 1962 (Decreto nº 13283), em caráter de Ginásio Estadual Getúlio Vargas e, em 1979, obteve autorização para o funcionamento das séries iniciais. Já, em 1996, tornou-se Escola Estadual de 1º e 2º Graus Getúlio Vargas e, no ano de 2000, passou a denominar-se Colégio Estadual Getúlio Vargas. Atualmente, funciona nos três turnos e atende cerca de 700 alunos de Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA – Ensino Médio⁴². Assim, devido sua localização central e maior porte, o Colégio Estadual Getúlio Vargas é melhor conceituado entre a população pedroosoriense. Entretanto, a relação dos alunos com essa Escola se apresenta de duas maneiras diferentes: uma relação de pertencimento daqueles que frequentam o ambiente desde o Ensino Fundamental e uma relação de passagem para os que vieram de outras Escolas para cursar o Ensino Médio⁴³.

Inicialmente, pensou-se em desenvolver a proposta de Educação Patrimonial apenas com alunos da Escola Municipal Getúlio Vargas; porém, durante o processo de pesquisa, optou-se por incluir os alunos do Ensino Médio do Colégio Estadual Getúlio Vargas a fim de analisar dois contextos diferentes e públicos escolares diversos, inclusive na questão da realidade social. Assim, ampliou-se as perspectivas dos olhares e também explorou-se outras dimensões da pesquisa, até mesmo o aspecto da suposta “rivalidade” entre a “Escola dos pobres” e a “Escola dos ricos”, tal como mencionam os próprios alunos de ambas as Escolas. Dessa maneira, organizou-se roteiros de percursos patrimoniais a partir da concepção e construção de patrimônios em conjunto com os alunos, que por sua vez também buscaram junto à comunidade local, por meio de entrevistas, a identificação dos bens culturais de Pedro Osório.

⁴² Dados obtidos junto à Direção do Colégio Estadual Getúlio Vargas.

⁴³ Observações feitas ao longo de 18 meses trabalhados em sala de aula, nos níveis fundamental e médio do Colégio Estadual Getúlio Vargas.

3.2. Conhecimento sobre o Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial

De acordo com Fraga (2010), o percurso é uma prática da Educação Patrimonial e consiste na realização de caminhadas pelas ruas ou lugares da cidade a partir de roteiros predefinidos, com a finalidade de identificar, registrar e valorizar o bem cultural. Além disso, “possibilita adquirir os instrumentos para recriar, transformar, usar e desfrutar o patrimônio cultural da sua região” (GRUNBERG, 2000, p. 164). Sendo assim, a etapa de identificação dos bens culturais de Pedro Osório teve início com os alunos da 7ª série/ 2012 e 6º ano/2013 da Escola Municipal Getúlio Vargas que se reuniram em grupos e entrevistaram 61 pessoas da comunidade, com idades e ocupações variadas, a partir de três questões básicas: 1) O que você entende por Patrimônio Cultural; 2) Quais lugares de Pedro Osório você identifica como Patrimônio Cultural?; 3) Por que os lugares escolhidos devem ser considerados Patrimônio Cultural?

O trabalho realizado foi precedido de uma discussão e construção em sala de aula dos conceitos de patrimônio e memória, com a intenção de preparar os alunos para a tarefa das entrevistas. Em seguida, os alunos se organizaram em 12 grupos e decidiram quantas pessoas iriam entrevistar; à princípio pensaram em uma quantidade de 20 por grupo, porém, após o início do trabalho, perceberam uma grande dificuldade em conseguir a participação da comunidade. De acordo com os grupos, a maioria se recusava a responder porque não compreendia do que se tratava: “As pessoas são burras e ignorantes professora” (Anderson, Turma 71, abr. 2012); “Batem com a porta na nossa cara e nos correm feito cachorros” (Brenda, Turma 71, abr. 2012). Assim, o máximo que conseguiram foi a entrega de 60 fichas com as três questões, das quais apenas 30 retornaram respondidas. Por esse motivo, em 2013, a atividade foi repetida com alunos do 6º ano, os quais trouxeram respostas de 31 entrevistados, totalizando-se, então, 61 respostas.

Os dados foram analisados em conjunto com os alunos e, a partir das respostas obtidas, definiu-se Patrimônio Cultural como espaços naturais ou construídos que proporcionam uma troca de relações culturais, sociais e/ou históricas. Entretanto, algumas respostas da questão 1 atraíram a atenção dos alunos, tais como: “É algo usado por muitos e preservado por poucos” (Cristiano Bica, 39, padeiro); “É tudo que conta nossa história, nossa cultura” (Lucilene

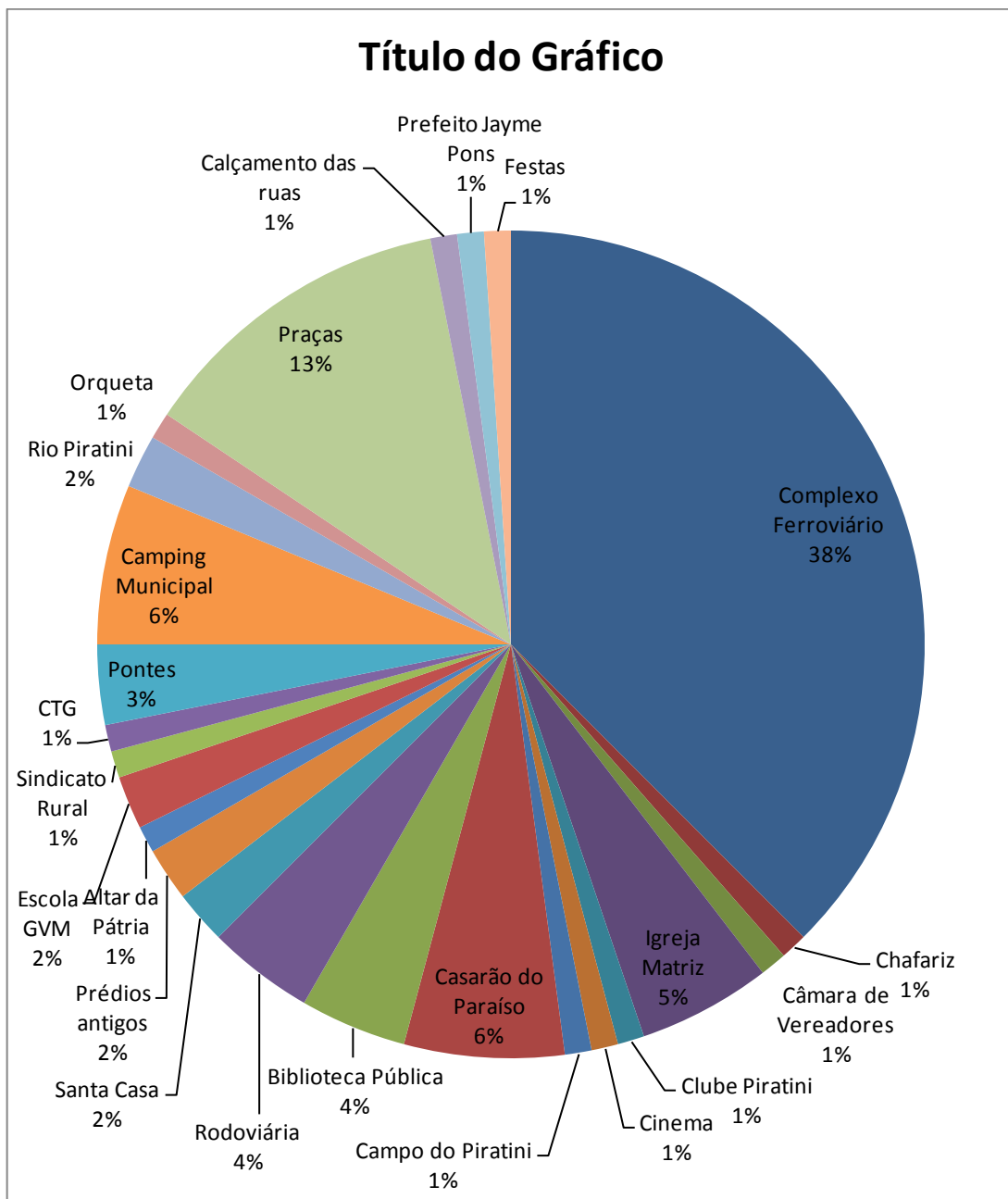
Barbosa, 30, professora); “Lugares culturais usados por todos” (Samantha Xavier, 15, estudante); “A nossa herança do passado, que simboliza a história e as memórias de nossos ancestrais” (Gelcy Ferreira, 69, agropecuarista); “O lugar que fortalece nossa cultura” (Laerte Oliveira, 21, estudante); “Bens materiais, prédios, monumentos, lugares e tudo que enriqueça a cultura de uma cidade e do seu povo” (Helem Carvalho, 65, militar); “Os locais que as pessoas desfrutam no município” (Paulo Amaral, 38, pedreiro); “Tudo aquilo que faz parte da nossa história” (Glênio Ricardo, 52, pedagogo); “Obras, construções, pinturas e belezas naturais” (Eva Caldeira, 73, professora); “É um interesse da comunidade” (Maria Simone, 46, cozinheira); “É um local que reúne pessoas que trabalham no campo” (Alexandre da Silva, 30, campeiro); “O que todos usam para brincar” (Luiza Bica, 7, estudante). Sendo assim, analisou-se que as percepções modificam-se de acordo com a ocupação ou idade da pessoa entrevistada e, nesse aspecto, percebe-se que o conceito de patrimônio foi pensado na coletividade inerente ao grupo do qual se pertence e que “convivem em constante interação e mudança” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 10). Além disso, compreendeu-se que o patrimônio não é algo inerte, que precisa ser herdado e repassado às gerações futuras, mas sim uma construção delineada pela experiência cultural e fruto do seu próprio tempo. Sobre isso, Prats (2005 p. 23) menciona que “nossa herança, nosso verdadeiro patrimônio como espécie, está constituído pela acumulação da experiência cultural humana em toda sua profundidade e diversidade”⁴⁴.

Sobre a identificação dos bens culturais, prevaleceu a preponderância dos bens materiais em relação aos imateriais, apenas uma pessoa mencionou as festas como patrimônio e uma outra citou uma figura política que trouxe modificações ao município. Dessa maneira, verifica-se que a noção de patrimônio ainda está muito vinculada aos objetos, estruturas físicas ou lugares e deixa de lado, não intencionalmente, os bens imateriais que podem ser traduzidos pelas “experiências vividas, condensadas nas formas de expressão diversificadas, juízos de valor, celebrações, modos de usar os bens, os espaços físicos e o meio ambiente” (PELEGRINI, 2009, p. 37). O gráfico, a seguir, demonstra os bens

⁴⁴ Nuestra herencia, nuestro verdadero patrimonio como especie, esta constituido por la acumulación de la experiencia cultural humana en toda su profundidad y diversidad (PRATS, 2005, p. 23).

culturais identificados nas entrevistas realizadas pelos alunos da Escola Municipal Getúlio Vargas:

Gráfico 1: Bens culturais identificados em Pedro Osório



Além dos bens identificados nas entrevistas, trabalhou-se a percepção de Patrimônio Cultural com alunos do Ensino Fundamental, modalidade EJA⁴⁵, que escreveram textos sobre o que consideravam patrimônio. Sendo que, apenas nesses textos as Olarias⁴⁶ foram citadas, tendo em vista que estas faziam parte da realidade de alguns dos alunos, trabalhadores braçais na produção dos tijolos, inclusive menores, que por medo de perderem o emprego, não permitiram a utilização de seus textos. Também menciona-se que, apesar de citarem as olarias, ao mesmo tempo falaram do seu sonho em buscar outro emprego; é o caso de Romário (Totalidade 4, jun. 2012), que relata o seguinte: “As olarias são patrimônio da cidade porque é uma marca daqui, mas eu quero estudar e arrumar um serviço fácil e leve e não tá empurrando carrinho na Olaria, eu quero estudar e ser veterinário”. Dessa maneira, percebe-se que o sentido da atividade oleira se modificou ao longo do tempo; ou seja, atualmente, ela é vista como um lugar de “castigo” e trabalho penoso, mas no passado a queima do tijolo era uma verdadeira festa, com direito a janta e música (SILVEIRA, 2008, p. 69).

Ainda, na etapa de identificação dos bens culturais, feita com alunos do Ensino Fundamental (71/2012) e Médio (1C/2013), traçou-se cinco roteiros de percursos patrimoniais com os alunos mediante a relevância citada pelos entrevistados: Complexo Ferroviário e seu entorno; Rio Santa Maria e Orqueta; Rio Piratini e Camping Municipal; Centro e Praças; e, por fim, o Casarão do Bairro Paraíso. No entanto, mediante às dificuldades de deslocamento, o último roteiro não foi realizado. Desse modo, justifica-se que o Complexo Ferroviário e seu entorno foi escolhido pelo seu reconhecimento histórico no contexto de formação da cidade de Pedro Osório. Para Camila (23, estudante), os prédios do Complexo Ferroviário “merecem ser preservados para que as futuras gerações conheçam tudo que este local representou para nossa cidade”; ou, ainda, além da história, o valor estético da arquitetura da Antiga Estação e a função exercida por este prédio no passado pedrosoriense, conforme indica Cesar:

A Antiga Estação Férrea – além da beleza da construção, existe a parte histórica, era o local onde chegavam a maioria das pessoas

⁴⁵ Educação de Jovens e Adultos.

⁴⁶ Lugar destinado à produção de tijolos e telhas moldados em barro e queimados em fornos. Sobre o assunto, ver: SILVEIRA, 2008.

que vinham visitar nossa cidade e boa parte do que era produzido passava por esse local para ir ao seu destino final – esse prédio teve importância na história da formação da nossa cidade (Cesar, 46, servidor público).

O Rio Santa Maria (Arroio Basílio), a ponte da Orqueta e o bairro Orqueta fizeram parte dos roteiros devido ao processo de identidade coletiva dos alunos da Escola Municipal Getúlio Vargas com estes espaços. Aliás, falar em Orqueta para eles, é lembrar do seu cotidiano, dos seus hábitos: banhar-se no rio, escutar o apito do trem, apostar corrida com ele, jogar futebol, comprar balas na mercearia do povo e não esquecer das enchentes impressas nas marcas das casas. Poderia-se citar vários exemplos, mas o texto de Caroline, aluna do Ensino Fundamental, resume em poucas palavras, este sentimento de pertença:

Meu avô era ferroviário, morava no bairro Orqueta; ruas que quando chovia as casas eram tomadas pelas enchentes. [...] Perto dali uma ponte que atravessava rios e trazia alegria. Trilhos que sustentavam trens e trabalho para a comunidade pedrosoriense. [...] Na minha rua o apito do trem era comum, e divertia os moleques que tentavam fazer corrida com ele. Em seguida cansavam, mas aquilo tudo era motivo de risadas e alegria (Caroline, Turma 71, ago. 2010)⁴⁷.

O roteiro do Rio Piratini e do Camping Municipal foram selecionados devido à referência simbólica percebida nas respostas dos entrevistados; para eles, o rio é a vida do município, pois sem ele “a cidade não existiria, ele faz parte da nossa vida” (Orlando, 65, aposentado); contudo, no imaginário de algumas pessoas, o rio parece ser dotado de sentimentos, portador de uma memória capaz de despertar alegria ou tristeza e possuidor de um poder sobre os que ousam adentrar suas águas. Segundo a aluna Dienefer, o rio é importante para as pessoas verem como “a gente se divertiu muito lá, não só alegria, mas também choramos e lembramos de tantas coisas que passamos lá” (Dienefer, Totalidade 3, jul. 2012). Além disso, um dito popular local diz que: “quem se banha nas águas do Piratini, sempre retorna a Pedro Osório”. O texto da aluna Elenita (Turma 41, 2010), exemplifica um pouco da relevância do rio quanto à questão patrimonial:

⁴⁷ Texto completo nos anexos.

Rio Piratini

Nosso rio Piratini,
Com suas águas claras
Escondem suas mágoas
E sem dó, nem piedade
Invadem nossas casa
E a tudo destroçam.

Mas no verão
Servem de lazer
E nos dão muito prazer
Mas aos descuidados
Pelas suas águas são levados
Deixando muita saudade.

Temos que cuidar do nosso rio
E a natureza preservar
Sem nada sujar
Para do rio desfrutar
Sem se preocupar
Se ele vai querer se vingar.

O percurso pelo centro e praças da cidade destacou-se pelo destaque desses espaços “como um elemento significativo nas trocas e relações culturais” (SOUSA, 2010, p. 1), uma vez que, na cidade pequena, a praça é o lugar onde tudo acontece; uma espécie de palco da vida humana, no qual se representa os hábitos cotidianos da população: namoros, brincadeiras, conversas, leituras, atividades culturais (apresentações musicais e artísticas) e políticas. Além do mais, “a praça é um lugar com uma concentração de pessoas que vem descansar, respirar a natureza, esperar o horário de trabalho” (Israel, Turma 1C, set. 2013), ou ainda, “um lugar encantado e mágico onde a vida acontece” (Priscila, Turma 1C, set. 2013). A imagem seguinte é um registro da exposição artística realizada na Praça Antônio Satta Alam durante a 1ª Semana Internacional de Arte e Educação.

Figura 20: Exposição artística na praça⁴⁸

Fonte: Foto de Maria Fernanda Botelho, 2012.

Por fim, o roteiro do Casarão do Bairro Paraíso se baseou, não apenas na visão histórica que se tem dele, mas principalmente pelos questionamentos que surgiram durante a coleta de dados; afirma-se que o Duque de Caxias se hospedou ali no período do conflito Farroupilha, porém não se encontrou nada que de fato comprove esta informação; uma placa o identifica como o Casarão da Revolução Farroupilha, entretanto, este enunciado é um tanto controverso, pois a casa teria hospedado um representante do Império; outra incógnita, é a placa/monumento depredada por ação de vandalismo que trazia a data de hospedagem de Caxias, já que esta teria sido colocada pelo representante do Movimento Tradicionalista Gaúcho, ou seja, um grupo que tem na Revolução Farroupilha a sua inspiração, fez um monumento ao “inimigo”. No entanto, lamentavelmente, esse percurso não foi feito por ter uma localização mais distante e não se conseguir transporte para os alunos.

Entende-se que os percursos acima mencionados, tiveram como objetivo a observação, a fim de estimular a percepção, aspecto “essencial durante o

⁴⁸ Exposição dos trabalhos dos alunos da Rede Básica de Ensino de Pedro Osório na I Semana Internacional de Arte e Educação, movimento que visa aumentar a consciência da relevância do ensino de Arte nas escolas.

aprendizado para o desenvolvimento do processo de pensamento e maturação” (GRUNBERG, 2000, p. 165); um momento que de fato se olha o que antes passava despercebido. A seguir, registrou-se os bens culturais por meio de fotografias, desenhos e relatos escritos, a fim de se estabelecer a sistematização acerca das informações e relações contidas no bem cultural no tempo presente (FRAGA, 2010, p. 228) por meio de roteiros de definidos da seguinte forma:

Tabela 2: Percursos desenvolvidos

Percursos	Turma	Turma
Complexo Ferroviário	71/2012 (GVM)	1C/2013 (GVE)
Orqueta	71/2012 (GVM)	
Camping Municipal	71/2012 (GVM)	
Praças	1C/2013 (GVE)	

O primeiro percurso desenvolvido com os alunos foi direcionado ao complexo ferroviário e seu entorno; na ocasião, visitou-se a estação férrea e os alojamentos ao redor; a Dorbrás, que fabricava os dormentes da linha férrea; a casa do arquiteto da estação férrea; as casas de trabalhadores ferroviários; os prédios em ruínas da cooperativa dos empregados da VFRGS⁴⁹ e da farmácia da mesma cooperativa. Além disso, percorreu-se um trecho da linha férrea até a estação nova que se encontra em ruínas. Sobre esse percurso, a aluna Paola (Turma 71, mai. 2012) faz a seguinte descrição: “(...) nos ajuda a aprender história, passamos a lembrar de como devia ser as coisas há séculos atrás, como a ferrovia, a farmácia com PH, um velho casarão onde já foi um teatro, saber história antiga para passar adiante”. Nas imagens da página seguinte, demonstram-se alguns momentos registrados nos locais visitados; na imagem 21 nota-se o trabalho de identificação desenvolvido pelos alunos na Antiga Estação Férrea (atual Prefeitura Municipal) e a visitação dos alojamentos ocupado, no passado, pelos funcionários ferroviários itinerantes.

⁴⁹ Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

Figura 21: Percurso pelo Complexo Ferroviário (2012)



Fonte: Fotos de Tatiana Carrilho Pastorini Torres, 2012.

Figura 22: Percurso pelo Complexo Ferroviário e linha do trem (2012)



Fonte: Fotos de Tatiana Carrilho Pastorini Torres, 2012.

Nas imagens acima, observa-se os alunos se esforçando para ver por entre as grades do prédio da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul e o percurso pela linha do trem, com vagões da ALL (América Latina Logística) parados ao fundo. Sendo que a ALL adquiriu a concessão ferroviária da Malha Sul no leilão realizado durante o processo de privatização da RFFSA, em dezembro de 1996. A Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) era uma sociedade de economia mista integrante da administração indireta do Governo Federal mas, em 1992, fez parte do Programa Nacional de

Desestatização e foi extinta pela Medida Provisória nº 353, de 22 de janeiro de 2007. No mesmo ano, a Medida Provisória foi convertida em lei e o processo de liquidação da RFFSA foi sancionado e seus bens móveis e imóveis repassados ao DNIT⁵⁰, porém, os bens com valor artístico, histórico e cultural foram concedidos à administração do IPHAN, de acordo com a Lei 11.483, de 31 de maio de 2007, conforme indicação abaixo:

Art. 9º Caberá ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA, bem como zelar pela sua guarda e manutenção.

§ 1º Caso o bem seja classificado como operacional, o IPHAN deverá garantir seu compartilhamento para uso ferroviário.

§ 2º A preservação e a difusão da Memória Ferroviária constituída pelo patrimônio artístico, cultural e histórico do setor ferroviário serão promovidas mediante:

I - construção, formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais, bem como de suas coleções e acervos;

II - conservação e restauração de prédios, monumentos, logradouros, sítios e demais espaços oriundos da extinta RFFSA.

Já, o segundo percurso, denominado Orqueta, envolveu as galerias de mata ciliar, a localidade das “pedrinhas” e as ruas do Bairro Orqueta, que apresentam muitas construções e ruínas abandonadas devido às recorrentes enchentes. Ressalta-se que, originalmente, o lugar denominado “pedrinhas” não estava previsto no roteiro, mas durante a caminhada pelo “arroio”, os alunos optaram por apresentar o “lugar deles”⁵¹. Conforme as palavras de Miriane, aluna da 7ª série (Turma 71, jun. 2012): “A gente foi na Orqueta e ficamos enchendo a professora até ela ir nas pedrinhas e lá fizemos nossas brincadeiras”. A imagem 23 é composta por uma sequência de quatro fotografias, nas quais observa-se detalhes do trajeto e, inclusive, no canto direito inferior, aparece um aluno próximo à fachada de uma casa abandonada, localizada na rua Orosma Rocha, no Bairro Orqueta.

⁵⁰ Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

⁵¹ Assim definido pelos alunos.

Figura 23: Percurso pelo Orqueta (2012)



Fonte: Fotos de Tatiana Carrilho Pastorini Torres, 2012.

No terceiro percurso, com início no Bairro Brasília e término no Camping (Centro), os alunos decidiram passar no acampamento militar da Operação Ágata 5⁵² e fazer a pintura de camuflagem no rosto, pois, segundo eles, seria apropriado à “missão” de “encontrar” o patrimônio do município. Além de observar o Rio Piratini e o Camping Municipal (a praia), também utilizou-se o próprio trajeto pelas ruas de Pedro Osório para identificação de bens culturais, no qual registrou-se o contexto das construções preservadas, as marcas das enchentes e algumas ruínas. As imagens seguintes mostram o mapa urbano de Pedro Osório (Figura 24) e uma série de registros desse percurso (Figura 25), nos quais se vê a fachada da Igreja Episcopal do Brasil, Anglicana, Paróquia da Epifania; a caminhada pelo Camping Municipal; alunos posando para fotografia nas proximidades da ponte rodoviária, que liga o município de Pedro Osório ao Cerrito⁵³ e um momento de observação das ruínas da antiga ponte ferroviária destruída pela enchente de 1983.

⁵² Operação Conjunta e Interagência das Forças Armadas Brasileiras, em coordenação com órgãos federais, estaduais e municipais, na faixa de fronteira Sul e Oeste para combater delitos transfronteiriços e ambientais e intensificar a presença do Estado Brasileiro na área. Disponível em: <http://www.operacoes.defesa.mil.br/web/guest/operacao-agata-5>. Acesso em 27/05/2014.

⁵³ Município que faz limite com Pedro Osório e tornou-se emancipado em 1995.

Figura 24: Mapa Urbano de Pedro Osório (RS)



Fonte: Fabiani Felix Cardoso, 2013.

Figura 25: Percurso até o Camping Municipal (2012)



Fonte: Fotos de Tatiana Carrilho Pastorini Torres, 2012.

Desse modo, efetuou-se os três primeiros percursos na companhia dos alunos do Ensino Fundamental da Escola Municipal Getúlio Vargas, cuja faixa etária corresponde entre 12 e 14 anos. Já, com os alunos do Ensino Médio do Colégio Estadual Getúlio Vargas, mais precisamente uma turma de 1º ano/2013, com faixa etária entre 15 e 20 anos, percorreu-se novamente o Complexo Ferroviário e seu entorno. No entanto, esse percurso foi complementado com pesquisa e levantamento de dados sobre os prédios e sua relação com a história local; para tanto, os alunos consultaram as poucas informações da Biblioteca Municipal, o cartório de registro de imóveis e também coletaram depoimentos de alguns moradores. Dessa maneira, fizeram fichas, com data de construção, idade, utilizações no passado e no presente, descrição do prédio e fonte das informações⁵⁴. Além disso, montaram uma apresentação em *power point* e um vídeo, a fim de identificarem parte do patrimônio ferroviário seus arredores. Após esse levantamento de dados, visitou-se a estação ferroviária e as construções ao seu redor; as percepções dos alunos foram registradas por meio de fotografias e textos sobre os locais percorridos, tal como os relatos abaixo indicam:

No dia 10/04/13 nossa turma foi até o Complexo Ferroviário da nossa cidade. Foi um dia de muitas descobertas, alguns alunos tiraram fotos. O complexo é composto pela estação, hoje Prefeitura, e casarões que contribuem muito para a riqueza histórica de Pedro Osório. Foi muito bom, espero que aconteça mais vezes (Israel, aluno do Ensino Médio, Turma 1C, abr. 2013).

No dia 10/04 fomos até o Centro da cidade para conhecer prédios históricos como a prefeitura e outros. Muitos lugares eu nem sabia o que era, mas nesse dia fiquei sabendo, como por exemplo a antiga "PHARMACIA", passei várias vezes por ali e nunca prestei atenção. Esta caminhada que tivemos foi muito interessante, aprendemos várias coisas (Mayara, aluna do Ensino Médio, Turma 1C, abr. 2013).

Na análise dos comentários acima, surgem palavras que remetem à construção do conhecimento, tal como abordou-se no primeiro capítulo, ou seja, a cidade que, embora utilizada, não é observada e cujos traços são delineados pela

⁵⁴ Exemplos no anexo 06.

história do local e o relato da aluna Mayara expressa bem essa invisibilidade dos lugares e ambos mencionam a ligação dos bens culturais com a história.

Figura 26: Percurso pelo Complexo Ferroviário (2013)



Fonte: Fotos de Tatiana Carrilho Pastorini Torres, 2013.

Na imagem acima, os alunos registraram suas percepções da casa do engenheiro da Estação Férrea, Gustave Vauthier, construída por ele, em 1892, localizada na rua Herculano de Freitas e, atualmente, uma residência familiar; na parte inferior da foto, uma aluna observa a fachada do prédio da antiga farmácia dos ferroviários e o momento da visitação à Antiga Estação Férrea. Já, na imagem da página seguinte, pode-se visualizar momentos do percurso pelo Centro e praças do município na companhia dos alunos do Ensino Médio. Em primeiro plano, os alunos percorrem a Praça dos Ferroviários e se surpreendem com o monumento da transcrição da Carta Testamento de Getúlio Vargas, pois nunca haviam prestado atenção na inscrição. Segundo eles, afinal “quem era esse tal de Getúlio Vargas e por que a carta dele estava exposta na praça de Pedro Osório?”, apesar de estudarem numa Escola que leva o nome de Getúlio

Vargas. Além disso, vê-se os registros da observação, feita pelos alunos, na Praça Antônio Satte Alam e a caminhada ao lado da Praça da Igreja Matriz São José.

Figura 27: Percurso pelo Centro e Praças (2013)



Fonte: Fotos de Tatiana Carrilho Pastorini Torres, 2013.

Por fim, elaborou-se uma avaliação⁵⁵ com base no poema “Pequenas cidades, grandes saudades”, de Mena Moreira⁵⁶, respondida na Praça Antônio Satte Alam, da qual se conseguia ver a movimentação da cidade. Assim, (re)conheceu-se vários pontos da cidade que antes não haviam sido vistos, não só pela falta de oportunidade de visitar, mas principalmente pela ausência do “olhar” e registrar na memória, textos ou imagens, as percepções individuais e/ou coletivas dos lugares percorridos. Sendo assim, compreendeu-se que a cidade abriga um conjunto de bens materiais e imateriais, formadores do Patrimônio Cultural, por meio do qual pode-se assimilar a História do Município de Pedro Osório, bem como sua interação com aspectos históricos mais abrangentes.

⁵⁵ Avaliação nos anexos a esta Dissertação.

⁵⁶ Mena Moreira é professora, psicopedagoga e poetisa na cidade de Juiz de Fora, MG. Disponível em: <http://sitedepoesias.com/poetas/ismenia>. Acesso em 19/06/2014.

3.3. Assimilações à respeito do Patrimônio Cultural local

Segundo Evelina Grunberg (2000, p. 165), o aprendizado por meio do olhar não é simples, pois requer tempo, prática e esforço; precisa-se treinar a observação para desenvolver a percepção. Ademais, nem tudo pode ser visto; “é preciso ir além do que os sentidos apreendem” (POSSAMAI, 2010, p. 209), a fim de se questionar, analisar e interpretar os bens culturais. Assim sendo, o Patrimônio Cultural viabiliza, “por parte dos alunos, a construção do conhecimento histórico e das noções caras a essa área do conhecimento, tais como tempo, espaço, cultura, relações sociais, memória e história” (FRAGA, 2010, p. 226). Dessa forma, entende-se que os conceitos citados pela autora são indispensáveis no processo de assimilação do Patrimônio Cultural; isto é, necessita-se ter a compreensão das mudanças, das permanências e das ausências na percepção do bem observado, em sua dimensão social e cultural. Nesse sentido, ao refletir sobre a relação patrimônio, tempo, memória e história, uma aluna do Ensino Médio escreveu as seguintes palavras:

Assim como o dia de ontem não é igual ao dia de hoje, e nem vai ser o dia de amanhã, do mesmo jeito, o tempo perdido não vai voltar mais, os momentos não serão os mesmos. As situações podem até parecer iguais, mas jamais serão iguais, com os mesmos detalhes que foram antes (Samanta, Turma 1C, abr. 2013).

O texto da aluna Samanta fez parte do trabalho efetuado conjuntamente com os percursos patrimoniais do Ensino Médio, momento em que se desenvolveu noções dos conceitos e uma oficina do objeto⁵⁷, com intenção de motivar a experiência de percepção. Para Caroline (Turma 1C, set. 2013), a oficina auxiliou na “identificação do símbolo de cada um”, pois tudo “tem um valor único [...] temos a chance de selecionar, em meio a tantos, é como se voltássemos ao passado, como se sentíssemos tudo novamente por meio da memória e da história que o objeto carrega” (Nathaniel, Turma 1C, set. 2013). A imagem da página seguinte mostra alguns alunos e seus objetos.

⁵⁷ A oficina do objeto consiste em “pedir, com antecedência, que os participantes tragam algum objeto que tenha significado importante e uma relação afetiva com cada um” (GRUNBERG, 2007, p. 9); observa-se, questiona-se e por fim, conta-se a história do objeto.

Figura 28: Oficina do objeto



Fonte: Fotos de Tatiana Carrilho Pastorini Torres, 2013.

As experiências de sala de aula complementaram a prática dos percursos patrimoniais e, deste modo, conseguiu-se envolver os participantes no processo de construção e assimilação do patrimônio local; durante as caminhadas, detalhes, antes despercebidos, chamaram a atenção dos alunos. Este é o caso dos contornos de duas luas e um sol, impressos em cimento sobre a grama em frente aos antigos alojamentos dos ferroviários, hoje setores administrativos municipais. Para Juliana (Turma 1C, abr. 2013), a “cidade esconde muitos lugares legais e mágicos, como as luas e a estrela atrás da prefeitura”, que “deve ter sido a marca de algum grupo importante que passou por Pedro Osório, antes da nossa cidade se tornar cidade” (Cilene, Turma 1C, abr. 2013)⁵⁸. Reparou-se, ainda, a mudança no olhar, afinal, veio à tona uma nova leitura sobre a cidade e uma percepção diferente sobre a história local, na qual “o passado de Pedro

⁵⁸ Não há nenhuma evidência da origem desses desenhos, mas uns acreditam que talvez tenham alguma relação com os imigrantes libaneses que vieram para Pedro Osório e outros afirmam que são apenas criações artísticas sem significado definido.

Osório está nos olhos de quem está no presente” e “[...] ainda é vivo nas paredes” (Nathalia, 1C abr, 2013). Esta modificação do olhar é melhor percebida nos seguintes relatos:

Eu gostei muito porque conheci lugares que passava em frente, nunca via ou dava bola, porque aqueles prédios, para mim, era só um monte de parede velha caindo aos pedaços. Mas, eu conheci a história e vi que um dia eles foram importantes para a sociedade (Bianca, Turma 1C, abr. 2013).

Antes eu passava pelos lugares e não observava. Temos tanta coisa interessante para conhecer. Hoje eu tenho um olhar diferente, comecei a observar melhor e a perceber detalhes que antes passavam despercebidos. Contou muito pra mim. Fiquei sabendo de novas coisas e é sempre muito bom saber um pouco mais sobre nossa cidade que tem muita coisa interessante para nos oferecer (Laiza, Turma 1C, abr. 2013).

Já tinha passado por estas ruas e nunca tinha percebido. Eu soube muitas coisas que não sabia. Nesses prédios tinha muitos detalhes interessantes daquela época, pena que agora só restam ruínas de uma história que aconteceu a nem tanto tempo. Pelo visto essa cidade tem muitas histórias (Priscila, Turma 1C, abr. 2013).

Analisando-se as palavras das alunas, acima mencionadas, verifica-se que a educação do olhar modificou as percepções que os alunos tinham acerca do patrimônio local; para Bianca, os prédios deixaram de ser apenas paredes vazias porque ela identificou a história ali representada. Laiza, por sua vez, observou melhor os detalhes e descobriu que havia muito a saber sobre a cidade e Priscila demonstra uma preocupação com a conservação dos prédios, algo com o qual ela não se importava antes porque não havia percebido.

Em outro momento, Davi (Turma 1C, abr. 2013) conta ter visto “a casa de 1888, com um porão e um passarinho na ponta”; uma casa “na cor amarela e branca, com uma escadinha na frente, 16 janelas e 2 portas” (Igor, Turma 1C, abr. 2013) e fotografada por Gabriel, aluno do Ensino Fundamental (Turma 71, mai. 2012). Esse prédio, erigido em 1888, supostamente construído por um Sr. Onofre

Pires⁵⁹, situa-se à rua Herculano de Freitas, nos arredores do Complexo Ferroviário.

Figura 29: Casa de Onofre Pires, construída em 1888 (2012)



Fonte: Foto de Gabriel Costa, 2012.

No entanto, o que chamou a atenção de Juliana (Turma 1C, abr. 2013) foi a construção quase em frente a essa casa: o prédio da maçonaria, construído em 1990 para essa finalidade, tanto que foi em busca, junto com duas colegas, de maiores informações sobre o local. Para tanto, as alunas visitaram o templo, entrevistaram dois membros da maçonaria e fizeram uma descrição do local, cujo trecho apresenta-se abaixo:

Esse prédio foi projetado para ser a maçonaria desde o começo, foi a prefeitura que doou o terreno e com doações do superior deles lá de Porto Alegre. Hoje, o prédio é usado para o templo na parte superior. Tem também uma biblioteca e o escritório. Na

⁵⁹ A informação foi dada pela atual moradora da casa, mas não se encontrou registro algum sobre o Sr. Onofre Pires e sua relação com a casa de 1888.

parte inferior, no primeiro piso, tem sala de espera, banheiros, cozinha, pátio no fundo com uma área e a loja independência da maçonaria. Na parte de fora temos lá no alto o símbolo dos arquitetos que fazem parte da maçonaria. O símbolo é composto por um triângulo e dentro dele tem um compasso e um esquadro (Juliana, Alice, Nathalia, Turma 1C, mai. 2013)

O prédio da maçonaria foi fotografado por Nathaniel e os detalhes da fachada foram registrados por Andressa (Turma 71, mai. 2012) e descritos pelo grupo da Juliana. Essa construção se localiza na rua Herculano de Freitas, 79 e também faz parte dos arredores do Complexo Ferroviário.

Figura 30: Prédio da Maçonaria (2013)



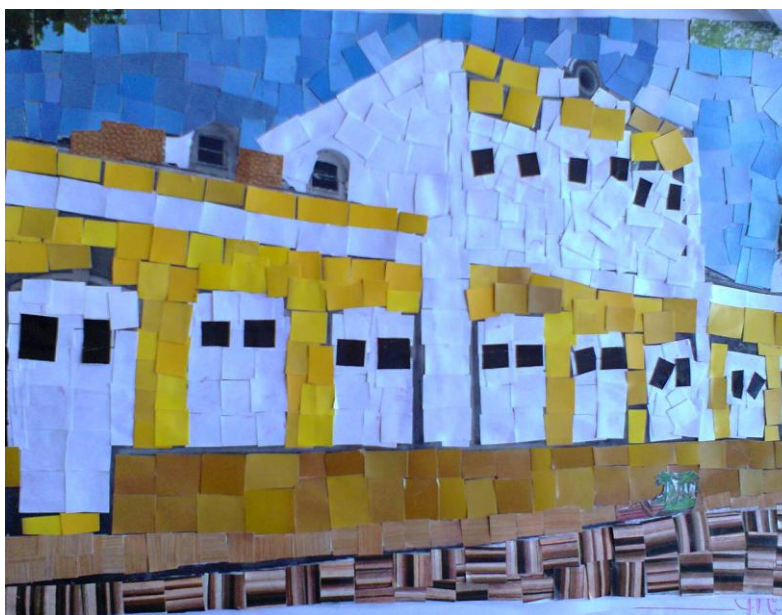
Fonte: Foto de Nathaniel Pereira, 2013.

Por outro lado, a antiga Estação Férrea aparece em muitos momentos registrados pelos alunos, impulsionados não só pela visão do prédio, considerado símbolo de Pedro Osório⁶⁰, mas também pelos depoimentos das pessoas que foram entrevistadas por eles. Segundo Elisangela Soares (dona de casa), a estação é um patrimônio porque foi o primeiro lugar onde a mãe a levou para conhecer quando era pequena e lá “tinha um sino muito bonito e os trens passavam nos

⁶⁰ Assim considerado por boa parte da população local, embora uns a tenham escolhido devido à memória ferroviária e outros pela sua atual função como Prefeitura Municipal.

trilhos e embarcavam muitas pessoas, minha mãe contava-me como funcionava a antiga estação” (no início da década de 1980); e, por isso, para ela, a Estação Férrea “traz muitas lembranças, recordações maravilhosas, com certeza é um prédio histórico”. Já, para Francisco Fagundes (comerciante), não apenas a estação, mas também os prédios ao redor, “guardam nossa herança do passado, lembram a história da nossa cidade, porque é nossa história que está ali e de nossa família”. Ademais, o depoimento de Bruno loost (representante comercial) aponta a ligação do município com a expansão ferroviária, já que “antigamente Pedro Osório era uma cidade ferroviária e esse fato foi muito importante para o desenvolvimento da cidade, por isso é importante a preservação dos prédios históricos”. Sendo assim, observa-se que os três entrevistados, aqui citados, construíram uma noção própria da relação entre história, memória e patrimônio. As imagens 30 e 31 expressam as perspectivas de dois alunos da Escola Municipal Getúlio Vargas sobre o patrimônio ferroviário:

Figura 31: Representação da antiga Estação Ferroviária



Fonte: Colagem de Geovana Pires, 2013.

Geovana (Turma 6A, set. 2013) optou por uma colagem, porque segundo ela, seria uma maneira de “mostrar que a história é feita de pequenos pedacinhos que precisam ser juntados”. Alguns anos antes, Leandro (Turma 61, nov. 2006), havia feito um desenho sobre a história de Pedro Osório, sobre o qual explicou

ser “uma maria fumaça andando sobre os trilhos e levando um saco de batatas, que rasgou por causa do balanço do trem, para alguém que estava esperando na estação”.

Figura 32: Representação da maria fumaça



Fonte: Desenho de Leandro Diniz (2006)

Ainda, sobre o Complexo Ferroviário e seu entorno, Cilene (Turma 1C, abr. 2013) descreve sua experiência: “Passamos pela prefeitura, na verdade andando no tempo, a nossa prefeitura era a tão famosa estação ferroviária, [...] passamos também pelo antigo Teatro, que agora foi ocupado pelo supermercado do Filipe”. Percebe-se nessas palavras, a compreensão de que o patrimônio material muda de acordo com a função e/ou significado atribuído a ele ao longo do tempo. Outro ponto muito destacado pelos alunos, com certeza, foram as ruínas da Cooperativa e a Pharmacia com “PH”, tanto pela estrutura das fachadas e sua relação com a história local, quanto pela surpresa da descoberta da História da Língua Portuguesa. Conforme Andressa (Turma 71, jun. 2012), ela “nem sabia que existia a fârmacia, que já existia quando ainda era escrita com PH, Pharmacia” e Lennon (Turma 1C, abr. 2013) ficou espantado que “atrás do prédio da cooperativa tinha uma farmácia escrita com PH”, pois sempre havia passado

por ali e “nunca tinha parado para olhar”. Inclusive, Caroline, Vânia e Priscila, que fizeram o levantamento de dados da Cooperativa em conjunto⁶¹, descreveram o prédio da seguinte maneira:

A Cooperativa dos empregados da Viação Férrea é um prédio grande com janelas na frente e nas laterais e atrás (uma só), tem os letreiros na frente bem no alto, que diz o nome do prédio e quando foi construído e na frente tem também uma porta grande e desenhos artísticos, mostra que ele poderia ser utilizado como teatro. Dentro dele agora tem lixo e um monte de capim, não tem nenhuma utilização, só como lugar onde as pessoas jogam lixo (Caroline, Vânia e Priscila, Turma 1C, mai. 2013).

Os percursos pela localidade Orqueta e Camping Municipal, concluído somente com os alunos da Escola Municipal Getúlio Vargas, revelou assimilações um pouco diferentes daquelas analisadas nos percursos pelo Centro, afinal, os alunos evidenciaram uma maior relação de pertencimento com a Orqueta nos textos produzidos e no comportamento dos alunos durante as caminhadas; tanto que, para Andressa (Turma 71, jun. 2012), “o Orqueta foi a melhor saída de todas, além de nos divertirmos muito, também aprendemos coisas novas e interessantes, pois os arroios são um patrimônio natural cultural”. No relato de Gabriel, aluno da 7ª série, capta-se o sentimento de apropriação em suas palavras; o modo, como naturalmente o “fazer” é associado ao patrimônio natural, conforme reprodução abaixo:

A minha saída de campo foi trilegal, saímos do colégio às 14:15 e fomos pro arroio, pro rio. Fomos na orqueta abaixo da ponte, tiramos fotos, brincamos, corremos na areias, o arroio tava super raso não dava nem no joelho a água. Alguns de nós tiraram o sapatos e entraram na água por nossa escolha. Depois nós fomos para as pedrinhas, um certo lugar do arroio cheio de pedras e até esse lugar nós fomos brincando de corrida, carrinho de mão e cavalinho de pau (Gabriel, Turma 71, jun. 2012).

Nas imagens a seguir, pode-se ver a utilização do espaço natural como palco para as brincadeiras que são realizadas apenas neste local, uma vez que, este é “o lugar deles”. Desse modo, percebe-se o significado dado por eles ao

⁶¹ As três alunas fizeram o trabalho em grupo por medida de segurança, visto que o lugar está abandonado e é frequentado por usuários de drogas.

ambiente, que, para muitos, não passa de uma paisagem a ser observada. Todavia, “no enraizamento a um lugar de pertencimento ou no deslocamento pela diversidade de lugares vividos, importa como a experiência humana se ofereceu aos sentidos, ao olhar, à escuta, ao cheiro, ao gosto” (ROCHA; ECKERT, 2013, p. 185). Assim, não importa o lugar em si, mas a forma como este é apropriado.

Figura 33: Brincadeiras dos alunos às margens do Rio Santa Maria (2012)



Fonte: Foto de Tatiana Carrilho Pastorini Torres, 2012.

No entanto, da mesma maneira que se identifica o pertencimento nas narrativas sobre a Orqueta e nas imagens acima, também atenta-se para certo distanciamento nos textos sobre o Camping Municipal; pois, apesar de apontá-lo como bem cultural, os alunos não demonstram o mesmo envolvimento. No relato abaixo, da aluna Andressa, fica evidenciada a descrição do roteiro, mas não o uso do lugar.

[...] antes de irmos para o camping, pintamos nossos rostos com uns soldados que estavam fazendo Agata 5 . Depois disso descemos para o centro, onde tiramos fotos dos patrimônios, logo mais chegamos ao camping, tiramos fotos e fizemos lanche. O camping é um Patrimônio cultural, por ser um lugar de

divertimento, lazer e aonde pessoas fazem acampamentos com a família e amigos. Voltamos para a escola, no caminho continuamos tirando fotos mas antes de pegar o caminho da escola, fomos até os trilhos do trem, subimos e tiramos várias fotos, também caminhamos até a metade da ponte do trem. No caminho da escola tinha um desenho de um boneco desenhado que dizia; Você não está sozinho. A professora hoje em aula explicou que o autor do desenho é um homem de Pelotas que esteve aqui e desenhou. Mais adiante encontramos um poço onde se puxa água no quintal de uma casa muito antiga. Logo chegamos no colégio e fomos para casa. Estava muito bom!(Andressa, Turma 71, ago. 2012).

O desenho, mencionado pela aluna Andressa, é uma intervenção do artista pelotense Felipe Povo no município de Pedro Osório, em uma casa abandonada na rua de acesso à ponte ferroviária. De acordo com o artista, é um personagem criado por ele, a fim de passar a ideia do que pensa sobre o mundo onde vive (Depoimento de Felipe Povo, jun. 2014). A imagem, abaixo mostra o desenho que atraiu o olhar dos alunos e trouxe muitas interpretações a partir do imaginário deles.

Figura 34: Personagem de Felipe Povo



Fonte: Foto de Tatiana Carrilho Pastorini, 2012.

Por fim, verificou-se que os olhares e assimilações foram diversos, tendo em vista que a cidade produz “inumeráveis interações e experiências do habitar e do narrar que expõem sutilmente os múltiplos traços de sua história, tornando paisagem urbana um documento a ser lido e decifrado pelos alunos” (FRAGA, 2010, p. 228). Além do mais, durante os percursos, as etapas de identificação, registro e valorização foram permeadas por vários questionamentos relacionados à história, ao patrimônio e à memória. Desse modo, constatou-se na prática as assertivas sobre a utilização da Educação Patrimonial na relação ensino/aprendizagem de História, ou seja, a apropriação dos bens culturais para o Ensino de História.

3.4. Apropriação dos bens culturais para o Ensino de História

Apropriar-se dos bens culturais para o Ensino de História significa incorporá-los como recurso no aprendizado histórico por meio da metodologia da Educação Patrimonial. Assim sendo, o percurso patrimonial, previamente elaborado em conjunto com os alunos, torna-se “um verdadeiro currículo de pedra, posto a criar conhecimentos, reconhecimentos ou, no mínimo, afinidades e identificações” (CERRI, 2008, p.2). Entretanto, a despeito da divisão em bens materiais (tangíveis) e imateriais (intangíveis), entende-se que, em algum momento ambos interagem entre si; isto é, o bem material só tem relevância mediante o uso que se faz dele e o imaterial se manifesta por meio de algum corpo físico, seja objetos, construções ou pessoas. Por conseguinte, ao se caminhar por uma cidade, percebe-se tanto sua estrutura material, quanto a imaterial.

Dessa maneira, a educação do olhar torna-se indispensável ao processo de construção social do patrimônio como algo inerente à vivência e à participação dos alunos, ou seja, não é uma imposição de pertencimento, mas sim uma escolha advinda da percepção individual e/ou coletiva deles. Para Luana, aluna do Ensino Médio (Turma 1C, abr. 2013), a experiência de sair da sala de aula “foi um dia de bastante descobertas, tem coisas em Pedro Osório que há dez anos que moro aqui, eu não conhecia, nunca tinha percebido, talvez por ‘olhar e não

enxergar', passar sem perceber". Nota-se, nas palavras da aluna, a relevância de se aprender a ver a cidade e a oportunidade de se ter uma "educação voltada para o patrimônio, como aquela que cria possibilidades de escolhas, que orienta para a produção de novos saberes" (BORGES, 2007, p. 201); inclusive, o saber histórico. Segundo Nathaniel, aluno do Ensino Médio (abr. 2013), "o passeio realizado na aula de História foi muito bom para o aprendizado. Saimos para conhecer lugares de nossa cidade, com valores históricos muito grande, além de conhecer a história local". Assim, constata-se a experiência significativa, mencionada no primeiro capítulo desta Dissertação, de compreensão e interesse nos processos históricos.

Outro ponto analisado no trabalho é a possibilidade de inserção do aluno na história, na qual ele deixa de ser um mero expectador e sente-se participante por meio da interação com o bem cultural. De acordo com Alice, aluna do Ensino Médio (abr. 2013), "de tudo o que vi e fiz o mais legal de tudo foi ter tido uma experiência emocionante porque vi e toquei em coisas muito antigas". Também verificou-se que, por meio dos percursos patrimoniais, os alunos perceberam pela primeira vez, na prática, qual era o objeto de estudo da História: o ser humano no tempo; haja vista que antes eles achavam que a História estivesse restrita ao passado, coisas, fatos e datas, acontecimentos dissociados da figura humana. Talvez por isso, Igor, aluno do Ensino Médio (abr. 2013), se surpreendeu por estar "vendo que até hoje tem pessoas morando nas casas que foram feitas há anos" e, então, ele compreendeu que as "coisas" por si mesmas não tem história, mas o seu valor reside na "relação intrínseca entre o fenômeno humano e a cultura material" (BARCELOS, 2009, p.40), que pode ou não se modificar ao longo do tempo. Dessa forma, contribui-se para que os alunos pensem historicamente por meio do diálogo entre o ensino de História e a história local.

Nessa perspectiva, entende-se na prática o que muitas vezes se tenta explicar em sala de aula sobre os objetivos do ensino de História; ou seja, desvincula-se aquela imagem da História apresentada de "maneira fragmentada, decorativa, repetitiva, memorativa, enaltecadora de personalidades e vultos históricos" (BARBOSA, 2006, p. 64). Sendo que essa imagem colaborou de forma significativa para o sentimento de antagonismo em relação à História mas, a Educação Patrimonial modifica essa visão "chata" de aprender História. A aluna

Andressa (Ensino Fundamental, Turma 71, jun. 2012) diz que “não gostava de História, mas esse ano está muito melhor”, pois com as saídas pela cidade descobriu “muita coisa em Pedro Osório, que nem sabia que existia”; o tom de descoberta, incorporado ao ensino de História por meio dos percursos patrimoniais, enriquece o aprendizado e motiva o aluno a buscar cada vez mais informações. Segundo Helamã, aluna do Ensino Fundamental (Turma 71, jun. 2012), ela “não tinha nem ideia que tinha cinema em Pedro Osório” e, por intermédio dessa declaração, criou-se uma oportunidade de questionar a memória em suas dimensões de lembrança e esquecimento, influenciada ou não pelas mudanças e permanências nas fachadas dos prédios; ou ainda, pelos diferentes usos dos mesmos lugares ao longo do tempo. Em outras palavras, compreendeu-se que alguns momentos apenas são capazes de se tornar realidade por meio da memória, tal como é a situação dos cinemas em Pedro Osório; uma memória construída a partir de imagens registradas em fotografias ou por meio do olhar mais atento às suas estruturas urbanas que, aos poucos, revela os vestígios dos cinemas, os quais outrora movimentaram a cidade. Esse é o caso Cine Teatro Esperança (1957-1988), “com excelentes condições técnicas e capacidade para mais de 700 pessoas” (CALDAS, 1990, p. 96), que hoje faz parte apenas da memória pedrosoriense; atualmente, o prédio é um estabelecimento comercial denominado Loja Rosa. Na imagem abaixo, vê-se o prédio do Cine Esperança em pleno funcionamento provavelmente na década de 1980.

Figura 35: Cine Esperança (s/data)



Fonte: Imagem compartilhada por Marcelo Gil

No que diz respeito à inserção da história local nos temas mais abrangentes, menciona-se o exemplo, bastante simplificado, do Complexo Ferroviário, que ao ser percorrido e observado, aos poucos “contou” sua história, ou seja, Pedro Osório foi impulsionada pela expansão ferroviária ocorrida no final do Segundo Império do Brasil, que, por sua vez, tem ligação direta com o processo de Revolução Industrial, a qual introduziu a máquina a vapor; por outro lado, por meio das condições de preservação dos prédios, percebeu-se que lugares foram fadados ao abandono e ao esquecimento, lembrando-se que “não satisfazer o dever de memória é expor-se ao risco do desaparecimento” (CANDAU, 2012, p. 125); lugares de memória e história que são de certa forma invisíveis aos habitantes da cidade, pois são poucos os que lembram deles e da significação desses espaços nas dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais de Pedro Osório. Todavia, o prédio da Antiga Estação se mantém – razoavelmente – em boas condições. Questionou-se aqui se houve intenções de esquecimento, afinal, boa parte dos prédios foram lugares ocupados por trabalhadores. Já, a Antiga Estação, foi planejada por um arquiteto Belga, do qual todos se orgulham ao pronunciar seu nome, mesmo que, algumas vezes, de maneira equivocada (Auguste ou Gustave Vauthier?); ponto de chegadas, passagens e partidas de muitas pessoas mas, o que a maioria dos alunos lembra é da visita da Princesa Isabel e da assinatura do Tratado de Paz da Revolução Federalista. Assim, verificou-se que a visão elitista de Patrimônio Cultural definiu (e decidiu) o que deveria ser preservado ou não. A imagem, a seguir, mostra a placa comemorativa afixada na parede externa da Antiga Estação Ferroviária por representantes do Centro de Tradições Gaúchas e o detalhe da sua inscrição, que diz o seguinte:

A 10 de julho de 1895, neste local, na então Estação Piratini, encontraram –se o Gal. Inocência Galvão de Queiroz e o Gal. Joca Tavares onde lavraram ata preliminar para posterior aprovação e assinatura da Paz, pondo fim a Revolução Federalista (CTG Rincão da Fronteira, Jaguarão, RS, jan. 2008).

Figura 36: Placa comemorativa na Antiga Estação Férrea



Fonte: Foto de Tatiana Carrilho Pastorini Torres, 2012.

Por fim, expõe-se que a prática de Educação Patrimonial, desenvolvida com os alunos da Rede Básica de Pedro Osório, não foi necessariamente compartimentada, ou seja, as etapas confundiram-se em muitos momentos. Sendo que durante os percursos patrimoniais, os bens culturais foram observados, identificados e registrados; porém, na etapa de valorização, acredita-se que poderia ter-se proporcionado um retorno maior; uma vez que as narrativas produzidas e a exposição do vídeo na Mostra Pedagógica do Colégio Estadual Getúlio Vargas, não foram suficientes. Desse modo, explica-se como aspecto problemático a questão de não se conseguir trabalhar com a mesma turma durante os dois anos de pesquisa, embora se tenha solicitado à direção das Escolas; fez-se uma projeção a longo prazo e não foi possível realizá-la, então, com isso, aprendeu-se que o planejamento deve ser concretizado no espaço de tempo de um ano letivo.

Portanto, foi possível a análise acerca da própria prática de pesquisa e ensino de História por meio da Educação Patrimonial; na ocasião, refletiu-se

sobre o que fazer para melhorar e, em alguns momentos, precisou-se adaptar os percursos ao tempo disponível. O trabalho feito com os alunos da Escola Municipal Getúlio Vargas transcorreu fora dos períodos oficiais de aula, então, tinha-se uma tarde toda para caminhar e observar tranquilamente. Já, com os alunos do Colégio Estadual Getúlio Vargas, foi produzido durante os noventa minutos de aula inseridos no turno da manhã. Desse modo, o aproveitamento da atividade foi maior com o primeiro grupo do que com o segundo; os percursos destinados a esses últimos foi menor e mais próximos aos arredores da Escola, afinal, não foi possível contar com transporte para o deslocamento dos alunos. Entretanto, nas questões que envolvem aprendizado e assimilação dos bens culturais, os grupos se equipararam e de certa forma se complementaram no que se refere às informações coletadas.

Ademais, sob a perspectiva de valorização, conseguiu-se despertar o interesse dos alunos pela cidade, local antes considerado sem importância e sem história; tanto que era comum se escutar as seguintes palavras: “Pedro Osório não tem nada”; ou então, quando se pediu para criar algo que lembrasse a cidade, uma aluna do Ensino Fundamental (Turma 62, set. 2006) desenhou um fantasma. Deste jeito, verificou-se que a experiência de Educação Patrimonial trouxe aos alunos o gosto pela História, a compreensão de que eles são sujeitos históricos e a descoberta da cidade de Pedro Osório para além das enchentes que marcaram seus habitantes com tristes memórias. Algo muito parecido com a narrativa de Ítalo Calvino sobre a cidade oculta de Raíssa, sobre a qual menciona:

Em Raíssa, cidade triste, também corre um fio invisível que, por um instante, liga um ser vivo a outro e se desfaz, depois volta a se estender entre pontos em movimentos desenhando rapidamente novas figuras de modo que cada segundo a cidade infeliz contém uma cidade feliz que nem mesmo sabe que existe (CALVINO, p. 63).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo trabalho é um ato de criação permeado por muitos contratempos, tal como a música que é feita de sons sucessivos, alternados e/ou simultâneos até atingir a melodia e a harmonia desejada. Sendo assim, o desenvolvimento da presente pesquisa também passou por momentos de inspiração, angústia, incerteza, encontros e desencontros, ao longo de dois anos de trabalho; uma corrida interminável contra o tempo e uma luta constante para não se render ao desânimo; muitas foram as dúvidas e os questionamentos que tiveram início há alguns anos atrás.

Durante sete anos em sala de aula na Rede Básica de Ensino no município de Pedro Osório (RS), observou-se muita resistência na relação ensino/aprendizagem de História, tanto por parte dos alunos quanto dos profissionais da área; se por um lado há reclamações pelo excesso de informações, sem nexos com a realidade significativa percebida por quem estuda; por outro, discute-se a exigência dos conteúdos a serem cumpridos por quem ensina e a crescente falta de interesse dos alunos. A partir desse conflito, analisou-se possíveis alternativas de tornar o ensino de História mais dinâmico e participativo; algo que propiciasse o envolvimento do aluno no processo de construção e compreensão do conhecimento histórico. Nesse sentido, Confúcio (551 a.C. – 479 a.C.), filósofo chinês, já dizia: “Conte-me e eu esqueço. Mostre-me e eu apenas me lembro. Envolve-me e eu compreendo”.

Desse modo, buscou-se um novo direcionamento de reflexão e questionamentos na prática de ensino de História a partir da Educação Patrimonial, metodologia que tem por base a identificação e a interação com o bem cultural, o qual amplia as possibilidades de aprendizado e facilita a compreensão da história local e sua relação com os temas históricos mais amplos. Para tanto, foram desenvolvidos percursos patrimoniais a fim de analisar o aporte da Educação Patrimonial como metodologia de ensino de História, a partir da percepção dos alunos acerca do Patrimônio Cultural de Pedro Osório (RS).

Ademais, o estudo aqui proposto se mostrou relevante quanto à carência

de políticas patrimoniais no município, frente a qual, faz-se necessário uma prática de Educação Patrimonial voltada para o (re)conhecimento de seus bens culturais, pois não se pode preservar o que não se conhece e que, em não raros os casos, muitas vezes nem se olha direito. Deste modo, são comuns os casos de prédios que estiveram em locais centrais por muitos anos e que, de fato, não eram enxergados e foram derrubados sem ao menos serem lembrados. Esse é o caso do antigo Hotel Paraíso, outrora localizado no centro da cidade de Pedro Osório, de propriedade de Pasquale Marchese, local que foi ponto de hospedagem de passageiros de trem ainda no início do século XX. Hoje, no local, resta apenas o terreno vazio com alguns vestígios da sua demolição e o completo esquecimento dos que por ali passam todos os dias. Embora, saiba-se que o esquecimento também faz parte da memória e que o patrimônio é fruto de uma construção social, entende-se que a educação do olhar é uma atividade fundamental no que se refere ao trabalho com o Patrimônio Cultural.

Por outro lado, menciona-se a carência de produção histórica sobre a cidade, a escassez de fontes e a dificuldade de material para o ensino de História do município, que, geralmente, restringe-se às séries iniciais do Ensino Fundamental. Desse modo, apresentou-se uma possibilidade de aprendizagem da História da cidade por meio das suas representações materiais e imateriais; além do que, por menor que seja, todo o lugar está inserido em uma área mais abrangente, ou seja, a história local não pode ficar fechada em si mesma, pois ela só tem sentido no momento em que dialoga com os aspectos gerais que a cercam. Assim, permite-se ao aluno participar da elaboração do conhecimento com a intenção de melhorar a sua compreensão histórica. Dessa maneira, dispõe-se do conjunto dos bens culturais como documento histórico, ou seja, utiliza-se a própria cidade como registro de uma história à espera de uma (re)leitura e questionamento das informações ali presentes.

Com base nestes preceitos, desenvolveu-se em conjunto com os alunos da Rede Básica de Ensino, alguns roteiros e percursos patrimoniais pela cidade de Pedro Osório (RS), a fim de colocar em prática a metodologia de Educação Patrimonial. No entanto, menciona-se que nessa proposta de pesquisa não se teve a intenção de “fazer a história” de Pedro Osório, mas sim experienciar o uso da Educação Patrimonial como metodologia de ensino de História; assim como

utilizar os bens culturais da cidade como recurso de aprendizado e construção do conhecimento; enfim, uma pesquisa da própria prática de ensino por meio de uma intervenção e participação.

Após o término das atividades, constatou-se que os resultados obtidos demonstram uma mudança do “olhar” sobre a história, a memória, o patrimônio e a própria cidade de Pedro Osório, haja vista que se verificou esse aspecto nas produções, na fala e nos hábitos dos alunos; ou seja, falar em patrimônio em sala de aula, atualmente, tornou-se um assunto cotidiano; a cada novo dia de aula sempre havia um relato sobre algo que foi visto ou escutado. Além disso, alguns reclamaram por não conseguirem mais andar pelas ruas sem parar ou notar os prédios. Certo dia, em aula, Mateus (Turma 71, 2012), fez a seguinte declaração: “Toda vez que saio para o centro com a minha mãe, ela fica brava comigo porque fico olhando para cima e procurando os detalhes dos prédios. A culpa é tua professora que nos ensinou a gostar de fazer isto”. Além disso, o entusiasmo e as conversas dos alunos participantes do projeto, despertaram a curiosidade e o desejo nos demais colegas da Escola em fazer parte do aprendizado de história por meio dos “passeios” (percursos patrimoniais).

Dessa forma, considera-se que os objetivos traçados foram de certa maneira alcançados, com ressalva de alguns pontos desfavorecidos por algumas dificuldades encontradas durante a execução do processo metodológico. Logo, introduziu-se a temática do patrimônio na Escola por meio da elaboração das entrevistas e dos percursos patrimoniais; motivou-se a valorização da identidade e cultura local mediante a “descoberta” de uma cidade invisível aos olhos desacostumados à observação; facilitou-se a compreensão de temas históricos; propiciou-se o reconhecimento do aluno como agente histórico; despertou-se o interesse em preservar o Patrimônio Cultural e propôs-se a dinamização no Ensino de História.

Entretanto, nem tudo foi plenamente satisfatório no desenrolar da execução do projeto; alguns pais (do Ensino Fundamental) reclamaram das atividades por entenderem que a história é “decorativa” e, por isso, não havia necessidade de “bater perna” pela cidade ou molhar os pés na água do rio. Compreendeu-se, perfeitamente, a preocupação desses pais, mas argumenta-se que os percursos não foram obrigatórios e os alunos participantes (menores) em turno inverso

trouxeram um termo de autorização assinado por seus responsáveis. Já os do Ensino Médio realizaram a atividade no período de aula e em locais próximos à Escola. Outra dificuldade encontrada foi a disponibilidade de participação da comunidade na etapa das entrevistas, seja por medo de falar ou por estes desconsiderarem o trabalho realizado pelas crianças. Porém, na questão metodológica da pesquisa, verificou-se uma falha na etapa de valorização do bem cultural; percebe-se que pouco foi feito na questão de dar um retorno mais amplo ao município, ou seja, as produções ficaram restritas ao grupo e às Escolas participantes. Por isso, pensa-se no futuro em apresentar um resultado mais efetivo e prático na valorização e divulgação do Patrimônio Cultural. Não obstante, apesar de alguns pontos soltos, a prática de Educação Patrimonial realizada com os discentes teve seus aspectos positivos preponderantes em relação aos negativos.

Portanto, conclui-se que a Educação Patrimonial na Escola permite uma interação indispensável ao aprendizado histórico, estimula a sensibilidade e o interesse pela história por meio da reconstrução da narrativa, possibilita a identificação das relações de pertencimento, auxilia na preservação da memória e dos lugares de memória. Em suma, pode-se dizer que a Educação Patrimonial corrobora para um Ensino de História crítico, reflexivo e participativo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. “*Tesouros humanos vivos*” ou quando as pessoas transformam-se em *Patrimônio Cultural* – notas sobre a experiência francesa de distinção do “mestres da arte”. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ALVES, Francisco das Neves et. al. *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Editora da FURG, 1993.

AREVALO, Marcia Conceição da Massena. *Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto*. In: Revista História Hoje, ANPUH-Brasil, v.3, n. 7, jul. 2005. Disponível em: http://www.anpuh.org/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=7. Acesso em: 22 jul. 2013.

BARBOSA, Vilma de Lourdes. *Ensino de História local: redescobrimos sentidos*. In: SAECULUM – Revista de História [15]; João Pessoa, jul./dez. 2006.

BARCELOS, Artur Henrique Franco. De cultura material, memória, perdas e ganhos. In: *Métis: história & cultura*. v.8, n.16, jul./dez. 2009, p. 27-40.

BARROS, José D’ Assunção. História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. In: *Textos de História*, v. 11, n. 1/2, 2003, p. 145-171.

BEZERRA, Holien Gonçalves. *Ensino de história: conteúdos e conceitos básicos*. In: KARNAL, L. (Org.) *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 37-48.

BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BOCK, Ana Mercês Bahia et al. *Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BORGES, Síría Emerenciana Nepomuceno. *Invenção do patrimônio mundial: parque nacional da Serra da Capivara PI*. Teresina, 2007. 213p. Dissertação de Mestrado, Mestrado em História do Brasil, UFPI, 2007.

BRANCO, Patrícia Martins Castelo; MAGALHÃES, Leandro Henrique; ZANON, Elisa Roberta *Educação patrimonial: da teoria à prática*. Londrina: Ed. da UNIFIL, 2009.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002.

_____. *O que é história cultural?* 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CAIMI, Flávia Eloisa. *Por que os alunos (não) aprendem história?* Reflexões sobre o ensino, aprendizagem e formação de professores de História. In: Revista Tempo; v.11, n. 21, jun. 2006, p. 17-32.

CALDAS, Pedro. *Pedro Osório, sim senhor!:* retrato de um município gaúcho. Pelotas: Satya, 1990.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMARGO, Fernando. A pendenga interminável: as demarcações do Tratado de Santo Ildefonso. In: *Anais da XXIII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)*, Curitiba, 2003.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Vol II. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e conhecimento. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio e Janeiro: Elsevier: 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: FFLCH, 2007.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas e instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CERRI, Luis Fernando. *Currículos de pedra patrimônio histórico e ensino de história*. notas para a pesquisa e o ensino. In: Anais do XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR “Patrimônio Histórico no Século XXI”. Jacarezinho, 21 a 24 de maio de 2008.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural*. Rio de Janeiro: GRAAL, 1996.

DIAS, José Roberto de Souza. *Caminhos de ferro do Rio Grande do Sul: uma contribuição ao estudo da formação histórica do sistema de transportes ferroviários no Brasil meridional*. São Paulo: Editora Rios, 1986.

ENGEL, Guido. Pesquisa-ação. In: *Educar*, UFPR, Curitiba, n.16, 2000, p. 181-191.

FONSECA, Maria Cecília Lourdes. *O patrimônio em processo*. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Lourdes. *Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de Patrimônio Cultural. O patrimônio como categoria de pensamento*. In: POSSAMAI, Zita Rosane (Org.). *Leituras da cidade*. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

FRANCHINI, A. S.; SEGANFREDO, Carmen. *As melhores história da mitologia africana*. 2. ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2009.

FRAGA, Hilda Jaqueline. A cidade como documento no ensino de história. In: POSSAMAI, Zita Rosane (Org.). *Leituras da cidade*. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. *Estações ferroviárias do Brasil*. 2011. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_bage_riogrande/pedro.htm. Acesso em: 05/07/2014.

GINZBURG, Carlos. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GRUNBERG, Evelina. Educação patrimonial: utilização dos bens como recursos educacionais. *Cadernos do CEOM, Chapecó, SC, Argos, nº 12, 2000, p. 159-180*.

_____. *Manual de atividades práticas de educação patrimonial*. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila de Rio Grande (1738-1763)*. 2006. 474 f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2006.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. In: *Varia História*. BH: v. 22, n. 36, jul./dez 2006, pp. 261-273.

IZQUIERDO, Ivan. *Memória*. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Artmed, 2011.

JACINTHO, Maria da Graça Setton. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. In: *Revista Brasileira de Educação*, nº 20, maio/junho/julho/agosto, 2002, pp. 60-70. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Brasil.

LARAIÁ, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 10. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1990.
LUPORINI, Teresa Jussara. Educação patrimonial: projetos para a educação básica. In: *Ciências & Letras*, Porto Alegre: FAPA, nº 31, jan/jun. 2002, pp. 325-338.

MAGALHÃES, Manuel Luiz. *Guerra silenciosa: crônica da enchente*. Pedro Osório [s. n.], 1992.

MEDEIROS, Ricardo. *Um olhar sobre o patrimônio histórico-arquitetônico de Assú/RN: análise com base na percepção dos usuários e no ponto de vista técnico*. Natal, 2006. 164p. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Natal: UFRN, 2006.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *História, memória e tempo presente*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio e Janeiro: Elsevier: 2012.

NAPOLITANO, Marcos. Cultura. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Novos temas nas aulas de história*. São Paulo: Contexto, 2009.

NERY, Olívia Silva. *O prédio dos correios e telégrafos do Rio Grande: patrimônio e memória da cidade*. 2013. 86f. Monografia de Conclusão do Curso de História Bacharelado, Universidade Federal do Rio Grande, 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Projeto História: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP*. São Paulo, 1981.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio Cultural: consciência e preservação*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla. Bassanezi. O que e como ensinar? Por uma História prazerosa e consequente. In: KARNAL, Leonardo (Org.). *História na sala*

de aula: conceitos, práticas e propostas. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 17-36.

PONTES, Ana Maria de Lira. A vivência do morto: a preservação de monumentos histórico – culturais em ruína. In: *Domínios da Imagem (LEDI)*, Londrina, Ano IV, N. 7, novembro 2010, p. 46-51.

POSSAMAI, Zita Rosane. Cidade: escritas da memória, leituras da história. In: POSSAMAI, Zita Rosane (Org.). *Leituras da cidade*. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

_____. Leituras da cidade: educação para o patrimônio. In: *III Encontro nacional de estudos da imagem*. Londrina, paraná, 03 a 06 de maio de 2011.

PRATS, Llorenç. *El concepto de patrimonio cultural*. Política y Sociedad [27], Madrid, 1998, p. 63-76.

_____. *Concepto y gestión del patrimonio local*. Cuadernos de Antropología [21], ICA: Buenos Aires, 2005, p. 17-35.

QUADROS, Claudemir. Brizoletas: A ação do governo de Leonel Brizola na educação pública do Rio Grande do Sul (1959 – 1963). In: *Revista Eletrônica Teias*. Rio de Janeiro, ano 2, nº 3, jan/jun 2001. Disponível em: <http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/view/56/58>. Acesso em: 05/07/2014.

RICOEUR, Paul. *Memória, história, esquecimento*. Budapeste, 2003. Disponível em: http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/paul_ricoeur. Acesso em 21/09/2013.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ECKERT, Cornelia. Narrar a cidade: experiências de etnografias de duração. In: POSSAMAI, Zita Rosane (Org.). *Leituras da cidade*. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. Acerca do conceito de representação. *Revista de Teoria da História*. Ano 3, Número 6, dez/2011, Universidade Federal de Goiás.

SANTOS, Maria Socorro Soares dos. *Igreja nossa senhora do socorro: reflexões sobre as compreensões dos usos educativos do patrimônio no ensino*

fundamental em Tomar do Geru/SE, 2013. 137p. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Pelotas: UFPEL, 2013.

SERRANO, Gloria Pérez. *Investigación cualitativa*. Retos e interrogantes. I. Métodos. Madrid: La Muralla, 2007.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; GARCIA, Tânia Maria F. Braga. *Investigando para ensinar História: contribuições de uma pesquisa em colaboração*. In: 27ª Reunião anual da ANPED, Caxambu, Minas Gerais, 2004. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/27/textosqt04.htm> . Acesso em 24/07/2013.

SCHMITZ, Maira Eveline. *Nas asas do vapor: construção do espaço ferroviário em Pelotas/RS (fim do séc. XIX – início do séc. XX)*. 2013. 246f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, UFPel, 2013.

SCHIAVON, Carmem G. Burgert. Patrimônio e desenvolvimento em debate: as atividades do programa de educação patrimonial da FURG. In: MAGALHÃES, Leandro Henrique; MORAES, Vanda de. (Org.). *A construção de políticas patrimoniais em cidades novas*. Londrina: Ed. da UNIFIL, 2011.

SCHIAVON, Carmem G. Burgert; SANTOS, Tiago Fonseca dos. *Patrimônio, ambiente e ensino em Rio Grande: elementos para interpretação e valorização de bens culturais*. v. 2. Rio Grande: Editora da FURG, 2013.

SILVEIRA, Cátia Luciane Silva. *Cheiro de barro queimado: memória das olarias do rio Piratini (Pedro Osório e Cerrito/RS)*. 2008. 85f. Monografia de Especialização, Programa de Pós-Graduação em Memória, Identidade e Cultura Material, Universidade Federal de Pelotas, UFPel, 2008.

SOUSA, Rafael Oliveira de; OLIVEIRA, Carlos Edinei. *A praça como lugar da diversidade cultural*. In: IV Fórum de Educação e Diversidade. UNEMAT, Tangará da Serra, Mato Grosso, 2010. Disponível em: http://need.unemat.br/4_forum/livro_digital.html. Acesso em 26/06/2014.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. *Bens culturais e proteção jurídica*. 2.ed. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre/RS, 1999.

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha; OLIVEIRA, Osvaldo André. Viabilizando Possibilidades: a educação patrimonial na formação de futuros professores. In: *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p.51 a 60, jan./jun. 2009.

TELLES, Rossana Madruga. *Inundações urbanas nos municípios de Pedro Osório e Cerrito-RS*. 2002. 87f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2002.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1986.

TORRES, Luiz Henrique. O poente e o nascente do projeto luso-brasileiro (1763-1777). In: *Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, Rio Grande, v. 22, n.2, 2008, p. 19 -25.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, set./dez. 2005, p. 443-466.

VACARIA, Frei Cristóvão de. *Rebelião da águas em Pedro Osório (ex-Olimpo e Cerrito)*. Porto Alegre: Tipografia Champagnat, 1960.

VARA, Simone. *A cidade, o malungo e a música: Santana, um mediador cultural em Pedro Osório*. 2004. 21 f. Artigo de conclusão do Curso de Licenciatura em Artes, Universidade Federal de Pelotas, UFPel, 2004.

VITOR, Amilcar Guidolim; SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. A construção social do patrimônio cultural através do processo de produção de representações sociais. In: *Revista História em Reflexão*. Vol. 5 n.10 – UFGD - Dourados jul/dez 2011.

XAVIER, Arlete Soares. *Pedro Osório no tempo dos trens*. 2002, 42f. Monografia de Especialização, Programa de Pós-Graduação em Formação Social, Política e Cultural do Rio Grande do Sul, Universidade Católica de Pelotas, UCPel, 2002.

ANEXOS

Anexo 01 - Modelo de Avaliação – Atividade realizada com os alunos do 1º C após observar a cidade a partir da Praça Antônio Satta Alam.

**Colégio Estadual Getúlio Vargas
Avaliação de História (1º ano- Ensino Médio)**

Aluno(a): _____ Turma: _____ Data: ____/____/____

Pequenas cidades, grandes saudades ...

Fui passear numa cidade pequena
Tão distante quanto grandes lembranças
Que tenho de pequenas cidades
Que deixaram grandes saudades...
Casas não distanciadas
Grudadas nas calçadas
Assim como as pessoas
Muito mais aconchegadas ...
Pessoas simples e humildes
De vidas descomplicadas
No fim do dia um bate-papo
Com conversas animadas...
Na rua a menina
Brinca tranquila , sossegada
Nem sequer se preocupa
Com o futuro que lhes aguarda ...
Passa o leiteiro , o verdureiro
O rapaz com a namorada
Ali também tudo passa ...
Só a saudade é poupada !

Mena Moreira

Fonte: <http://sitedepoesias.com/poesias/5435>

- 1) Em sua opinião, existe alguma ligação entre o poema acima e a cidade onde você mora? Qual?
- 2) O texto escrito por Mena Moreira tem alguma relação com os conceitos de memória e identidade? Por quê?
- 3) De que maneira o Patrimônio Cultural da sua cidade pode ser apropriado para o aprendizado de História?

BOA AVALIAÇÃO!
Tatiana Pastorini

Anexo 02 - Modelo de carta de cessão de direitos sobre depoimento oral.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPESP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA, PESQUISA E VIVÊNCIAS DE
ENSINO-APRENDIZAGEM**

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, **eu** _____

RG _____ emitido pelo (a) _____

Domiciliado/residente em _____

declaro ceder à pesquisadora Tatiana Carrilho Pastorini Torres sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei à pesquisadora/entrevistadora aqui referida, na cidade de Pedro Osório, RS, em ____/____/____, como subsídio à construção de sua Dissertação de Conclusão do Mestrado Profissional em História da Universidade Federal do Rio Grande. A pesquisadora acima citada fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor.

Pedro Osório, _____ de _____ de 2014.

(assinatura do entrevistado/depoente)

Anexo 03 – Depoimentos orais.

DEPOIMENTO – FESTA DO MAIORAL.

Nome: Ubirajara Cleber Garcia Vergara (Pai Bira do Maioral).**Idade:** 52 anos.**Profissão:** Funcionário Público.**Local da Entrevista:** Fraternidade Estrela da Manhã.**Data:** 16/06/2014.

Fonte: Foto de Tatiana Carrilho Pastorini Torres, 2014.

Em primeiro lugar a Quimbanda, para nós, é um lugar próximo à terra, pois banda significa lugar e Umbanda...algum lugar. A Quimbanda no Brasil teve início nas cidades portuárias, provavelmente devido ao fluxo de chegada de escravos. O princípio dela é o mais próximo da criação dos tempos...muito próximo ao antigo testamento da Bíblia no que se refere a preparação do sacerdócio. Trabalha-se com espíritos incorporativos de homens e mulheres, entidades de matriz africana. Toda pessoa possui mediunidade, mas alguns tem o que se chama de mediunidade passiva e outros a latente, essa última é desenvolvida no que chamamos Aruanda, mundo dos espíritos. A Quimbanda também trabalha com a cultura cigana...por causa da energia que esse povo representa.

Utiliza-se um sincretismo adotado desde a época que os negros eram proibidos de cultuar seus santos...primeiro eles cultuavam pedras em panelas...depois adaptou-se os santos católicos...

A Quimbanda em Pedro Osório foi fundada no dia 21 de março de 1991 por 7 pessoas e, apesar do rito já ser conhecido e difundido em diversas cidades brasileiras, adquiriu-se uma doutrina própria. Teve início em uma sala 2 X 3 e, hoje, temos um grande Templo e uma Fraternidade, com regimento, estatuto e razão social. Pensou-se sempre em legalização e legitimação do que se faz aqui...pretende-se separar sempre o material do espiritual, são coisas diferentes, eu mesmo...não quero misturar a minha figura política com a minha representação espiritual.

A Fraternidade Estrela da Manhã, a estrela mais sábia, é sede de 28 municípios do RS e a única em caráter de Fraternidade, no qual o Templo não tem um dono. Nesse momento estamos com o projeto de construção de um clube social aqui na parte dos fundos

São realizadas conferências a cada dois anos, a fim de tratar dos assuntos referentes à doutrina. Temos um Conselho de Ética que analisa diversas questões...para participar deste conselho, a pessoa tem que ter atingido o 7º grau na escala de 14 graus. A formação do conselho é votada e se respeita uma hierarquia e a ética. O nosso estatuto prevê descendentes para assumir a direção da Fraternidade...caso eu morra...substitutos já estão sendo preparados. Assim, fica a garantia de que muitas gerações poderão desfrutar desse Templo e toda a sua estrutura.

Qualquer pessoa pode visitar o templo e o espaço é aberto nas ocasiões de festas, mas é fechado para adeptos...se quiser se tornar um membro ativo, precisa preencher um questionário para candidatos e realizar 1 ano de experimentação...observação da vida espiritual e material...ver as intenções de crescimento da pessoa. O objetivo principal é ajudar para a construção do homem...de como se portar em família e em sociedade...como tratar os outros...

Não temos restrição à condição social, cor, ou qualquer outro tipo de preconceito. O lugar é aberto a todos...aqui vem a prostituta, o drogado, o traficante...o que importa é como eles se portam aqui e não interferem na boa ordem. Cerca de 30% dos membros da Fraternidade são negros. Temos um princípio fraternal e uma visão de que só uma pessoa pode te ajudar...tu mesmo. Temos o céu e inferno em nosso interior...acreditamos na transformação do carma...para isso, precisas trabalhar a ti mesmo. A Fraternidade tem ativa

participação nos conselhos municipais e desenvolvimento de projetos de inclusão social.

O Maioral é um espírito milenar...homem...com grau de sabedoria elevado...ele é quem escreve a nossa linha doutrinária...Maioral é um apelido...esse não é o nome dele...uns dizem que é Lúcifer...mas não é aquele Diabo que é apenas um dogma criado...Deus e Diabo estão no nosso interior...nada nos impede de fazer o mal...assim como o bem...é uma questão de como a pessoa trabalha o seu interior. A Festa do Maioral faz parte da semana de comemoração do aniversário do município, foi incorporada a pedido da Prefeitura Municipal, não tive participação nisso, apesar de estar na Câmara de Vereadores. Na Secretaria de cultura tem o registro desse ato. É uma festa aberta à comunidade...com muita comida e bebida. O Templo fica aberto e à disposição de todos os que quiserem visitar e conhecer. Tem casos de que Pedro Osório só é conhecida aí fora por causa da Fraternidade e da Festa do Maioral. Já realizamos 22 festas, essa última teve cerca de 800 pessoas...muitas de fora da cidade, que são hospedadas em nossas casas, no Templo e no hotel. São 14 dias de preparação aos praticantes e conhecimento...21 dias de doutrina e obrigações aos membros. Temos muita comida e bebida. Ela se restringe ao Templo...não tem nenhuma espécie de procissão.

Não existe exatamente uma legislação de reconhecimento da Festa do Maioral como patrimônio, apenas o registro da incorporação da festa às festividades do município. Para mim, Patrimônio Cultural é tudo aquilo que se coloca à disposição, de fácil participação e inclusão da comunidade, por isso, sim, com certeza, a Festa do Maioral é Patrimônio Cultural de Pedro Osório...pois é uma das festas que possibilita trocas sociais e valorização da cultura afro. Sabe...nós começamos com um pequeno lugar lá no meio dos bairros e a certa hora a pedra começava a cair no telhado...hoje nós somos respeitados e valorizados...e não apenas isso, os demais centros de matriz africana no município, também adquiriam respeito e maior aceitação por parte da população, por nossa causa...Uma prova disso é o Clube Piratini, entidade administrada há 80 anos por católicos, que nos homenageou com uma placa de reconhecimento.

(Sr. Ubirajara Vergara, jun. 2014)

DEPOIMENTO – CASARÃO DA SEDE NOVA ESTÂNCIA PARAÍSO.

Nome: Telmo Ferreira (ex-patrão do CTG Fogo de Chão).

Idade: 54 anos.

Profissão: Professor.

Local da Entrevista: Domicílio do professor.

Data: 23/06/2014.



Fonte: Foto de Tatiana Carrilho Pastorini Torres, 2014.

O casarão foi a sede nova da Estância Paraíso e, a partir das informações do livro do Pedro Caldas, a organização da 21ª região tradicionalista fez uma demarcação do lugar como histórico. Na época eu era o representante do CTG daqui, era o patrão e por isso, participei do ato que colocou a placa comemorativa no monumento em frente ao casarão. A placa fazia referência à hospedagem do Duque de Caxias em plena campanha farroupilha, 1843; foi a prefeitura que mandou fazer a placa. O coordenador da 21ª região era o Luiz Carlos Soares, de Canguçu e ele deve ter fotos do ato de colocação da placa, pois eu não tenho nenhuma. Infelizmente, a placa foi destruída por ação de vandalismo.

Outro dia, passei por lá e fiquei surpreso com aquela placa nova que colocaram lá, identificando o lugar como “Casarão da Revolução Farroupilha”...achei engraçado...no que que eles se basearam para afirmar isso...além disso, o Caxias era imperialista...não faz sentido. Não sei quem

mandou colocar a placa.

Acho que esse casarão é muito importante para Pedro Osório, mas não se faz nada em relação a isso; uma pena, pois é um marco da história do município e, como tal, deveria ser tombado e preservado. A prefeitura deveria cuidar disso, mas sabe como é...essas questões culturais são muito difíceis em Pedro Osório...não existe nada que possa se ocupar da preservação dos prédios históricos. Bem...gostaria de ter te ajudado mais, mas não tenho muito o que falar...vou te passar o contato do Luiz Carlos Soares, ele, provavelmente tem fotos do dia em que a placa foi colocada.

(Professor Telmo Ferreira, jun. 2014)

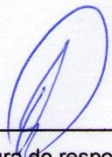
Anexo 04 – Autorização para uso de Imagens dos alunos.⁶²

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPESP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA, PESQUISA E VIVÊNCIAS DE ENSINO-
APRENDIZAGEM

AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS

Eu VALDENÉI DOS SANTOS GARCIA responsável pelo
aluno(a) VANICE VALIA GARCIA, autorizo a utilização
de imagens que incluem meu/minha filho (a) pela pesquisadora e professora Tatiana
Carrilho Pastorini Torres **como subsídio à construção de sua Dissertação de
Conclusão do Mestrado Profissional em História da Universidade Federal do Rio
Grande**. A pesquisadora acima citada fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar
e publicar, para fins acadêmicos e culturais, as referidas imagens.

Pedro Osório, 04 de JULHO de 2014.



(assinatura do responsável)

⁶² As demais estão arquivadas.

Anexo 05 – Produções dos alunos.**Ponte sobre o Rio Piratini**

Fonte: Alunos do Ensino Fundamental, 2012.

Prefeitura de Pedro Osório

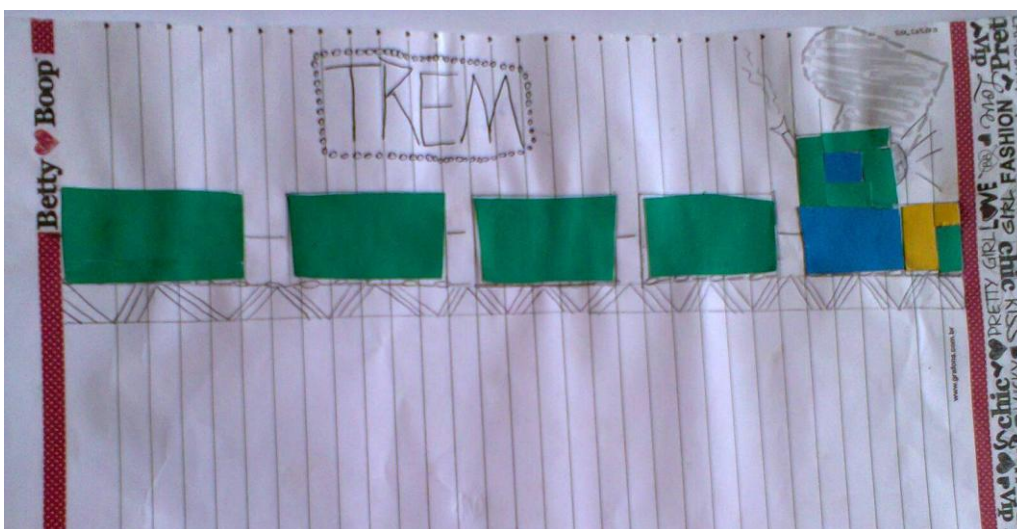
Fonte: Alunos do Ensino Fundamental, 2012.

Santa Casa de Pedro Osório



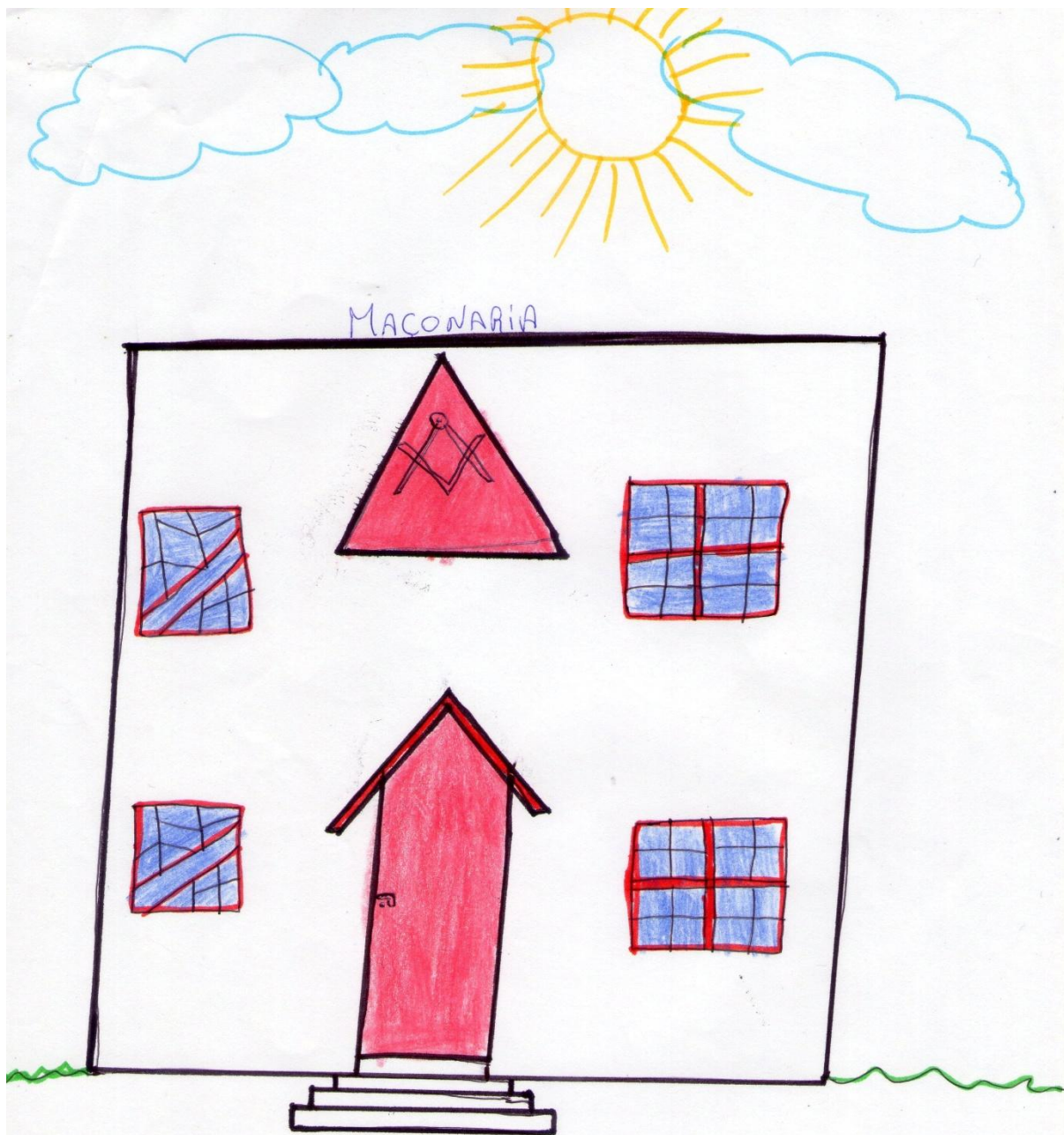
Fonte: Alunos da Escola Municipal Getúlio Vargas, 2012.

O trem



Fonte: Natali, aluna do Ensino Fundamental, 2013.

A maçonaria



Fonte: Juliana, aluna do Ensino Médio, 2013.

TEMPOS BONS E AO MESMO TEMPO DIFERENTES

Meu avô era ferroviário, morava no bairro Orqueta; ruas que quando chovia as casas eram tomadas pelas enchentes.

O chão era de terra e ruas peladas de casas. Perto dali uma ponte que atravessava rios e trazia alegria. Trilhos que sustentavam trens e trabalho para a comunidade pedrosoriense. No tempo de descanso os homens se reuniam e faziam peladas no campo ao lado dos trilhos - onde era o antigo campo do Esporte Clube Ferroviário- hoje cortado pelos trilhos do trem.

Antigamente o verde era maior que as casas. Na minha rua o apito do trem era comum, e divertia os moleques que tentavam fazer corrida com ele. Em seguida cansavam, mas aquilo tudo era motivo de risadas e alegria.

Pedíamos para nossos pais, avós etc... para ir tomar banho no rio que ficava logo abaixo de nossas casas...

Mas nossa vida não era só brincar, tínhamos que ajudar nossos pais em casa. Mesmo assim tínhamos muitas alegrias em Pedro Osório. Lembro também que Cerrito e Pedro Osório eram uma cidade só e que nossa cidade teve outros nomes também.

Meu avô jogava no time do Ferroviário que existe até hoje, mas os jogos de hoje não são como antigamente, pois antes a mulherada brigava e fazia provocações para a torcida feminina do time oposto e por aí voavam sapatos, bolsas e brincos

Nossa casa se agachava e no fundo do pátio uma enorme horta aflorava. Olhávamos as novelas em minha casa e nos comerciais desligávamos a televisão e marcávamos alguns minutos e ligávamos a TV novamente e bem na hora começava a novela de novo, tudo para economizar energia.

Nossos namoros eram na sala de casa com horário marcado. Era tão engraçado...

Hoje em dia os costumes mudaram, os lugares não são como antes e só as lembranças ficam na memória .

(Caroline, Turma 71, ago. 2010).

CIDADE DE SENTIMENTOS⁶³

Cidade, tem beleza ou maldade,
com meus olhos vejo de um jeito,
assim penso quando me deito.

De tudo um pouco,
de tudo nada,
coisas certas e erradas.

Cada um de seu jeito vê,
sobre a cidade, penso e vou falando,
enquanto leio ou vou escutando.

Esta cidade, às vezes parece perdida,
às vezes parece ter o melhor da vida,
coisas aparecem ou continuam sumidas.

Fecho os olhos e tento enxergar com o coração,
esquinas retas e descidas,
com meus sentimentos explicar.

Falem o que quiser, mas esta é minha cidade,
aqui sempre vou estar, assim pensava,
enquanto minhas memória se iam pelo ar!

(Leonardo Neves, Turma 81, jun. 2014)

⁶³ Inspirado nas caminhadas por Pedro Osório.

D S T Q Q S S

□ □ □

Dia do Passeio

Descrevimos o desenho de uma lua, atrás do Prefeitura, Na minha ideia deve de ter sido o marca de algum grupo importante que passou por Pedro Osório, antes da massa cidade torna-se cidade.

Na verdade andando no tempo, a massa prefeitura era a tão famosa estação ferroviária, que com passar dos anos, foi construída outra com tamanho menor, em um traço que não me lembro o nome, mais que é conhecida como ~~2~~ Baixada 2.

Passamos também pelo antigo Teatro, que agora foi ocupada pela supermercado da Filipe.

Passamos pela a praça do Gaúcho, onde existe umas partes de trilho de trem que não é mais usada.

Filipe Galvão

1º C

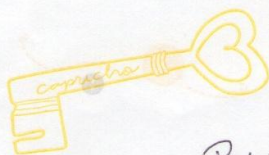
Nome: Andréia Paques Souza
Turma: 71.

20/06/12

Eu acho a visita de campo muito interessante e muito educativa. Até o ano passado eu não gostava de história, mas esta ano está muito melhor, com as visitas de campo descobri muita coisa em Pedro Uscio q nem sabia que existia, como a farmácia q existia quando ainda era escrita com Pt "Pharmacia", também encontramos um antigo lugar onde era assistido teatro onde encontramos objetos muito antigos e até mesmo uma direção de banco, fomos também até a secretaria de obras, onde encontramos coisas diferentes e que eu me lembro de era onde faziam os trilhos para o trem, logo após fomos até a antiga Levantaria onde estava muito viscosa e destruída, prefeitura e muito mais nós visitamos.

Bom eu amo tudo que fizemos e estou logo para ir novamente para descobrir coisas novas.

Am



Resumo do passeio

Com eu adotei foi um passeio ótimo
 as coisas que nunca tinha prestado a
 atenção que tinha isso que morei aqui 9
 meses.

Adotei sobre sobre coisas que não sabia
 coisas maravilhosas que eu não conhecia
 e que se não tivesse ido jamais teria
 descoberto.

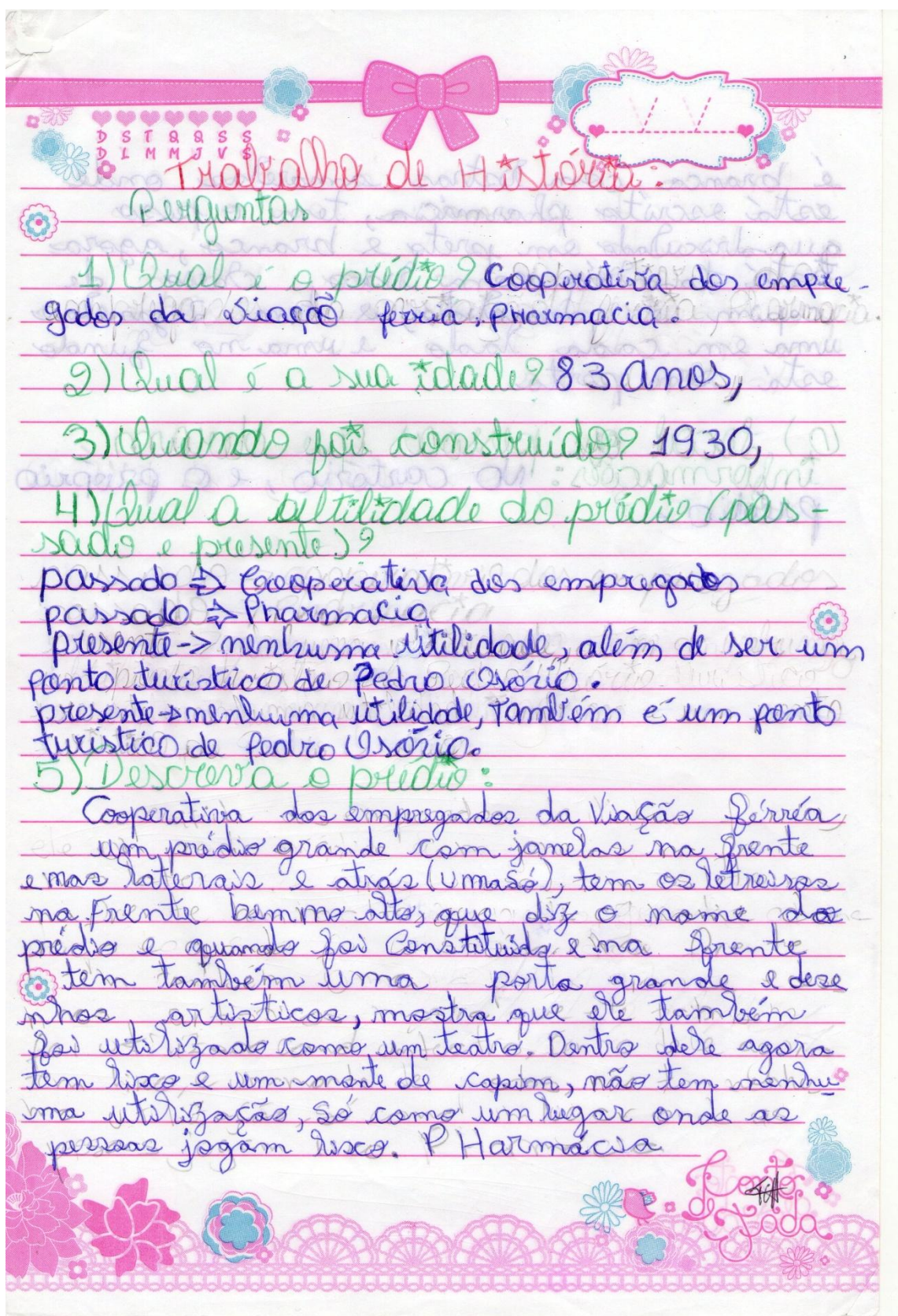
Foi muito divertido e bastante
 botamos muitas fotos.

Mas de tudo que vi e fiz a mais
 legal de tudo foi ter tido uma experiência
 emocionante porque vi e toquei em coisas
 muito antigas.

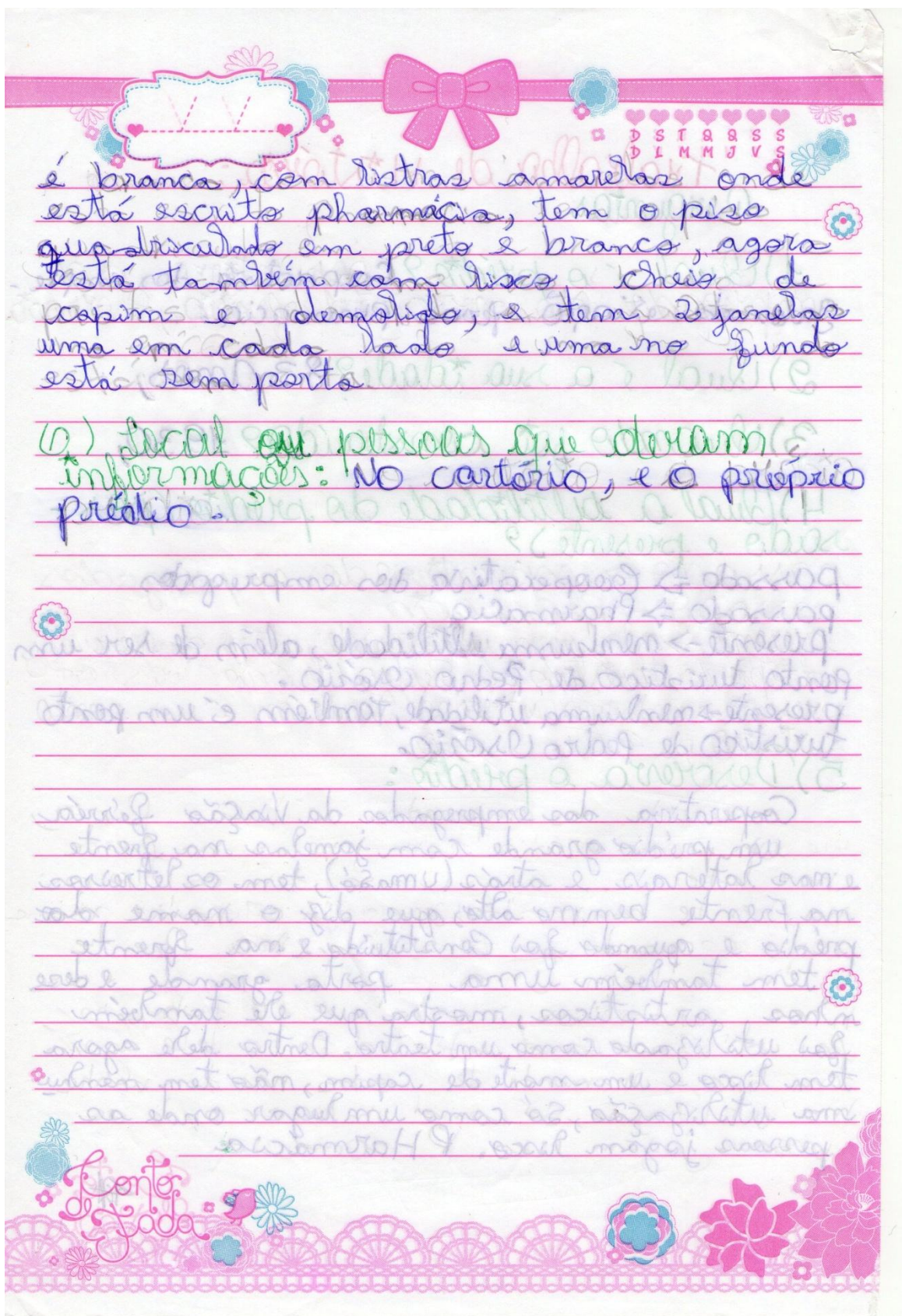
Resumindo tudo eu amei o passeio
 adotei tudo.

Nome: Alice Ribeiro
 Série: 1C
 Data: 17/04/13



Anexo 06 – Exemplos de levantamento de dados sobre os prédios⁶⁴

⁶⁴ Os dados foram digitados e arquivados.



'Casa 1888'

A casa foi construída em 1888, e
 na cor amarela e branca, tem uma
 escadinha na frente, 16 janelas e 2
 portais.

Registro de Imóvel

1º: Ep.m: 15/10/1980

Proprietária: Maria Luiza Bernardi

2º: 12/01/1981

Adquirente: Abílio Machado

3º: 11/11/1983

Adquirente: Maria Grogzila Marchese Azeu

4º: 04/10/2001

Adquirente: Gilda Regina Porto Fiori

5º: 16/11/2007

Adquirente: Márcio Valdemir Braga

At

"Informações obtidas na Carteira"...

Anexo 07 – Imagens das alunas Cilene e Maiara pesquisando na Biblioteca Municipal.



Fonte: Foto da aluna Vanice, 1º C, mai. 2013.



Fonte: Foto da aluna Vanice, 1º C, mai. 2013.